

PROJETO DE LEI Nº 108/2022

Poder Executivo

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício econômico-financeiro de 2023 e dá outras providências.(SEI 5250-0100/22-8)

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 165 da Constituição Federal, combinado com o art. 149, § 3.º, da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, na Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, na Lei Complementar n.º 10.336, de 28 de dezembro de 1994, que estatui normas para a elaboração e controle dos planos plurianuais, das diretrizes orçamentárias, dos orçamentos anuais e dos balanços da administração direta e indireta do Estado, e alterações posteriores, na Lei Complementar n.º 14.836, de 14 de janeiro de 2016, Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual, que estabelece normas de finanças públicas no âmbito do Estado e dá outras providências, ficam estabelecidas por esta Lei as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício de 2023, compreendendo:

- I - as prioridades e as metas da Administração Pública Estadual;
- II - a organização e a estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento geral da Administração Pública Estadual e suas alterações;
- IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- V - as disposições relativas à política de pessoal;
- VI - a política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento; e
- VII - as disposições gerais.

Parágrafo único. Integram esta Lei o Anexo I, de Metas e Prioridades da Administração Pública Estadual, o Anexo II, de Metas Fiscais, e o Anexo III, de Riscos Fiscais.

CAPÍTULO I**DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**

Art. 2º Na estimativa da receita e na fixação da despesa, atendidas as despesas obrigatórias e as de caráter continuado, a Lei Orçamentária Anual observará as prioridades e metas da Administração Pública Estadual para o exercício econômico-financeiro de 2023, de acordo com os eixos estratégicos do Plano Plurianual 2020-2023 relacionados com Estado Sustentável; Governança e Gestão; Sociedade com Qualidade de Vida e Desenvolvimento Empreendedor; Outros Poderes e Órgãos Autônomos, contidas no Anexo I desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária e em sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Art. 3º A elaboração e a aprovação do Projeto da Lei Orçamentária de 2023 e a execução da respectiva Lei deverão considerar a obtenção do resultado primário para o setor governamental do Estado, conforme discriminado no Anexo II desta Lei.

CAPÍTULO II**DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 4º A Proposta Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa conterá as receitas e as despesas dos Poderes do Estado, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Estado.

§ 1º Integrarão a Proposta Orçamentária e a respectiva Lei Orçamentária, além dos quadros exigidos pela legislação federal:

I - o orçamento geral da administração direta, compreendendo as receitas e as despesas dos Poderes do Estado, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas, seus órgãos e fundos;

II - os orçamentos das autarquias estaduais;

III - os orçamentos das fundações mantidas pelo Estado;

IV - o demonstrativo dos investimentos em obras, discriminados por projeto e por obra, bem como a indicação da origem dos recursos necessários para cada projeto e para cada obra; e

V - o demonstrativo dos investimentos e dos serviços de interesse regional.

§ 2º Acompanharão a Proposta Orçamentária:

I - a mensagem, que conterá análise do cenário econômico e suas implicações sobre as finanças públicas estaduais, bem como exposição sobre a política econômico-financeira do Governo, em especial no que se refere aos investimentos e à dívida pública;

II - os orçamentos das empresas públicas e de outras empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital, com direito a voto;

III - a consolidação dos orçamentos dos entes que desenvolvem ações voltadas para a seguridade social, nos termos do art. 149, § 10, da Constituição do Estado;

IV - a consolidação geral dos orçamentos das empresas a que se refere o inciso II deste parágrafo;

V - o demonstrativo do efeito sobre as receitas e as despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária, tarifária e creditícia;

VI - o demonstrativo de todas as despesas realizadas mensalmente no primeiro semestre do exercício da elaboração da Proposta Orçamentária;

VII - o demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas fiscais constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

VIII - o demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e no desenvolvimento do ensino, para fins do disposto no art. 212 da Constituição Federal; e

IX - o demonstrativo dos recursos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde, para fins do disposto na Emenda à Constituição Federal n.º 29, de 13 de setembro de 2000, regulamentada pela Lei Complementar Federal n.º 141, de 13 de janeiro de 2012.

Art. 5º O Orçamento do Estado terá sua despesa discriminada por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, instrumento de programação, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, fonte de recursos e identificador de uso.

§ 1º O conceito de órgão corresponde ao maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

§ 2º O conceito de unidade orçamentária corresponde ao menor nível da classificação institucional.

§ 3º O conceito de instrumento de programação envolve um conjunto de operações que contribuem para atender ao objetivo de um programa, observando o seguinte:

I - incluem-se no conceito de instrumentos de programação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições e financiamentos; e

II - os instrumentos de programação, de acordo com suas características, podem ser classificados como atividades, projetos ou operações especiais.

§ 4º Os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial são aqueles dispostos na Portaria n.º 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999, e em suas alterações.

§ 5º Os conceitos e códigos de categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação são aqueles dispostos na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal n.º 163, de 4 de maio de 2001, e em suas alterações.

§ 6º Os conceitos e códigos da fonte de recursos são aqueles padronizados em âmbito nacional, conforme disposto na Portaria Conjunta STN/SOF n.º 20, de 23 de fevereiro de 2021, Portaria STN n.º 710, de 25 de fevereiro de 2021, Portaria STN n.º 925, de 8 de julho de 2021, e alterações posteriores.

§ 7º O identificador de uso informará, após a fonte de recursos, se os recursos compõem contrapartida, por meio dos seguintes códigos:

I - não destinado à contrapartida - 0;

II - contrapartida de operações de crédito interna - 1;

III - contrapartida de operações de crédito externa - 2;

IV - contrapartida de convênios - 3; e

V - outras contrapartidas - 4.

§ 8º As categorias de programação serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2023 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionais, por programas e respectivos instrumentos de programação.

§ 9º Os instrumentos de programação serão desdobrados em subtítulos, de caráter indicativo e gerencial, que podem ser utilizados também para especificar a localização geográfica das suas operações constitutivas.

§ 10. A cada subtítulo deve ser atribuído um código exclusivo, para fins de processamento, que não constará do anexo referente aos programas de trabalho dos órgãos especificados nos incisos I, II e III do § 1.º do art. 5.º desta Lei, e que deverá ser preservado nos casos de execução em exercícios subsequentes.

§ 11. O vínculo de cada instrumento de programação ao seu respectivo programa, ação programática e iniciativa do Plano Plurianual do Estado estará registrado no Sistema de Planejamento e Orçamento – SPO.

Art. 6º Fica permitida a transferência de saldos do passivo potencial entre fonte de recursos quando for necessário realizar ajustes por conta da padronização em âmbito nacional a que se refere o § 6º do art. 5º desta Lei.

Art. 7º As autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Estado constituir-se-ão em órgãos orçamentários do orçamento geral da administração pública do Estado, sem prejuízo de suas respectivas vinculações às Secretarias de Estado.

Art. 8º O orçamento geral da Administração Pública Estadual conterà dotação orçamentária para reserva de contingência, equivalendo a, no mínimo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida

estimada, para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos em cumprimento ao que determina o art. 5.º, inciso III, da Lei Complementar Federal n.º 101/00, e para a abertura de créditos adicionais nos termos do Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-Lei n.º 1.763, de 16 de janeiro de 1980, e do art. 8.º da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163, de 4 de maio de 2001.

Parágrafo único. Quando do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2023, a reserva referida no “caput” deste artigo deve corresponder a, no mínimo, 1,15% (um inteiro e quinze centésimos por cento) da receita corrente líquida estimada.

Art. 9º Os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Tribunal de Contas encaminharão suas respectivas propostas orçamentárias à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, até o dia 31 de agosto de 2022, por meio do módulo de orçamento do Sistema de Planejamento e Orçamento - SPO, para consolidação com as propostas das demais entidades da Administração Estadual.

Art. 10. As transferências constitucionais e legais destinadas aos Municípios e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB – serão contabilizadas como dedução da receita orçamentária.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I Das Diretrizes Gerais

Art. 11. As receitas próprias, não vinculadas, das autarquias e fundações do Estado deverão ser programadas para atender aos grupos de natureza de despesa especificados na seguinte ordem de prioridade: Juros e Encargos da Dívida; Amortização da Dívida; Pessoal e Encargos Sociais; Outras Despesas Correntes; Investimentos; e Inversões Financeiras.

Art. 12. As contribuições patronais para o sistema de repartição simples e para o sistema de capitalização do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul – RPPS/RS –, previstas nas Leis Complementares n.º 13.757, de 15 de julho de 2011, e n.º 13.758, de 15 de julho de 2011 e alterações posteriores, e para o Fundo de Assistência à Saúde – FAS/RS –, previstas na Lei Complementar n.º 12.066, de 29 de março de 2004, e alterações posteriores, deverão ser consignadas em operações especiais próprias no orçamento de cada órgão dos Poderes do Estado, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas, dotações orçamentárias especificadas pela modalidade de aplicação 91 - aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal.

§ 1º No caso da existência de déficit no sistema de repartição simples, deverão ser consignadas em operações especiais próprias no orçamento de cada órgão dos Poderes do Estado, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas, dotações específicas para a sua cobertura, de acordo com o art. 3º da Lei Complementar n.º 12.065, de 29 de março de 2004, correspondentes à diferença obtida entre a despesa total fixada com benefícios previdenciários e encargos e o somatório das receitas previstas de contribuição dos servidores e patronal do respectivo Órgão, especificadas pela modalidade de aplicação 91 - aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal.

§ 2º As dotações orçamentárias relativas às contribuições patronais referidas no “caput” e à cobertura do déficit financeiro referida no § 1.º deste artigo dos órgãos da Administração Direta do Poder

Executivo deverão ser discriminadas no programa de trabalho do Órgão Orçamentário 33 - Encargos Financeiros do Estado, Unidade Orçamentária 01 - Encargos Gerais do Poder Executivo, excetuando-se:

I - as relativas às contribuições patronais atinentes aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas e à cobertura do déficit das operações previdenciárias da área da educação, que deverão constar no programa de trabalho do Órgão Orçamentário 19 - Secretaria da Educação, Unidade Orçamentária 33 - Encargos Gerais da Secretaria da Educação;

II - as relativas às contribuições patronais atinentes aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas e à cobertura do déficit das operações previdenciárias da área da saúde, que deverão constar no programa de trabalho do Órgão Orçamentário 20 - Secretaria da Saúde, Unidade Orçamentária 33 - Encargos Gerais da Secretaria da Saúde;

III - as relativas às contribuições patronais atinentes aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas e à cobertura do déficit das operações previdenciárias da área de segurança, que deverão constar no programa de trabalho do Órgão Orçamentário 12 - Secretaria da Segurança Pública, Unidade Orçamentária 33 - Encargos Gerais da Secretaria da Segurança Pública; e

IV - as relativas às contribuições patronais atinentes aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas e à cobertura do déficit das operações previdenciárias da área de justiça e sistemas penitenciário e socioeducativo, que deverão constar no programa de trabalho do Órgão Orçamentário 06 – Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo, Unidade Orçamentária 33 – Encargos Gerais da Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo.

Art. 13. Para obtenção do equilíbrio financeiro e atuarial do FUNDOPREV e do FUNDOPREV-MILITAR, de que tratam as Leis Complementares nº 13.757 e 13.758, ambas de 15 de julho de 2011, deverá ser consignado no orçamento o aporte para amortização do déficit técnico atuarial do Regime Financeiro de Capitalização para o exercício de 2023, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. As dotações orçamentárias para o aporte periódico de que trata o “caput” deste artigo deverão ser apropriadas nos mesmos instrumentos de programação que são consignadas as contribuições patronais do Regime Financeiro de Capitalização, em subtítulo específico.

Art. 14. As contribuições dos patrocinadores do Regime de Previdência Complementar - RPC/RS -, previstas na Lei Complementar nº 14.750, de 15 de outubro de 2015, e suas alterações, deverão ser consignadas em operações especiais próprias no orçamento de cada órgão dos Poderes do Estado, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas.

Parágrafo único. As dotações orçamentárias relativas às contribuições referidas no “caput” deste artigo, dos órgãos da Administração Direta do Poder Executivo, deverão ser discriminadas no programa de trabalho do Órgão Orçamentário 33 - Encargos Financeiros do Estado, Unidade Orçamentária 01 - Encargos Gerais do Poder Executivo, excetuando-se:

I - as contribuições da área da educação, que deverão constar no programa de trabalho do Órgão Orçamentário 19 - Secretaria da Educação, Unidade Orçamentária 33 - Encargos Gerais da Secretaria da Educação;

II - as contribuições da área da saúde, que deverão constar no programa de trabalho do Órgão Orçamentário 20 - Secretaria da Saúde, Unidade Orçamentária 33 - Encargos Gerais da Secretaria da Saúde;

III - as contribuições da área da segurança, que deverão constar no programa de trabalho do Órgão Orçamentário 12 - Secretaria da Segurança Pública, Unidade Orçamentária 33 - Encargos Gerais da Secretaria da Segurança Pública; e

IV - as contribuições da área de justiça e sistemas penitenciário e socioeducativo, que deverão constar no programa de trabalho do Órgão Orçamentário 06 – Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo, Unidade Orçamentária 33 – Encargos Gerais da Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo.

Art. 15. As operações especiais destinadas ao pagamento de encargos gerais dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas, das autarquias e das fundações mantidas pelo Estado serão consignadas em unidade orçamentária específica, denominada Encargos Gerais, sob o código 33.

Parágrafo único. Nos termos da Lei Complementar nº 15.143, de 05 de abril de 2018, que trata sobre o Gestor Único do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul – RPPS/RS, as dotações orçamentárias relativas aos benefícios previdenciários para os inativos do Regime Próprio de Previdência Social dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas, deverão ser apropriados em Unidade Orçamentária específica, denominada Unidade Previdenciária Descentralizada – UPD, sob o código 40.

Art. 16. A programação de investimentos da Administração Pública Estadual, Direta e Indireta, observará os seguintes critérios:

- I - preferência das obras em andamento e paralisadas em relação às novas;
- II - precedência das obrigações decorrentes de projetos de investimentos financiados por agências de fomento, nacionais ou internacionais; e
- III - prioridade aos programas e ações de investimentos estabelecidos em consulta direta à população e, no âmbito do Poder Executivo Estadual, aos projetos estratégicos estabelecidos no Acordo de Resultados.

Art. 17. A Lei Orçamentária Anual de 2023 deve discriminar em instrumento de programação específico, as dotações destinadas a:

- I – concessão de benefícios: despesas com auxílio transporte, alimentação ou refeição, auxílio creche, auxílio moradia e demais benefícios assistenciais a agentes públicos e dependentes;
- II – participação em constituição ou aumento de capital de empresas;
- III – pagamento de precatórios e de sentenças judiciais de pequeno valor;
- IV – pagamento de benefícios e pensões especiais concedidas por legislações específicas ou outras sentenças judiciais;
- V – despesas com publicidade institucional e de utilidade pública, vedada a suplementação sem autorização legislativa específica;
- VI - despesas com gratificações ou prêmio de produtividade, desempenho ou eficiência e demais verbas similares pagas aos servidores, inclusive as despesas com gratificação para substituição de cargo efetivo e demais gratificações criadas por leis específicas, vinculadas à folha de pagamento; e
- VII - despesas remuneratórias com cargos em comissão, incluídos agentes políticos, com função gratificada e com verba de representação.

Art. 18. O Poder Executivo promoverá a publicação oficial dos Anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no sítio eletrônico da Secretaria da Fazenda e da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, respectivamente, em substituição à publicação no Diário Oficial.

Seção II

Das Disposições sobre o Limite para os Recursos Orçamentários da Fonte Tesouro-Livres na Fixação da Despesa

Art. 19. Os Poderes do Estado, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas terão como limites para as despesas financiadas com a fonte de recursos Tesouro - Livres, para efeito de elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias para 2023, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2022, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais, aprovados até 30 de abril de 2022, com essa fonte de recurso, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, previsto para o exercício de 2022, no último Boletim Focus do Banco Central do Brasil disponível em 30 de junho de 2022.

§ 1º Na proposta orçamentária para 2023, a fonte de recurso Tesouro – Livre a que se refere o “caput” deste artigo deverá ser substituída pelas fontes equivalentes de acordo com a padronização em âmbito nacional, conforme disposto nas Portarias referidas no § 6º do art. 5º desta Lei.

§ 2º Aplica-se o disposto no “caput” deste artigo às despesas classificadas nos grupos de natureza de despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, 3 - Outras Despesas Correntes, 4 - Investimentos e 5 - Inversões Financeiras.

§ 3º Considera-se incluído no limite a que se refere o “caput” deste artigo o disposto nos arts. 42 e 43 desta Lei.

§ 4º Exclui-se da apuração do limite de que trata o “caput” deste artigo a complementação de dotações orçamentárias de que trata o art. 8º da Lei n.º 15.232, de 1º de outubro de 2018, ao Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário.

Art. 20. No cálculo dos limites a que se refere o art. 19 desta Lei, serão excluídas as dotações destinadas:

- I - ao pagamento de débitos relativos a requisições de pequeno valor;
- II - ao custeio do aporte financeiro para amortização do déficit atuarial do Regime de Capitalização do FUNDOPREV e FUNDOPREV-MILITAR previsto na Leis n.ºs 14.939 e 14.938, de 10 de novembro de 2016, respectivamente, ou legislação que venha substituí-las; e
- III - a complementação de fontes orçamentárias adicionais, a conta de recursos do Tesouro - Livres, ao Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário de forma a suprir as perdas de recursos decorrentes da ADI 2.909.

Parágrafo único. Os recursos de que trata o inciso III não poderão ser utilizados como fonte para créditos orçamentários em Unidade Orçamentária diversa a do Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário.

Seção III **Das Disposições sobre Débitos Judiciais**

Art. 21. Nos termos do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal e em face da opção pelo regime especial de pagamento nos termos do Decreto n.º 47.063, de 8 de março de 2010, a Lei Orçamentária para o exercício econômico-financeiro de 2023 incluirá dotação correspondente a, no mínimo, 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida destinada ao pagamento de precatórios judiciais, da Administração Direta e Indireta, na forma do § 1º, inciso I, e do § 2º do aludido art. 97, ficando incluídos em tal regime os precatórios que ora se encontram pendentes de pagamento e os que vierem a ser emitidos durante a sua vigência.

§ 1º O Poder Judiciário, observando os prazos estabelecidos no art. 15 da Resolução n.º. 303 de 18 de dezembro de 2019 do Conselho Nacional de Justiça, enviará aos órgãos e às entidades devedoras, à Secretaria da Fazenda, Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – CAGE – e à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, por meio eletrônico, as relações de dados cadastrais dos precatórios e a relação dos débitos deferidos, esta discriminada por órgão da Administração Direta, autarquias e fundações, e por grupo de natureza de despesa, especificando:

- I - número da ação originária;
- II - data do ajuizamento da ação originária, quando ingressada após 31 de dezembro de 1999;
- III - número do precatório;
- IV - tipo de causa julgada;
- V - data da autuação do precatório;

VI - nome do beneficiário;
VII - valor individualizado por beneficiário e total do precatório a ser pago;
VIII - data do trânsito em julgado;
IX - número da Vara ou Comarca de origem;
X - nome do Município da Comarca de origem; e
XI - natureza do valor do precatório, se referente ao objeto da causa julgada, aos honorários sucumbenciais fixados pelo Juiz da Execução ou aos honorários contratuais.

§ 2º Os órgãos e entidades devedores, referidos no § 1.º deste artigo, comunicarão à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contado do recebimento da relação dos débitos, eventuais divergências verificadas entre a relação e os processos que originaram os precatórios recebidos.

§ 3º Os recursos para pagamento de precatórios dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado, de acordo com a Lei n.º 15.404, de 18 de dezembro de 2019, serão consignados de forma centralizada no Órgão Orçamentário 33 - Encargos Financeiros do Estado, Unidade Orçamentária 03 - Sentenças Judiciais, em instrumentos de programação específicos para as áreas da saúde e da educação e outro geral para as demais áreas.

§ 4º Os instrumentos de programação de que trata o § 3.º deste artigo deverão ser desdobrados em subtítulos para sua execução, no mínimo:

- I - por entidade da Administração Indireta; e
- II - para a Administração Direta, exceto as áreas da saúde e da educação que serão instrumentos de programação específicos.

Art. 22. Adicionalmente aos recursos previstos no art. 21 desta Lei, os precatórios judiciais poderão ser quitados através de compensações contra dívida ativa do Estado nos termos previstos na Lei n.º 15.038, de 16 de novembro de 2017 ou por meio de acordos utilizando-se fonte alternativa de financiamento, como a contratação de operação de crédito.

§ 1º A compensação prevista neste artigo ocorrerá pelos montantes envolvidos na transação e a Lei Orçamentária 2023 consignará dotação em valor suficiente para atender aos saldos de precatórios e de dívida ativa a compensar.

§ 2º Caso seja observada insuficiência para o atendimento da compensação de precatório, a suplementação necessária ocorrerá por excesso de arrecadação, que será processada quando da compensação objeto do crédito adicional.

Art. 23. Nos termos da Lei n.º 14.757, de 16 de novembro de 2015, serão consideradas requisições de pequeno valor, para os fins do disposto no § 3.º do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações que o Estado do Rio Grande do Sul, suas autarquias e fundações devam quitar em decorrência de decisão judicial transitada em julgado cujo valor, devidamente atualizado, não exceda a 10 (dez) salários mínimos.

§ 1º Os recursos para pagamento de requisições de pequeno valor dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado, de acordo com a Lei n.º 15.404/19, serão consignados de forma centralizada no Órgão Orçamentário 33 - Encargos Financeiros do Estado, Unidade Orçamentária 03 - Sentenças Judiciais, em instrumentos de programação específicos para as áreas da saúde e da educação e outro geral para as demais áreas.

§ 2º Os instrumentos de programação de que trata o § 1.º deste artigo deverão ser desdobrados em subtítulos para sua execução, no mínimo:

- I - por entidade da Administração Indireta; e
- II - para a Administração Direta, exceto as áreas da saúde e da educação que serão instrumentos de programação específicos.

Seção IV

Das Vedações e Transferências de Recursos

Art. 24. Fica vedado aos órgãos da Administração Direta e às entidades da Administração Indireta prever recursos para atender a despesas com:

I - pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;

II - subvenções sociais a clubes, associações ou quaisquer entidades congêneres que congreguem servidores ou empregados e seus familiares, excetuados os destinados à manutenção de creches e hospitais, atendimentos médicos, odontológicos e ambulatoriais;

III - subvenções sociais e auxílios às instituições privadas, ressalvadas aquelas sem fins lucrativos, observado o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Federal n.º 4.320/64, e que preencham uma das seguintes condições:

a) sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, e que possuam Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS – junto à Assistência Social, à Saúde ou à Educação;

b) sejam organizações da sociedade civil de que trata o inciso I do art. 2.º da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações;

c) sejam qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Estadual, de acordo com a Lei n.º 12.901, de 11 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, institui o Termo de Parceria e dá outras providências; e

d) sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

IV - contribuição corrente e de capital à entidade privada, ressalvada a autorizada em lei específica; e

V - auxílios para investimento que se incorporem ao patrimônio de empresas privadas de fins lucrativos.

Parágrafo único. A vedação prevista no inciso III deste artigo não se aplica às destinações para eventos culturais tradicionais de caráter público realizados há, no mínimo, 5 (cinco) anos ininterruptamente, aos programas da área da cultura, em ambos os casos desde que haja prévia e ampla seleção promovida pelo órgão concedente ou pelo ente público conveniente, bem como as atividades de fomento desenvolvidas por meio dos arranjos produtivos locais e das incubadoras tecnológicas.

Art. 25. As transferências de recursos do Estado para os municípios, consignadas na Lei Orçamentária, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas exclusivamente mediante convênio, na forma da legislação vigente, ressalvadas as transferências constitucionais de receitas tributárias e as destinadas a atender a estado de calamidade pública e situação de emergência, legalmente reconhecidos por ato governamental.

§ 1º As transferências de que trata o “caput” deste artigo dependerão de comprovação, por parte do município beneficiado, do seguinte:

I - regular e eficaz aplicação, no exercício anterior, do mínimo constitucional em ações e serviços públicos de saúde e na manutenção e no desenvolvimento do ensino;

II - regular prestação de contas relativa a convênio em execução ou já executado;

III - instituição e arrecadação dos tributos de sua competência, previstos na Constituição Federal; e

IV - adimplência com os órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Estado, segundo o disposto na Lei nº 10.697, de 12 de janeiro de 1996, que autoriza a criação do Cadastro Informativo – CADIN/RS – das pendências perante órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e dá outras providências, e em suas alterações posteriores.

§ 2º As transferências de recursos mencionadas no “caput” deste artigo estarão condicionadas ao aporte de contrapartida pelo município beneficiado, de acordo com sua classificação em relação ao Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE, ou outro que vier substituí-lo, correspondente ao ano de 2019, e no caso de sua indisponibilidade, do exercício imediatamente anterior, no valor mínimo correspondente aos seguintes percentuais:

I - 6% (seis por cento) para municípios com índice de desenvolvimento no cálculo do IDESE até 0,649 (seiscentos e quarenta e nove milésimos);

II - 10% (dez por cento) para municípios com índice de desenvolvimento no cálculo do IDESE entre 0,650 (seiscentos e cinquenta milésimos) e 0,699 (seiscentos e noventa e nove milésimos);

III - 15% (quinze por cento) para municípios com índice de desenvolvimento no cálculo do IDESE entre 0,700 (setecentos milésimos) e 0,749 (setecentos e quarenta e nove milésimos);

IV - 20% (vinte por cento) para municípios com índice de desenvolvimento no cálculo do IDESE entre 0,750 (setecentos e cinquenta milésimos) e 0,799 (setecentos e noventa e nove milésimos);

V - 30% (trinta por cento) para municípios com índice de desenvolvimento no cálculo do IDESE igual ou superior a 0,800 (oitocentos milésimos); e

VI – 18% (dezoito por cento), em se tratando de consórcio público.

§ 3º O valor da contrapartida de que trata o § 2.º deste artigo será calculado em relação aos recursos repassados pelo Estado.

§ 4º Nos casos de transferências decorrentes de investimentos e serviços de interesse regional, incluídos os instrumentos de programação vinculados à Consulta Popular, os percentuais discriminados nos incisos I, II, III, IV, V e VI do § 2.º deste artigo terão redução de 50% (cinquenta por cento).

§ 5º Nos casos de transferências de recursos do Estado para os municípios, destinadas a atender a decorrências relacionadas ao estado de calamidade pública ou à situação de emergência, legalmente homologados por ato governamental, ainda que já expirado o prazo do respectivo ato de homologação, não serão exigidas contrapartidas.

§ 6º As transferências voluntárias dependerão da comprovação, por parte do conveniente, até o ato da assinatura do instrumento de transferência, de que existe previsão de recursos orçamentários para contrapartida na lei orçamentária do município.

§ 7º Caberá ao órgão concedente verificar a implementação das condições previstas nos §§ 1.º a 6.º deste artigo, bem como exigir da autoridade competente do município declaração que ateste o cumprimento dessas disposições, subsidiada nos balanços contábeis de 2022 e dos exercícios anteriores, da Lei Orçamentária para 2023 e dos correspondentes documentos comprobatórios.

§ 8º Além das disposições contidas nos §§ 1.º, 2.º e 5.º deste artigo, as transferências voluntárias de recursos do Estado para os municípios estarão condicionadas à compatibilidade com os programas e projetos de competência estadual e, preferencialmente, desenvolvidos por intermédio de consórcios formados por esses entes.

§ 9º Excetua-se do disposto neste artigo as transferências de recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – no Rio Grande do Sul, as provenientes

do Programa Passe Livre Estudantil, de que trata a Lei nº 14.307, de 25 de setembro de 2013, e alterações posteriores, bem como das transferências do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados – FRBL, de que trata a Lei nº 14.791, de 15 de dezembro de 2015.

§ 10. Nos casos de transferências de recursos do Estado para os municípios e entidades sem fins lucrativos de que trata o §1.º do art. 199 da Constituição Federal, destinadas a atender emendas parlamentares estaduais, não serão exigidas contrapartidas.

Seção V

Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 26. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais para:

I - executar despesas referentes a contribuições patronais, à cobertura de déficit financeiro e atuarial, à taxa de administração para o RPPS e ao pagamento de benefícios previdenciários e demais encargos decorrentes das Leis Complementares n.º 13.757/11, n.º 13.758/11 e n.º 15.143/18, e em suas alterações;

II - executar despesas referentes a contribuições patronais para o Fundo de Assistência à Saúde – FAS/RS;

III - executar despesas referentes ao pagamento de precatórios judiciais, inclusive as decorrentes das compensações previstas na Lei n.º 15.038/17;

IV - executar despesas referentes ao pagamento de decisões judiciais categorizadas como requisições de pequeno valor;

V - executar despesas referentes ao pagamento de serviço da dívida dos órgãos da Administração Pública Estadual;

VI - executar despesas cujos empenhos forem cancelados no encerramento do exercício de 2022, até o limite dos valores estornados nos respectivos instrumentos de programação;

VII - utilizar recursos financeiros oriundos de convênios, de transferências obrigatórias e de operações de crédito, inclusive suas contrapartidas, quando houver;

VIII - atender às despesas eleitas em consulta direta à população nos termos da Lei n.º 11.179, de 25 de junho de 1998, e em suas alterações, para o exercício vigente e de exercícios anteriores, não realizadas nos respectivos exercícios e não orçadas para o exercício de 2023;

IX - executar despesas referentes às contribuições para o Regime de Previdência Complementar para os Servidores Públicos Estaduais Titulares de Cargos Efetivos – RPC/RS – previstas na Lei Complementar n.º 14.750/15, e suas alterações;

X - executar despesas relativas à quitação de dívidas através de dação em pagamento de seus imóveis dominicais, conforme previsto na Lei n.º 13.778, de 30 de agosto de 2011;

XI - executar despesas referentes a emendas parlamentares e suas alterações, não realizadas no exercício anterior e não orçadas para o exercício vigente;

XII - executar despesas referentes a alterações de emendas parlamentares solicitadas pelo deputado autor da emenda, para o exercício vigente; e

XIII - atender as despesas do Poder Executivo provenientes do Anexo I desta Lei.

Art. 27. Os créditos adicionais serão abertos indicando órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, instrumento de programação, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos.

§ 1º Cada projeto de lei e a respectiva lei para autorizar abertura de créditos adicionais deverão restringir-se a um único tipo de crédito: especial, suplementar ou extraordinário.

§ 2º Considera-se suplementar o crédito adicional efetuado para a categoria de programação consignada nos Anexos da Lei Orçamentária, especial o crédito adicional efetuado para a categoria de programação inexistente e extraordinário o crédito adicional destinado às despesas imprevistas e urgentes,

como as decorrentes de calamidade pública, devendo ser convertida em lei no prazo de 30 (trinta) dias, conforme estabelece o § 3.º do art. 154 da Constituição do Estado.

§ 3º Fica facultado ao Poder Executivo publicar, de forma simplificada, os decretos de abertura dos créditos adicionais

§ 4º Todo crédito adicional que necessitar de lei específica deverá ser solicitado à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão através do Sistema de Processo Administrativo – PROA.

Art. 28. Fica o Poder Executivo, de acordo com o disposto nos arts. 7º, 42 e 43 da Lei Federal n.º 4.320/64, autorizado a:

I - abrir, durante o exercício, até o limite de 5% (cinco por cento) do total da despesa inicial fixada, créditos suplementares para suprir as dotações que resultarem insuficientes;

II - abrir créditos suplementares, independentemente do limite disposto no inciso I deste artigo, para suprir as dotações que resultarem insuficientes para o pagamento de despesas relativas a:

a) pessoal e encargos sociais;

b) juros e amortizações da dívida;

c) sentenças judiciais;

d) aquisição de vacinas contra a COVID-19;

e) inversões financeiras e outras despesas associadas ao processo de desestatização de empresas não dependentes;

f) despesas decorrentes de situações de emergência e combate à estiagem;

g) despesas necessárias para o cumprimento dos mínimos constitucionais em saúde e educação; e

h) despesas que tenham como fonte de recurso as transferências obrigatórias da União.

III - no âmbito de cada Poder do Estado, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas, abrir créditos suplementares, inclusive remanejando categorias econômicas, grupos de despesas e modalidades, independentemente do limite disposto no inciso I deste artigo, à conta de dotações não empenhadas até 12 de dezembro de 2022.

§ 1º A abertura de créditos adicionais destinados exclusivamente a reprogramação de dotações orçamentárias dentro do mesmo grupo de natureza de despesa, desde que apresentada a fonte de redução no montante correspondente ao valor suplementado, não estará sujeita ao limite estabelecido no inciso I deste artigo.

§ 2º Não será computado ao limite estabelecido no inciso I deste artigo as alterações orçamentárias realizadas por abertura de créditos adicionais em que se utilize como fonte de redução a reserva de contingência a que se refere o art. 8º desta Lei.

§ 3º Considera-se fonte de recurso de transferências obrigatórias da União a qual se refere a alínea “h” do inciso II deste artigo, as fontes equivalentes de acordo com a padronização em âmbito nacional, conforme disposto nas Portarias citadas no § 6º do art. 5º desta Lei.

Art. 29. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2023 e em créditos adicionais, observadas as disposições do art. 28 desta Lei.

Parágrafo único. Considera-se transposição: a realocação no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão; remanejamento: a realocação na organização de um ente público com destinação de recursos de um órgão para outro; e transferência: a realocação de recursos entre as categorias econômicas de despesa, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

Art. 30. Ficam autorizadas as alterações orçamentárias que não modifiquem o valor global da dotação da categoria de programação, relativas às classificações da despesa previstas no art. 5.º desta Lei, ao título e à descrição de instrumentos de programação, por meio de decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único. As modificações a que se refere o “caput” deste artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos adicionais.

Art. 31. O Poder Executivo fica autorizado a:

I - reabrir, nos limites de seus saldos e mediante a indicação de recursos financeiros provenientes do Orçamento de 2023, créditos especiais e extraordinários cujo ato de autorização seja promulgado nos últimos 4 (quatro) meses do exercício de 2022;

II - nos termos desta Lei, proceder às alterações na Lei Orçamentária visando ao atendimento às demandas eleitas na consulta popular, prevista na Lei nº 11.179/98 e alterações posteriores;

III - processar alterações nos programas de trabalho relativos à execução da consulta popular, prevista na Lei nº 11.179/98, e alterações posteriores, que se revelarem materialmente inviáveis para o exercício de 2023; e

IV - realizar, no módulo de orçamento do Sistema de Planejamento e Orçamento – SPO, as seguintes adequações técnicas nas emendas à proposta orçamentária 2023 aprovadas pelo Poder Legislativo:

a) criação de instrumentos de programação visando a agrupar instrumentos de programação oriundos de emenda parlamentar que possuam objetos e/ou temáticas semelhantes;

b) alocação das demandas, em subtítulos específicos, em instrumentos de programação devidamente identificados com a sigla “EP”, dentro do programa de trabalho do órgão, criados para receber as emendas de mesma natureza;

c) ajuste da natureza da despesa ao objeto pretendido, quando necessário;

d) complementação dos atributos do orçamento conforme disposto no art. 5º desta Lei; e

e) alteração do órgão, em caso de incompatibilidade do objeto da emenda com as competências do órgão originalmente indicado.

Seção VI

Das Disposições sobre a Limitação Orçamentária e Financeira

Art. 32. O Poder Executivo, por meio de decreto, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2023, disporá sobre a execução orçamentária e o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo II desta Lei.

Parágrafo único. O ato referido no “caput” deste artigo, e os que o modificarem, conterão:

I - as metas bimestrais de arrecadação das receitas orçamentárias, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

II - o cronograma mensal de desembolso relativo às despesas do exercício; e

III - as metas bimestrais para o resultado primário, demonstrando a programação das receitas e a execução das despesas primárias, evidenciando a necessidade de contingenciamento, se for o caso.

Art. 33. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9.º da Lei Complementar Federal n.º 101/00, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao Tribunal de Contas.

Parágrafo único. O montante da limitação a ser procedida pelos Poderes do Estado, pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública e pelo Tribunal de Contas será proporcional à participação de cada um no total da despesa orçamentária primária.

Art. 34. A base contingenciável corresponde ao total da despesa orçamentária primária, excluídas:

I - as vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2.º do art. 9.º da Lei Complementar Federal n.º 101/00 e do art. 28 da Lei Complementar Federal n.º 141/12;

II - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor; e

III - as despesas primárias financiadas com recursos advindos da União e de operações de créditos.

Seção VII Da Consulta Popular

Art. 35. A Proposta Orçamentária contemplará projetos de interesse regional definidos em assembleias e fóruns de abrangência regional e por consulta à população.

Seção VIII Do Acordo de Resultados

Art. 36. A Proposta Orçamentária, no âmbito do Poder Executivo Estadual, contemplará projetos estratégicos definidos no Acordo de Resultados.

§ 1º Entende-se como Acordo de Resultados o instrumento de contratualização de resultados que especificará os projetos estratégicos a serem desenvolvidos, as metas a serem alcançadas, as obrigações e as responsabilidades dos partícipes, bem como estabelecerá as condições para sua execução.

§ 2º Cabe a Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão a identificação e adequação dos instrumentos de programação relativos aos projetos estratégicos.

Seção IX Das Normas Relativas ao Controle de Custos e à Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 37. Os órgãos e entidades do Poder Executivo, facultativo para os demais Poderes e órgãos autônomos, deverão utilizar o Sistema de Informações de Custos do Estado – CUSTOS/RS – com vistas à modernização e à eficiência da gestão pública, adotando novas metodologias gerenciais e parâmetros de boa governança, observadas as disposições do Decreto nº 49.766, de 30 de outubro de 2012, e da Instrução Normativa CAGE nº 01/2014.

§ 1º Os órgãos e as entidades deverão manter o cadastro da Estrutura Hierárquica de Centro de Custos – EHCC – no sistema de Finanças Públicas do Estado – FPE, atualizado e de acordo com o organograma próprio em vigor.

§ 2º Os órgãos e as entidades deverão informar onde se consome o material, o serviço e o pessoal alocado para realização de atividades em suas dependências, dentro do possível, na menor estrutura da EHCC, ou seja, nos centros de custos correspondentes, no intuito de identificar os gastos por centros de custos, possibilitando análises comparativas e evolutivas, para auxiliar na tomada de decisão do gestor.

§ 3º Na impossibilidade de indicar o(s) centro(s) de custos específico(s), poderá ser definido o centro de custos correspondente à área administrativa responsável pelo controle de contratos da unidade ou o centro de custos responsável pela solicitação da contratação.

§ 4º Os integrantes dos Grupos Setoriais de Custos – GSCs – deverão manter atualizados os sistemas integrados ao CUSTOS/RS, referentes aos recursos humanos, aos almoxarifados, aos contratos de

prestadores de serviços, aos contratos de locações, ao sistema Integração Estado Fornecedor – IEF, ao sistema de patrimônio – APE – e a qualquer outro tipo de sistema que seja integrado ao Sistema CUSTOS/RS, para a correta alocação dos custos.

§ 5º Na elaboração do contrato pelo órgão ou entidade, quando houver identificação de postos de trabalho, de setores, ou de qualquer outra unidade consumidora do objeto ou serviço a ser contratado, deverá constar o código do centro de custos correspondente a cada uma destas unidades, o qual será identificado em sistemas de controles informatizados.

§ 6º À gestão do órgão ou entidade caberá a responsabilidade de priorizar a participação dos integrantes dos GSCs nos treinamentos, nas reuniões técnicas e em outros eventos realizados ou promovidos pela CAGE, com vistas ao aperfeiçoamento da gestão de custos na Administração Pública Estadual.

§ 7º Os integrantes dos GSCs deverão realizar reuniões periódicas, registradas em ata, relatando o planejamento das ações, a vinculação destas ações com o planejamento estratégico do órgão, o acompanhamento e análise do que foi realizado, a justificativa ao que não foi possível realizar e o replanejamento, se necessário.

§ 8º Os GSCs em conjunto com a administração de cada unidade, e podendo contar com o apoio e orientação da CAGE, deverão emitir no mínimo dois Relatórios de Análise de Custos ao ano, contendo o relato das ações planejadas e desenvolvidas para reduzir custos, aumentar a produtividade e/ou qualificar a despesa e a prestação do serviço público.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38. O projeto de lei ou decreto que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária obedecerá ao disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

Parágrafo único. Ficam ressalvados os programas de incentivo à recuperação de créditos tributários e os programas específicos de concessão de anistias fiscais.

Art. 39. Os efeitos das alterações na legislação tributária e da ação da administração tributária serão considerados na estimativa da receita, especialmente os relacionados com:

I - as alterações na legislação complementar nacional referentes a tributos estaduais e as definições decididas no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ;

II - a política de desenvolvimento socioeconômico, de atração de investimentos, de proteção à economia gaúcha e de redução das desigualdades regionais;

III - a concessão de incentivos fiscais ou tributários a empresas que estejam sujeitas à competição inter-regional ou internacional, que realizem investimentos e/ou gerem empregos;

IV - o esforço de arrecadação necessário para manter o equilíbrio e sustentabilidade das finanças públicas estaduais;

V - o planejamento estratégico implementado no âmbito da Secretaria da Fazenda, incorporando ferramentas e indicadores de gestão e resultados;

VI - a adoção de parceria e integração com os municípios para atendimento do contribuinte e cumprimento das obrigações legais, aprimorando o Programa de Integração Tributária e outras ações com finalidade semelhante;

VII - o monitoramento, a fiscalização, a revisão e o controle das renúncias fiscais;

VIII - a intensificação das ações de combate à sonegação fiscal, incluindo identificação e interrupção de fraudes fiscais estruturadas;

IX - a modernização e o desenvolvimento de métodos de auditoria fiscal com uso de tecnologia de informação, mediante formação e utilização de bases de dados, inclusive com o auxílio de nova plataforma de processamento de grande porte, identificada como “Big Data”;

X - a modernização e a agilização dos processos de cobrança e controle dos créditos tributários;

XI - a intensificação do combate aos inadimplentes contumazes, com ênfase na aplicação do Regime Especial de Fiscalização, previsto na Lei n.º 13.711, de 6 de abril de 2011, e suas alterações;

XII - a dinamização do contencioso administrativo;

XIII - a modernização e a automatização do atendimento ao contribuinte;

XIV - a fiscalização por setores de atividade econômica e dos contribuintes com maior representação na arrecadação;

XV - a expansão da obrigatoriedade da utilização de documentos fiscais e escrituração eletrônicos;

XVI - o acompanhamento de contribuintes, por meio de malhas fiscais e programas de “autorregularização fiscal”;

XVII - o aprimoramento do regime de substituição tributária; e

XVIII - a melhoria da gestão e dos serviços públicos a ser propiciada pela priorização de recursos à Administração Tributária, nos termos dos arts. 37, inciso XXII, e 167, inciso IV, da Constituição Federal, especialmente no que diz respeito às condições de trabalho, englobando as questões de estrutura, de remuneração e disponibilidade de pessoal da Receita Estadual.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À POLÍTICA DE PESSOAL

Art. 40. No exercício de 2023, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se, cumulativamente:

I - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;

II - for observado o limite previsto no art. 19 desta Lei; e

III - for aprovado pelo Grupo de Assessoramento Estadual para Política de Pessoal – GAE, no caso do Poder Executivo.

Art. 41. As proposições legislativas relacionadas ao aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, inclusive os que alteram e criam carreiras, cargos e funções, conforme arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal n.º 101/00, deverão ser acompanhados de:

I - declaração do proponente e do ordenador de despesas com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos 2 (dois) subsequentes, com as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, destacando ativos e inativos, detalhada, no mínimo, por elemento de despesa;

II - declaração do proponente do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo II – Metas Fiscais, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, serem compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa; e

IV - manifestação do GAE, no caso do Poder Executivo, e dos órgãos próprios dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas, sobre o mérito e o impacto orçamentário e financeiro.

§ 1º O ato que provoque aumento da despesa de que trata o “caput” deste artigo será considerado nulo de pleno direito, caso não atenda às exigências previstas nos incisos I a IV deste artigo.

§ 2º As proposições legislativas previstas neste artigo e as leis delas decorrentes não poderão conter dispositivo que crie ou aumente despesa com efeitos financeiros anteriores a sua entrada em vigor ou à plena eficácia da norma.

Art. 42. Para fins de atendimento ao disposto nos incisos I e II do § 1.º do art. 169 da Constituição Federal, ficam autorizadas as despesas com pessoal relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, alterações e criação de carreiras, cargos e funções, bem como a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, cujos valores serão compatíveis com os limites da Lei Complementar Federal n.º 101/00 e desde que observado o disposto no art. 19 desta Lei.

Art. 43. Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes do Estado, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas.

Art. 44. Caso a despesa de pessoal ultrapasse o limite de 95% (noventa e cinco por cento), a que se refere o art. 20 da Lei Complementar Federal n.º 101/00, a contratação de horas extras no respectivo Poder ou órgão somente pode ocorrer para atender:

- I - aos serviços finalísticos da área de saúde;
- II - aos serviços finalísticos da área de educação;
- III - aos serviços finalísticos da área de segurança pública e administração penitenciária;
- IV - às unidades de internação de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; e
- V - às situações de emergência ou calamidade pública, reconhecidas por ato próprio dos chefes dos Poderes.

CAPÍTULO VI DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO DE RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

Art. 45. As agências financeiras do Estado direcionarão suas políticas de concessão de empréstimos e financiamentos, prioritariamente, aos programas e projetos do Governo Estadual, e, especialmente, aos que visem:

- I - no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – Banrisul:
 - a) diversificar a prestação de serviços como forma de gerar receitas à instituição, constituindo importante fator para a cobertura dos custos fixos por meio da concentração de esforços em ações comerciais focadas em produtos como cartões, rede de adquirência, consórcios e seguros, potencializando o número de produtos consumidos pelos clientes;
 - b) expandir os produtos de captação e de fundos de investimentos para melhor atender a alocação de recursos dos clientes;
 - c) qualificar o atendimento da rede de agências e dos correspondentes bancários na Região Sul, nos municípios do Rio Grande do Sul, por meio do aprimoramento das relações com os clientes e da qualificação e valorização dos empregados do Banrisul;
 - d) incentivar a cadeia produtiva do agronegócio e dos sistemas agroindustriais do Estado através da aplicação de recursos em programas específicos e demais linhas de financiamentos de investimento, custeio, comercialização e industrialização dos produtos agropecuários, atendendo agricultores familiares, médios produtores, agricultores empresariais e cooperativas de produção agropecuária;
 - e) focar na atuação ao setor público, em especial as linhas de crédito consignado aos servidores públicos, inativos e aposentados do INSS, bem como a ampliação do relacionamento com profissionais liberais, público jovem e clientes segmento alta renda;
 - f) alocar recursos de linhas de financiamento que visem o apoio à modernização da infraestrutura;

g) alocar recursos no desenvolvimento de plataforma digital para atendimento massificado de clientes, contribuindo para o aumento da eficiência operacional e prospecção de novos clientes através de jornada digital;

h) aumentar a eficiência e a qualidade do atendimento no segmento empresarial massificado, aplicando um modelo segmentado de atendimento à pessoa física, além da consolidação de uma estratégia de meios de pagamento e aquisição através da Vero para aumentar a presença e rentabilidade no segmento de PME;

i) alocar recursos em linhas de crédito especiais oriundas de programas governamentais e de parcerias privadas, vinculadas a fundos garantidores, como o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) e o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE);

j) alocar recursos em linhas de crédito destinadas à exportação que visem atender à necessidade de apoio à produção e comercialização do segmento exportador do Estado;

k) alocar recursos em linhas de crédito que atendam a necessidade da população gaúcha de aquisição ou construção de imóveis residenciais e não-residenciais;

l) alocar recursos em linhas de crédito para financiamentos de projetos com foco na sustentabilidade, eficiência energética e geração de energias renováveis;

m) alocar recursos através de linhas de crédito destinadas a atender às demandas do hospitais, públicos e privados, clínicas e laboratórios que prestam atendimento à saúde, com vistas a apoiar a recuperação desse setor;

n) alocar recursos para capital de giro de investimentos em modernização de infraestrutura física e tecnológica das Universidades do Estado, bem como através de linhas de crédito destinadas ao financiamento da semestralidade dos estudantes de ensino superior;

o) incentivar projetos de promoção da cultura e esporte e de preservação e melhoria do meio ambiente; e

p) atender projetos sociais e apoiar programas de natureza voluntária, especialmente na áreas de educação, promovendo a disseminação e cultura da responsabilidade social.

II - no Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS:

a) sustentar e apoiar a matriz produtiva gaúcha de bens tradicionais, que tem alto impacto na geração de emprego e de renda na economia gaúcha, buscando consolidar e aumentar o seu grau de competitividade nacional e internacional;

b) apoiar a realização de investimentos rurais e agroindustriais convergentes com a modernização e expansão das atividades do agronegócio rio-grandense, com ênfase na irrigação, na armazenagem e nas máquinas e implementos agropecuários;

c) fomentar, atrair, inserir e consolidar, na matriz produtiva gaúcha, novos setores produtivos, em especial baseados na economia do conhecimento, buscando a diversificação e a inserção da economia rio-grandense na dinâmica econômica global;

d) apoiar a realização de investimentos em inovação de produtos, processos e insumos pelas empresas e produtores do Rio Grande do Sul, com o fito de aumentar a sua participação nos mercados nacional e internacional, em especial no que concerne a bens e serviços de maior valor agregado;

e) promover a capitalização de micro e pequenas empresas inovadoras na economia gaúcha, mediante a subscrição de cotas em fundos de investimentos em participações que tenham tal fim;

f) apoiar a reconversão e/ou revitalização econômica de regiões e municípios com desafios de dinamismo produtivo e/ou de mercados decrescentes;

g) fomentar a realização de investimentos públicos projetados pelas prefeituras municipais do Rio Grande do Sul, tendo em vista o desenvolvimento da infraestrutura econômica e social urbana do Estado;

h) ampliar, modernizar e consolidar a infraestrutura de logística, de energia e de comunicação digital, buscando apoiar a dinâmica produtiva, elevar o grau de competitividade da economia do Rio Grande do Sul e sustentar seu crescimento de médio e longo prazo;

i) contribuir para a preservação, sustentabilidade e recuperação do meio ambiente natural do Rio Grande do Sul, tanto mediante o apoio financeiro a investimentos com tais características, quanto mediante a avaliação dos efeitos ambientais dos investimentos em geral financiados pela instituição;

j) participar das atividades do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de apoio às cadeias e aos arranjos produtivos locais e às redes de cooperação, bem como fomentar o empreendedorismo local e regional;

k) executar a gestão financeira dos fundos estaduais de apoio ao desenvolvimento da economia gaúcha, mediante o controle de contratos, desembolsos, saldos e pagamentos dos seus beneficiários;

l) prestar serviços de apoio ao Poder Executivo do Rio Grande do Sul, no que tange à gestão de fundos estaduais de desenvolvimento e do apoio à gestão do patrimônio público estadual e à realização de investimentos mediante parcerias público-privadas;

m) prestar serviços às prefeituras municipais do Rio Grande do Sul, no que se refere ao apoio para a definição de planos estratégicos e táticos de desenvolvimento local e à elaboração de projetos de investimentos públicos;

n) qualificar de forma contínua a gestão do Badesul, otimizando gastos, maximizando receitas, preservando o equilíbrio econômico e financeiro da instituição e da sua missão; e

o) aperfeiçoar a comunicação entre o Badesul e seus clientes, em especial no que se refere ao monitoramento de empresas, produtores rurais e prefeituras municipais.

III - no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE:

a) proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento, a longo prazo, de programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento sustentável, potencializando o impacto das ações na sociedade com inclusão social, equidade e redução das desigualdades;

b) facilitar e fortalecer a promoção e o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS definidos pela Assembleia Geral da ONU, como uma nova agenda de desenvolvimento sustentável;

c) reduzir desigualdades de acesso ao crédito, por meio de programas específicos voltados a gênero e inclusão social e econômica (ODS 5 e 10);

d) instrumentar políticas públicas de desenvolvimento, especialmente aquelas vinculadas ao Governo do Estado do RS;

e) promover e estimular ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social de toda a região de atuação, apoiando as iniciativas governamentais e privadas, através do planejamento e do apoio técnico, institucional e creditício de longo prazo;

f) apoiar a promoção e execução das políticas públicas dos Municípios, com desenvolvimento institucional e de infraestrutura econômica, ambiental, social e turística, urbana e rural dos Municípios da Região Sul do Brasil, através de prestação de serviços e apoio a investimentos, visando ao atendimento da demanda por serviços básicos e bens públicos, à melhoria da qualidade de vida da população e a melhores práticas de gestão e de sustentabilidade;

g) auxiliar o Estado e municípios na estruturação e financiamento de projetos de Concessões e Parcerias Público Privados;

h) elaborar alternativas de financiamento com instituições de fomento e desenvolvimento nacionais e internacionais e mecanismos de mercado;

i) estimular projetos e ações de responsabilidade socioambiental e alinhados aos objetivos da agenda de desenvolvimento sustentável – Agenda 2030;

j) implementar as melhores práticas com critérios ESG (Environmental, Social and Governance), estabelecendo indicadores sociais, ambientais e de governança que priorizem investimentos para projetos sustentáveis como de: Energias Limpas e Renováveis, Saneamento Básico, Agropecuária Sustentável, Cidades Inteligentes, Indústria e Comércio Sustentáveis, Gestão de Resíduos e Reciclagem, Uso Racional da Água dentre outros, que observem as mudanças climáticas e que contribuam de forma responsável com a preservação do planeta;

k) apoiar o aumento da produção, do emprego e da massa salarial, por meio do apoio financeiro;

l) pulverizar e democratizar o acesso ao crédito aos produtos rurais e micro empresas através do apoio aos sistemas cooperativos de crédito e de produção, bem como às empresas integradoras, no financiamento das necessidades de investimento de seus associados integrado;

m) estruturar soluções para viabilizar investimentos, construindo soluções customizadas aos empreendedores;

- n) priorizar o financiamento a projetos de inovação através de convênios com Universidades e entidades que promovam esta iniciativa por meio do Programa BRDE Inova;
- o) financiar investimentos no agronegócio;
- p) apoiar - através de financiamentos de longo prazo - os investimentos em irrigação no meio rural devendo, sempre que viável, enquadrá-los nas políticas de incentivo promovidas pela SEAPDR/RS;
- q) priorizar os financiamentos que envolvam sustentabilidade ambiental por meio de Programas específicos junto aos entes públicos e privados do setor;
- r) financiar a construção, ampliação, modernização e realocação de plantas industriais;
- s) financiar a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais novos, credenciados no BNDES/FINAME, proporcionando o crescimento da indústria brasileira de bens de capital;
- t) financiar a importação de máquinas e equipamentos sem similar nacional voltado a absorção tecnológica pelas empresas brasileiras;
- u) apoiar a implantação de projetos de geração de energia em sistemas elétricos isolados a partir da energia eólica, de geração de energia a partir da captura da radiação solar, energia dos oceanos e biomassa;
- v) financiar a infraestrutura por meio de crédito de longo prazo com prioridade para projetos ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis;
- w) fortalecer a microempresa;
- x) prestar garantia junto a instituições financeiras;
- y) qualificar as ações mediante a formulação de programas dirigidos, atendendo as necessidades de microrregiões específicas;
- z) identificar novas oportunidades e necessidades;
- aa) valorizar a qualidade e o impacto social dos resultados das ações – Em especial, ações dirigidas à elevação dos níveis de tecnologia, mecanização, redução de custos, agregação de valor e geração de renda adicional;
- ab) melhorar e modernizar a comunicação do BRDE com seus clientes, obtendo qualidade e celeridade na execução do processo de comunicação; e
- ac) assegurar uma comunicação institucional efetiva, unificada e centralizada.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46. Todas as receitas geradas ou arrecadadas, a qualquer título, no âmbito da Administração Direta, serão obrigatoriamente recolhidas à conta do Tesouro do Estado, exceto os rendimentos provenientes das aplicações financeiras dos duodécimos dos Poderes Judiciário e Legislativo, incluído o do Tribunal de Contas, do Ministério Público e da Defensoria Pública, os recursos auferidos ao Poder Judiciário advindos da gestão dos depósitos judiciais e as receitas provenientes das Leis n.º 8.960, de 28 de dezembro de 1989, que dispõe sobre a Taxa Judiciária; n.º 8.121, de 30 de dezembro de 1985, Regimento de Custas; n.º 14.634, de 15 de dezembro de 2014, que institui a Taxa Única de Serviços Judiciais; n.º 12.613, de 8 de novembro de 2006, que dispõe sobre a arrecadação da taxa judiciária, custas e emolumentos judiciais, e dá outras providências; n.º 7.220, de 13 de dezembro de 1978, que autoriza o Poder Judiciário a instituir o Fundo de Reparcelamento do Poder Judiciário – FRPJ, e dá outras providências; n.º 12.692, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre os emolumentos dos serviços notariais e de registro, cria o Selo Digital de Fiscalização Notarial e Registral, institui o Fundo Notarial e Registral e dá outras providências; n.º 11.579, de 5 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Reparcelamento do Ministério Público – FRMP, e dá outras providências; n.º 14.791, de 15 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados – FRBL; n.º 11.934, de 24 de junho de 2003, que cria o Fundo de Reparcelamento do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências; Resolução n.º 2.889, de 9 de setembro de 2003, que cria o Fundo de Reparcelamento da Assembleia Legislativa e dá outras providências; bem como as receitas destinadas ao Fundo de Aparcelamento da Defensoria Pública – FADEP, criado pela Lei n.º 10.298, de 16 de novembro de 1994.

Art. 47. Fica vedada a criação de novas vinculações de receita em qualquer dos Poderes do Estado, sem que haja a identificação da disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros para fazer frente à despesa.

Parágrafo único. A criação de que trata o “caput” deste artigo deverá ser verificada e homologada pela Junta de Coordenação Orçamentária e Financeira – JUNCOF, antes do envio do projeto de lei ao Poder Legislativo ou da publicação de ato administrativo normativo criando essa vinculação.

Art. 48. Os recursos de origem estadual do Poder Executivo, que se constituírem em superávit financeiro ao término do exercício de 2022, poderão ser convertidos até o limite de 95% (noventa e cinco por cento) para o Fundo de Reforma do Estado, criado pelo art. 8.º da Lei n.º 10.607, de 28 de dezembro de 1995, por meio de decreto do Poder Executivo.

§ 1º Excetuam-se do disposto no “caput” deste artigo os recursos de:

- I - transferências constitucionais, legais e voluntárias vinculadas recebidas da União;
- II - fundos e receitas vinculadas estabelecidas por legislação federal; e
- III - operações de crédito.

§ 2º Entende-se por superávit financeiro, para fins do disposto no “caput” deste artigo, a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2022.

Art. 49. Todas as despesas decorrentes de aplicações em ações e serviços públicos de saúde e na manutenção e desenvolvimento do ensino deverão ser consignadas por recursos identificados pela vinculação à saúde e manutenção e desenvolvimento do ensino, inclusive com uma parcela de gastos administrativos imprescindíveis à consecução das referidas aplicações.

Art. 50. Na hipótese de a Lei Orçamentária de 2023 não ser sancionada até 31 de dezembro de 2022, a programação constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 poderá ser executada, em cada mês, para as despesas relativas a:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - benefícios previdenciários;
- III - amortização, juros e encargos da dívida;
- IV - PASEP;
- V - demais despesas que constituem obrigações constitucionais, legais ou contratuais do Estado;
- VI - ações de prevenção a desastres classificadas na subfunção “Defesa Civil”; e
- VII - outras despesas de caráter inadiável.

Parágrafo único. As despesas descritas no inciso VII deste artigo estão limitadas a 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação prevista no Projeto de Lei Orçamentária de 2023, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei.

Art. 51. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2023

I. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

1. garantir ao Poder Legislativo os meios necessários ao cumprimento de suas atribuições, qualificando e modernizando os seus espaços, recursos, serviços e procedimentos legislativos, implementando novos processos e aperfeiçoando os já existentes, por meio de gestão compartilhada na administração da legislatura;

2. aperfeiçoar os mecanismos de participação e interação da sociedade com o Parlamento, inclusive garantindo recursos e logística para a realização de audiências públicas, seminários e demais eventos promovidos pelo Legislativo, inclusive fora das dependências da Assembleia Legislativa;

3. ampliar e democratizar a comunicação da Assembleia Legislativa com a sociedade, modernizando a infraestrutura e logística de áudio e vídeo e criando condições de adequação aos avanços tecnológicos e às mudanças nos marcos regulatórios; bem como intensificar a utilização dos demais meios de comunicação e divulgação institucional, inclusive mediante celebração de convênios com entidades mantenedoras de rádios comunitárias, a fim de facilitar a todos os segmentos da sociedade o acompanhamento dos trabalhos do Parlamento;

4. dar continuidade à reestruturação administrativa da Assembleia Legislativa, mediante criação ou extinção de cargos e/ou funções, bem como ao provimento de cargos e funções legalmente destinados ao Poder Legislativo;

5. expandir o projeto de informatização e os mecanismos de tecnologia de informação direcionados à qualificação dos serviços da Assembleia Legislativa, mediante aquisição e atualização de equipamentos e programas e elaboração de projetos e sistemas, visando seu pleno desempenho e expansão da rede instalada, inclusive via acesso remoto ou mediante a interligação com bancos de dados que permitam a troca de informações, cadastros e dados, no interesse das atividades do Poder Legislativo;

6. promover a progressão funcional e a recomposição e revisão do poder aquisitivo dos vencimentos e proventos de modo a valorizar os servidores, buscando condições orçamentárias necessárias para o pagamento de passivos de pessoal, respeitando os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, além de implementar o pagamento de outras vantagens, inclusive parcelas atrasadas, e conceder aumento e/ou realinhamento de estruturas remuneratórias;

7. promover a qualificação dos servidores, intensificar a capacitação do quadro funcional, otimizando o treinamento e desenvolvimento corporativo; dar continuidade ao desenvolvimento de projetos, objetivando a gestão estratégica de pessoas e a manutenção da saúde ocupacional dos servidores em exercício na Assembleia Legislativa;

8. dar continuidade ao processo de interiorização da Assembleia Legislativa, de forma própria e também em parceria institucional e de logística com organismos representativos de segmentos da sociedade gaúcha, como forma de concretizar a aproximação dos trabalhos parlamentares com a população, promovendo uma ampla discussão sobre temas relevantes, visando à promoção de políticas públicas capazes de beneficiar os diversos segmentos heterogêneos da nossa sociedade;

9. promover a cooperação técnica dos órgãos deste parlamento com entidades municipais, estaduais, nacionais e internacionais, públicas ou privadas, inclusive com as escolas de gestão ou de governo do Poder Executivo, Tribunal de Contas, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Procuradoria-Geral do Estado e de organismos representativos de prefeitos municipais e vereadores, visando à promoção de políticas e o debate de temas de interesse público e social para a população gaúcha;

10. dar continuidade à ampliação, construção, aquisição, reforma e recuperação das instalações da Assembleia Legislativa, racionalizando e otimizando seu espaço físico, adequando-o a novas formas de utilização, facilitando o acesso ao público em geral e, em especial, às pessoas com deficiência;

11. promover as condições tecnológicas e materiais necessárias para a manutenção e o aprimoramento do cumprimento da Lei de Acesso à Informação, aproximando, desse modo, o Parlamento da sociedade gaúcha;

12. promover e incentivar o desenvolvimento de atividades culturais, objetivando a integração da sociedade com o patrimônio histórico, artístico e cultural do Rio Grande do Sul;

13. promover as condições materiais e humanas necessárias para a recepção oficial de autoridades e personalidades públicas em visita ao Parlamento, bem como para reuniões administrativas e prestação de contas à comunidade e aos veículos de comunicação social, conforme deliberação da Mesa; e

14. implementar ações objetivando o apoio técnico institucional às Câmaras de Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul.

II. TRIBUNAL DE CONTAS

1. realizar 2.700 procedimentos de fiscalização (auditorias, inspeções, monitoramentos, diligências, etc.) e 21.000 procedimentos de instrução processual;

2. prover os cargos legalmente destinados ao Tribunal de Contas do Estado, inclusive mediante a realização de concurso público; criar ou extinguir cargos e/ou funções;

3. promover a alteração dos vencimentos, gratificações, indenizações e benefícios dos Conselheiros, Conselheiros Substitutos, Procurador, Procuradores Adjuntos e Servidores, Ativos e Inativos, bem como efetuar o pagamento de passivo de pessoal de exercícios anteriores;

4. complementar a reestruturação do Plano de Carreira dos Servidores;

5. implantar e fortalecer boas práticas de gestão e governança institucional;

6. dar continuidade à expansão, atualização e melhoramentos na infraestrutura dos serviços técnicos e administrativos do Tribunal de Contas do Estado;

7. ampliar e aprimorar o uso de Tecnologia da Informação – TI, mediante a aquisição e atualização de equipamentos e programas, bem como através da elaboração de projetos e sistemas, visando à plena utilização e expansão da rede instalada, inclusive via acesso remoto;

8. dar continuidade à implantação dos projetos voltados à modernização das atividades de controle externo e à transparência das atividades do Governo;

9. fortalecer e ampliar a atuação da Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena, visando ao aperfeiçoamento e à capacitação do corpo funcional, servidores públicos e agentes políticos, contemplando, inclusive, a interação do Tribunal de Contas com os demais órgãos técnicos e a sociedade, tendo em vista suas atribuições de natureza preventiva e de orientação; e

10. dar continuidade ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas que serão financiados com recursos orçamentários, nos termos que estabelece a Lei Complementar nº 101/2000.

III. PODER JUDICIÁRIO

1. garantir ao Poder Judiciário os meios necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, qualificando os serviços e procedimentos, visando a atender com eficiência e eficácia a demanda da prestação jurisdicional;

2. criar Comarcas, Juizados, Varas, cargos de Juiz, bem como funções e cargos auxiliares e de assessoramento na Justiça de 1º Grau;

3. criar Câmaras, Grupos, cargos de Desembargador, bem como funções e cargos auxiliares e de assessoramento na Justiça de 2º Grau;

4. realizar concurso público para o preenchimento dos cargos vagos na Justiça de 1º e 2º Graus, assim como dos cargos de Magistrados e servidores a serem criados nas duas instâncias;

5. prover os cargos e funções criados e vagos no 1.º e 2.º Graus;

6. criar e preencher os cargos para atender às necessidades de Cartórios Judiciais Estatizados em razão de vacância, bem como daqueles que vierem a ser estatizados;

7. promover, quando necessário, a elevação de entrância das comarcas;

8. implementar efetivamente as ações previstas no Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça;
9. ampliar o número de Juizados Especiais dotando-os de infraestrutura necessária ao desenvolvimento de suas atividades, objetivando maior agilização da Justiça de 1.º grau;
10. custear e/ou promover cursos, simpósios, congressos, encontros e seminários visando ao treinamento e aperfeiçoamento de Magistrados e servidores;
11. efetuar o realinhamento das classes funcionais com a implantação do plano de carreira dos servidores e atender às disposições decorrentes da implantação do novo “Estatuto dos Servidores da Justiça”;
12. conceder reposição salarial aos servidores, assim como recuperar as perdas existentes e promover a revisão de auxílios;
13. promover a alteração do valor nominal do subsídio, nos termos estabelecidos pelos arts. 37, XI, e 93, V, da Constituição Federal;
14. autorizar o pagamento de passivo de exercícios anteriores, benefícios e outras vantagens de pessoal para Magistrados e servidores;
15. promover melhorias nas instalações da Justiça, com construção, ampliações, reformas, adaptações e manutenção de prédios;
16. adquirir equipamentos em geral, especialmente de informática, telefonia e segurança, veículos e mobiliários, destinados a atender às necessidades do 1.º e 2.º graus;
17. manter e ampliar a informatização do Poder Judiciário, abrangendo todas as comarcas do Estado, visando a agilizar os serviços jurisdicionais na crescente demanda da sociedade;
18. incrementar os níveis de investimento do Poder Judiciário, inclusive com as compensações necessárias das receitas vinculadas a estes fins;
19. promover e incrementar condições laborais que garantam melhor qualidade de vida no trabalho, bem como implementar políticas de proteção à saúde de servidores, magistrados e pensionistas, bem como seus dependentes, objetivando bem-estar físico, mental e social, em consonância com as orientações normativas do Conselho Nacional de Justiça e do Órgão Especial do Tribunal de Justiça;
20. estimular a criação de Conselhos Municipais Penitenciários, auxiliando na humanização dos presídios e ressocialização do preso; e
21. criar Centros Judiciários de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, antes e depois da propositura da demanda judicial, previsto no art. 165 do NCPC.

IV. MINISTÉRIO PÚBLICO

1. prover o Ministério Público de recursos materiais necessários para o cumprimento de suas funções legais e constitucionais e aumentar a eficiência e eficácia nas áreas de sua atuação, dotando a Instituição de recursos humanos e promovendo o realinhamento remuneratório;
2. dar continuidade ao sistema remuneratório com base no artigo 39, § 4º, combinado com o artigo 128, § 5º, inc. I, alínea “c”, ambos da Constituição Federal e com a Lei Estadual nº 12.911, de 11 de março de 2008;
3. ampliar a capacidade instalada da Procuradoria-Geral de Justiça e das Promotorias e Procuradorias de Justiça;
4. desenvolver trabalhos visando à preservação da memória da Instituição, por meio da operacionalização do Memorial do Ministério Público;
5. construir, reformar e ampliar sedes próprias em terrenos adquiridos ou recebidos para esse fim;
6. promover e incrementar, por meio de setores e segmentos específicos, o aprimoramento técnico, profissional e cultural dos membros e dos servidores do Ministério Público, inclusive por intermédio de entidades identificadas com os objetivos e atribuições da Instituição, objetivando a melhor execução de

seus serviços e a racionalização de seus recursos materiais, garantindo a eficiência e eficácia dos serviços prestados;

7. fomentar o estabelecimento da cultura da informação digital, focado no estímulo à utilização racional dos meios e disponibilização de informações relevantes para a gestão, como a implementação do trabalho remoto, e dotar o Ministério Público de ferramentas na área de Tecnologia da Informação (TI), que deem suporte aos serviços de processamento de dados, qualificando a informação e propiciando a realização de ações com maior grau de confiabilidade e eficácia;

8. prosseguir no cumprimento de suas funções institucionais, previstas na Constituição Federal e legislação específica;

9. desenvolver e gerir a estratégia da Instituição, num processo de aperfeiçoamento constante da Procuradoria-Geral de Justiça, com a finalidade de otimizar a aplicação dos recursos humanos e materiais disponíveis, qualificar os serviços prestados e ampliar a efetividade das ações ministeriais;

10. criar e prover cargos na carreira do Ministério Público e Serviços Auxiliares, de acordo com a necessidade;

11. realizar concursos públicos para o provimento de cargos iniciais da carreira do Ministério Público e do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo dos Serviços Auxiliares;

12. proceder ao pagamento de passivo de pessoal, indenizações, auxílios, benefícios e outras vantagens para membros e servidores, ativos, inativos e pensionistas, inclusive de exercícios anteriores;

13. promover a reposição remuneratória nos subsídios e vencimentos de membros, servidores, ativos e inativos, pensionistas e recuperar perdas existentes;

14. promover as ações necessárias para a implementação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários no Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo dos Serviços Auxiliares, aprovado pela Lei nº 15.516, de 08 de setembro de 2020;

15. desenvolver ações integradas nas áreas criminal, civil, do meio ambiente, da infância e juventude e da probidade administrativa, por meio de captação de recursos junto à Organismos Nacionais e Internacionais;

16. promover a gestão de recursos humanos, buscando a valorização do quadro funcional, bem como incrementar as condições laborais, fins de garantir melhor qualidade de vida no trabalho e implementar políticas de proteção à saúde de membros, servidores, pensionistas e dependentes, reafirmando a sua preocupação quanto ao bem estar físico, mental e social, em consonância com as orientações normativas do Conselho Nacional do Ministério Público;

17. dinamizar o relacionamento e a interação com os Poderes e Instituições de Estado, bem como com a sociedade civil organizada;

18. aproximar a Instituição da Sociedade, de modo a facilitar o acesso a todas as suas áreas de atuação, ampliando os espaços de interlocução com as bases comunitárias e agilizando o reconhecimento das demandas sociais, contribuindo para a construção de um ambiente propício ao desenvolvimento de ações conjuntas para o atendimento dos anseios sociais;

19. ampliar parcerias com os conselhos municipais e estaduais, as universidades, as escolas e outras organizações sociais;

20. implementar ações provenientes de parcerias firmadas com terceiros, por meio de convênios e acordos;

21. prosseguir a implementação do planejamento estratégico da Instituição, objetivando a concretização do posicionamento de transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais, com a aplicação de novas ferramentas de gestão;

22. aplicar recursos orçamentários provenientes de outras esferas de governo, da criação de novas receitas próprias ou da redistribuição de receitas já existentes;

23. manter diálogo informativo com a sociedade e o cidadão, sobre ações institucionais, disponibilizando os canais de Serviço de Atendimento ao Cidadão (Ouvidoria), e a Rádio MP; e

24. aplicar os recursos do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL destinados a ressarcir à coletividade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, à economia popular, a bens de direito de valor artístico, histórico, estético, turístico e paisagístico, à ordem urbanística, à ordem

econômica, ao patrimônio público, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.

V. DEFENSORIA PÚBLICA

- 1.** adquirir, construir, locar e reformar prédios para que a instituição tenha sedes próprias em todas as Unidades Jurisdicionais do Estado, conforme preconiza a Emenda Constitucional 80/2014;
- 2.** prover a Defensoria Pública dos recursos materiais necessários, garantindo atendimento qualificado em todas as unidades do Estado e adequado desempenho das atividades de apoio na sede administrativa;
- 3.** revisar o Planejamento Estratégico da Instituição, adequando os objetivos, indicadores, metas, processos e projetos ao ambiente interno e externo;
- 4.** desenvolver em sistema de workflow os processos de trabalho da área meio, otimizando e automatizando os fluxos, com vistas a qualificar, agilizar e desburocratizar os serviços prestados;
- 5.** desenvolver e dar suporte ao Portal da Defensoria para imprimir agilidade, automatização e padronização das atividades finalísticas, integrando-o com o processo eletrônico do Poder Judiciário;
- 6.** aperfeiçoar os sistemas informatizados das atividades de apoio da instituição para garantir a adequada prestação dos serviços da área fim;
- 7.** criar e implantar as Defensorias previstas nos projetos de lei 91/2018 e 198/2019, a fim de atender ao que determina a Emenda Constitucional 80/2014;
- 8.** modernizar e reestruturar o quadro de pessoal da Defensoria;
- 9.** realizar cursos, simpósios, congressos, encontros e seminários para capacitação dos defensores públicos e servidores;
- 10.** atualizar periodicamente a remuneração dos estagiários;
- 11.** investir na gestão de pessoal, valorizando e desenvolvendo defensores, servidores e estagiários;
- 12.** desenvolver ações para otimizar a aplicação das receitas ordinárias;
- 13.** realizar mutirões de atendimento para dar vazão a demandas específicas;
- 14.** desenvolver e executar ações de educação em direitos e promoção dos direitos humanos;
- 15.** ampliar a atuação extrajudicial, visando à redução da judicialização de ações;
- 16.** promover ações publicitárias visando à divulgação dos serviços prestados e ao fortalecimento institucional;
- 17.** buscar melhorar os indicadores de atuação da atividade finalística: número de atendimentos (presencial e não presencial), peças produzidas, solenidades atendidas, redução do tempo de espera para atendimentos agendados, ações de educação em direitos e promoções de direitos humanos;
- 18.** realizar ações para fortalecer a imagem institucional e melhorar a performance da Defensoria em pesquisas que indiquem o grau de confiança da sociedade nas instituições públicas;
- 19.** atuar para aumentar a arrecadação das receitas vinculadas ao Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública; e
- 20.** aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, otimizar os gastos públicos e contribuir para o equilíbrio fiscal.

VI. PODER EXECUTIVO

As prioridades e metas do Poder Executivo são compostas pelos Projetos Estratégicos vinculados aos Programas, Ações Programáticas e Iniciativas definidas para acompanhamento no exercício 2023. As metas serão definidas no Acordo de Resultados 2023.

| PROGRAMA | AÇÃO PROGRAMÁTICA | INICIATIVA | PROJETO ESTRATÉGICO | |
|-------------------|--|--|--|-----------------------------|
| Acelera RS | Ambientes de Inovação | Iconicidades | Iconicidades | |
| | | INOVA - Desenvolvimento e implantação de Ecossistemas Regionais de Inovação no RS | Inova RS | |
| | | UERGS 20+ | UERGS 20+ | |
| | Conhecimento em Inovação, Ciência e Tecnologia | Fomento à pesquisa para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação. | Inova Clusters | |
| | | GameRS: Desenvolvimento da indústria gaúcha de Games | Game RS | |
| | | Startup Labs: Empreendedorismo Intensivo em Conhecimento | Startup Lab | |
| | | Tech Futuro: tecnologias portadoras de futuro para setores econômicos estratégicos | Tech Futuro | |
| | | Fomento a pesquisa para desenvolvimento científico e tecnológico de inovação | Redes Inovadoras de Tecnologias Estratégicas (RITEs) | |
| | | RS Criativo | Capacitação e Formação na Área da Economia Criativa | RS Criativo |
| | | Fazer e Viver a Cultura no RS | Sistema Estadual de Cultura | Sistema Estadual de Cultura |

| PROGRAMA | AÇÃO PROGRAMÁTICA | INICIATIVA | PROJETO ESTRATÉGICO | |
|--------------------------|---|--|---|------------------------------------|
| Campo em Ascensão | Novos negócios e comercialização | Apoio ao cooperativismo para Qualificar a Gestão/Produção e Capacitar os Cooperados/Associados | Aquisição de Alimentos de Produtores da Agricultura Familiar | |
| | | Apoio ao aumento de agroindústrias familiares | Fortalecimento das agroindústrias familiares | |
| | Redução do impacto da estiagem e qualificação da infraestrutura | Apoio a infraestrutura rural | | Combate à estiagem |
| | | | | Revitalização de Estradas Vicinais |
| | | Barragem de Jaguari | Irriga Mais RS - Reservação de água e projetos de irrigação | |
| | | Barragem Taquarembó | Barragem Jaguari e Sistemas Associados | |
| | Sanidade Animal e Vegetal | Certificação da Zona Livre de Aftosa Sem Vacinação | Fortalecimento das Certificações Sanitárias Animais | |
| | | Análises para a Certificação da Sanidade da Pecuária Gaúcha | Análises para a Certificação da Sanidade da Pecuária Gaúcha | |
| | | Defesa e Inspeção Animal e Vegetal | Controle da Deriva de Agrotóxicos Fortalecimento da Defesa Vegetal e Segurança Alimentar de Origem Vegetal | |
| | Inovação Tecnológica para o Campo | Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Agropecuária Gaúcha | Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Agropecuária Gaúcha | |
| | | Projeto SIMAGRO-RS: Desenvolvimento de Ferramentas Meteorológicas para Suporte à Agropecuária Estadual | Irriga Mais RS - SIMAGRO | |

| PROGRAMA | AÇÃO PROGRAMÁTICA | INICIATIVA | PROJETO ESTRATÉGICO |
|----------------------------------|--|---|--|
| Desenvolve RS | Apoio à Qualidade de Vida nos Municípios | Apoio à manutenção das estradas vicinais | Apoio à Manutenção das Estradas Vicinais |
| | | Perfuração de poços, redes e módulos sanitários | Aquisição de equipamentos para recuperação, manutenção de estradas vicinais e desassoreamento de rios e riachos. Nenhuma Casa sem Banheiro Perfuração de Poços Profundos |
| | Desenvolvimento Regional | Desenvolvimento por meio da participação popular | Consulta Popular RS |
| | | Implementação da regionalização integrada | Regionalização de Governo |
| | RS Turismo Sustentável | Implementação da gestão descentralizada nas regiões turísticas do RS | Desenvolve Turismo RS |
| | | | Mais Turismo RS |
| | Desenvolvimento territorial e mobilidade urbana | Aperfeiçoamento e Qualificação do Sistema de Transporte Metropolitano | Regulamentação da Lei 14.293/2013, que cria a Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG) |
| | | | Aperfeiçoamento e qualificação do Sistema de Transporte Metropolitano [Grande POA] |
| | | | Aperfeiçoamento e qualificação do Sistema de Transporte Metropolitano na RMSG e aglomerados |
| | | | Gestão do Transporte Coletivo |
| | Incentivo à permanência no campo | Gestão do Transporte Coletivo | Gestão de Transporte Coletivo - GTC |
| | | | Implementação do Programa Pavimenta |
| | | | Pavimenta RS |
| | | | Apoio e Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite e Pecuária |
| | Incentivo à permanência no campo | Apoio e Desenvolvimento da Agricultura Familiar | Qualificação da disponibilização de sementes para a Agricultura Familiar |
| | | | Fortalecimento da agricultura familiar |
| | | | Capacitação, Assistência Técnica e Extensão Rural |
| Incentivo à permanência no campo | Regularização Fundiária e Ambiental | Incremento à produção e qualidade do milho - Pró-Milho RS | |
| | | Regularização Fundiária e Ambiental de Assentamentos e Reassentamentos. | |
| RS Competitivo | Atração de investimentos através da disponibilização de incentivos financeiros e adequação de áreas industriais para novos empreendimentos | FUNDOPEM 4.0 | |

| PROGRAMA | AÇÃO PROGRAMÁTICA | INICIATIVA | PROJETO ESTRATÉGICO |
|-------------------|--|---|--|
| | | Fortalecimento de cadeias de valor | RS Competitivo |
| | Invest RS | Atração de Investimentos | Juro Zero Invest RS |
| Educa + RS | Qualificação da Infraestrutura Física, Administrativa e Pedagógica das Escolas | Implementação de ações que possibilitem a qualificação da infraestrutura física, administrativa e pedagógica das escolas de Educação Básica | Escola Padrão PPCI na Escola Conecta RS Gestão do fluxo de atendimento de obras escolares Melhorias CREs e SEDUC Instituto de Educação Flores da Cunha - Escola do Amanhã |
| | | Qualificação da rede pública estadual, com aquisição de materiais e equipamentos básicos, pedagógicos e tecnológicos | Agiliza Educação Centro Gaúcho de Educação Mediada por Tecnologias - CEGEMTEC |
| | Escola da Vida - Educação para a Nova Economia | Implantação do Novo Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Fundamental e Médio com Base na BNCC | Ensino Médio Gaúcho |
| | | Atualização da Matriz Curricular no Ensino Médio e da Educação Profissional Voltada para Nova Economia e Competências para o Século XXI | Expansão da Educação Profissional e Técnica |
| | Qualificação da Aprendizagem | Implementação do projeto de recuperação e aceleração da aprendizagem para os alunos da rede estadual | Aprende Mais Escolha Certa Todo Jovem na Escola |
| | | Apoio ao acompanhamento da situação do aluno na Escola | Busca Ativa e acompanhamento estudantil |
| | | Implementação do Sistema de Avaliação da Educação Básica no Estado do Rio Grande do Sul - SAERS | Educação com Base em Evidências |
| | Formação e valorização dos profissionais da educação | Aperfeiçoamento dos profissionais de educação por meio de formação continuada | Formação dos Gestores Escolares Educação Antirracista |
| | Escola da Vida - Educação para a Nova Economia | Implantação do Novo Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Fundamental e Médio com base na BNCC | Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Fundamental |

| PROGRAMA | AÇÃO PROGRAMÁTICA | INICIATIVA | PROJETO ESTRATÉGICO | |
|-----------------------------|---|--|---|---|
| Evolução Sustentável | Gestão em Proteção e Defesa Civil | Aprimoramento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil e Gerenciamento de Riscos e Desastres | Expansão do Sistema de Gerenciamento de Risco e Desastre - SEGIRD | |
| | | Reaparelhamento e Modernização da Defesa Civil Estadual | Reaparelhamento e Modernização da Defesa Civil Estadual | |
| | | Gestão de Projetos, Estudos de Alternativas e Concepções de Obras para Prevenção de Cheias na Região Metropolitana de Porto Alegre | PAC Prevenção de Inundações | |
| | Prevenção e Conservação da Biodiversidade | RS Bio | Projetos Exóticas Invasoras | |
| | | | Projetos Live | |
| | Promoção da Gestão Ambiental | Gestão Ambiental | Programa Avançar nos Parques Naturais | |
| | | | Gestão Ambiental de Rodovias Pedagiadas | Gestão Ambiental de Rodovias Pedagiadas |
| | | | Programa Avançar de Revitalização de Bacias | |
| | | | Gestão de Recursos Hídricos | Gestão Binacional, Recursos Hídricos, Bacia da Lagoa Mirim e Lagoas Costeiras |
| | | | Plano Estadual de Saneamento - PLANESAN - RS | Plano Estadual de Saneamento - PLANESAN RS |
| Governo 4.0 | Eficiência e Assertividade no Gerenciamento de Obras Públicas | Modernização das Coordenadorias Regionais de Obras – CROP | Modernização das Coordenadorias Regionais de Obras - CROPS | |
| | | Ampliação do uso do Sistema de Gestão de Obras - SGOs | SGO - Sistema de Gestão de Obras | |
| | | Implantação da Estratégia BIMGov-RS (Building Information Modeling). | BIMGov | |
| | Inovação e Modernização da Comunicação | TVE e FM Cultura | Avançar na Radiodifusão | |
| | Integridade e boas práticas de governança pública | - | Fomento da Política de Dados Abertos e dos conjuntos de dados do Portal Dados RS | |
| | | Qualificação de Agentes Públicos nas áreas de Ética, Transparência, Controle Público e Integridade | Programa de Qualificação e Sensibilização de Agentes Públicos Estaduais em Controles Público e Social | |
| Licita Tri Legal | Otimização das Compras Públicas | CELIC Digital | | |

| PROGRAMA | AÇÃO PROGRAMÁTICA | INICIATIVA | PROJETO ESTRATÉGICO |
|----------------------------------|---|--|---|
| | RS Analítica | Gestão Documental | Otimização das Compras Públicas |
| | | | Preservação Digital do Poder Executivo do RS – Programa Arquivo Digital Arq_Digital |
| | | Aperfeiçoamento da formulação e da avaliação de políticas públicas | Avaliação de Políticas Públicas |
| | | | Governança do imers e da PRE |
| | | Implantação de práticas inovadoras de gestão | Estruturação da Gestão Documental do Estado - PNUD |
| | | | Carsharing Estadual |
| | | | Gestão dos Serviços Transversais |
| | | | Governança Estratégica |
| | | Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais | Mapeamento de Processos de Planejamento, Governança e Gestão (PNUD + Pró-Gestão) |
| | | | Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais - IEDE |
| | Modernização da Gestão de Pessoas | | Implementação do eSocial |
| | | | Desenvolvimento dos Servidores |
| | | | Modelo de Prestação de Serviços DMEST |
| | | Envolver | |
| | Gestão do Desempenho e do Desenvolvimento | Melhorias RHE | |
| | | Modelo de Gestão Estratégica | |
| | | Painel de Indicadores em Gestão de Pessoas | |
| | RS.GOV.BR | Agricultura com Acesso Digital | Agricultura com Acesso Digital |
| | | Disponibilização do Governo na palma da mão de todo cidadão. | RS.GOV.BR |
| Programa Detran/RS Digital - PDD | | Programa DETRAN/RS Digital - PDD | |
| Estruturação da Gestão de Fundos | | Estruturação da Gestão de Fundos | |
| UERGS DIGITAL | | UERGS Digital | |

| PROGRAMA | AÇÃO PROGRAMÁTICA | INICIATIVA | PROJETO ESTRATÉGICO |
|--|---|--|---|
| | Sistema de Governança 4.0 | Implementação do Sistema de Governança 4.0 | Governança de TIC Inovação em TIC Sistema Único de Fomento |
| RS Cidadania | Acesso a Cultura e ao Esporte e Lazer | CETE Sustentável | CETE Sustentável |
| | Ações Habitacionais | Produção habitacional | Ações Habitacionais |
| | | Regulariza RS – Regularização Fundiária e Urbana | Regulariza RS - Regularização Fundiária e Urbana |
| | Fomento e Promoção do Esporte | Promoção do Circuito Esportivo e Paradesportivo | Eventos Esportivos |
| | | Reestruturação do Esporte Gaúcho | Plano Estadual do Esporte |
| | POD+: Programa de Oportunidades e Direitos | Fortalecimento da Gestão POD+ | Observatório da Socioeducação |
| | | Modernização do Processo de Ressocialização | Centro de Atendimento Socioeducativo - Pelotas |
| | | | Centro de Atendimento Socioeducativo - Santa Maria |
| | | | Gestão de Obras dos Centros de Atendimento Socioeducativo - CASEs |
| | Prevenção Situacional e Qualificação da Segurança Pública | Delegacia Cidadã - 5ª Delegacia de Polícia na Lomba do Pinheiro | |
| | Proteção à vida e promoção do trabalho | Fortalecimento das Políticas de Atenção à Juventude – Centros da Juventude | Centros da Juventude |
| | | Melhores Amigos | Melhores Amigos |
| | | Criança Feliz (Primeira Infância no SUAS) | Criança Feliz (Primeira Infância no SUAS) |
| | | Desenvolvimento do artesanato gaúcho | Artesanato Gaúcho |
| Qualificação e Sustentabilidade das Instituições Culturais | Qualificação no atendimento da Política Estadual de Assistência Social | Sistema Estadual de Gestão Digital de Assistência Social (SEG DAS) | |
| | | Avançar na Política de Assistência Social no RS | |
| Reconectando Vidas | Adequação, qualificação e manutenção do atendimento ao socioeducando e fortalecimento da rede intersetorial | Construção de abrigo de Visitas nos Centros de Atendimento Socioeducativo | |

| PROGRAMA | AÇÃO PROGRAMÁTICA | INICIATIVA | PROJETO ESTRATÉGICO | |
|--------------------------|--|---|---|---|
| | | | Reforma do Centro de Convivência e Profissionalização - CECONP | |
| | | Fortalecimento das Políticas de Inclusão Social dos Egressos de Medidas Socioeducativas | Mapa Social de Políticas Públicas | |
| | | Implantação, qualificação e manutenção do Atendimento de Acolhimento Institucional de Criança e Adolescente | Qualificando Espaços - FPERGS | |
| | RS TER - Trabalho, emprego e renda | Acesso ao Mercado | | RS TER Acesso ao Mercado |
| | | Qualificação Profissional | | RS TER Qualificação Profissional |
| | Sistema Estadual de Direitos Humanos | Atenção à PCB e à PCAH referencial a metodologias de atendimento e inclusão | | Política de Atenção à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista |
| | | Construção de uma Cultura de Acessibilidade | | Rede Praia Acessível |
| | | Fortalecimento da Cidadania por Meio de Políticas Públicas Estaduais | | Comunidades Tradicionais e Direitos Humanos |
| | Sistema de Fomento | Fortalecimento das Políticas de Atendimento às Mulheres | | Rede de Proteção da Mulher |
| | | Fomento à Cultura | | Fomento à Cultura |
| | | Lei da Solidariedade (Pró-Social) | | Pró-Social - Fundo Estadual de Apoio à Inclusão Produtiva (FEAIP) |
| | | Pró Esporte RS | | Pró Esporte RS |
| | | | | Segue o Jogo - Kits esportivos |
| RS Infraestrutura | AMPLIA RS: Ampliação e Manutenção da malha rodoviária estadual | Ampliação de Capacidade de Rodovias | Duplicação na ERS-734, Travessia Urbana de Rio Grande | |
| | | | ERS – 118 Ruas Laterais, alças e interseção | |
| | | Atividades Preliminares Para Realização de Investimentos em Obras Rodoviárias | Elaboração/Readequação de Projetos de Acessos Municipais e Ligações Regionais | |
| | | Conservação e Manutenção de Rodovias | Conservação/Recuperação de Rodovias | |
| | | Construção de Acessos Municipais | Acessos Municipais | |
| | | Construção e Restauração de Obras de Arte Especiais | Ponte na Ligação Regional - Redentora a Dois Irmãos e Erval Seco - ERS 330 | |
| | | Construção de Rodovias e Ligações Regionais | Obras na Rota do Sol - ERS 453 | |
| | | Ligações Regionais | | |

| PROGRAMA | AÇÃO PROGRAMÁTICA | INICIATIVA | PROJETO ESTRATÉGICO | |
|---|---|--|---|--|
| | | Qualificação de Rede Viária - Convênios | Convênios Municipais | |
| | | Restauração e Manutenção de Pavimento | CREMA Erechim - Obras de Salvaguarda para Pedestres na ERS 343 | |
| | | Manutenção e Conservação de Rodovia Pedagiada | Manutenção Viária de Rodovias Pedagiadas | |
| | Fortalecimento e inovação do setor energético - PRO ENERGIA RS | PRO ENERGIA RS | | Atlas de Geração Hidrográfica |
| | | | | Programa Avançar no Clima |
| | | | | Programa Avançar nos Biodigestores |
| | | Energia Forte no Campo | | Política Estadual de Mudanças Climáticas |
| | | | | Projeto H2 Verde |
| | Parcerias para prover melhores serviços | Privatização | | Programa Energia Forte no Campo |
| | | | | IPO - CORSAN |
| | Reestruturação dos Portos e Hidrovias do RS | | | Privatização CEEE Geração |
| | | | | Privatização CRM |
| | | | | Controle de Tráfego Portuário e Hidroportuário |
| | | | | Controle do Tráfego Portuário |
| | | | | Implantação do Plano de Dragagem |
| Transportes: Integração e Otimização Intermodal | | Ampliação e Reparelhamento do Aeroporto de Passo Fundo | Implantação do Plano de Dragagem | |
| | | | Implementação do novo Modelo de Gestão Portuária e Hidroportuária | |
| Uso Sustentável de Recursos Minerais e Gás | Programa de Incentivo ao uso Sustentável do Carvão Mineral - ProCarvão RS | | Ampliação e Reparelhamento do Aeroporto de Santo Ângelo | |
| | | | Projeto Transição Energética - Candiota/Região Carbonífera | |
| RS Seguro | Adequação e Modernização do Sistema Prisional | Geração de vagas qualificadas no Sistema Prisional | Cadeia Pública de Alegrete | |
| | | | Cadeia Pública de Caxias do Sul | |
| | | | Cadeia Pública de Rio Grande | |
| | | | Cadeia Pública Feminina de Passo Fundo | |
| | | | Fomento aos Centros de Reintegração Social - CRS - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC's | |
| | | | Penitenciária Estadual de Guaíba | |

| PROGRAMA | AÇÃO PROGRAMÁTICA | INICIATIVA | PROJETO ESTRATÉGICO |
|--|---|---|---|
| | | | Penitenciária Estadual de Sapucaia do Sul |
| | | | Presídio Estadual de Cachoeira do Sul |
| | | | Unidade Prisional de Charqueadas |
| | | | Unidade Prisional de Porto Alegre |
| | | | Presídio Regional de Passo Fundo |
| | | | Penitenciária Estadual de São Borja |
| | | | Penitenciária Estadual de Pelotas |
| | Cidadão Mais Seguro | - | Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social |
| | Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública | Adequação da Infraestrutura de atendimento da Segurança Pública | Qualificação das Estruturas de Atendimento da Segurança Pública |
| | | Programa de Incentivo ao Aparelhamento da Segurança Pública – PISEG | Programa de Incentivo ao Aparelhamento da Segurança Pública - PISEG |
| Fortalecimento da Capacidade de Resposta ao Cidadão por Meio do Reaparelhamento da Segurança Pública | | Ospa Social | |
| | | Xadrez Escolar | |
| Qualificação do atendimento da Segurança Pública por meio da modernização tecnológica | Sistema GESeg | | |
| | Manutenção Evolutiva e Expansão Procergs | | |
| Simplifica RS | Canais Integrados de Atendimento | Modelos de Atendimento do Estado | Teleatendimento |
| | | Modernização das Centrais de Atendimento – “Tudo Fácil” | Ampliação e Modernização das Centrais de Atendimento - Tudo Fácil |
| | Descomplica RS | Gestão de Desburocratização e Empreendedorismo | Desburocratização do Patrimônio Imobiliário do Estado |
| | | | Mobiliza RS |
| | | | Lei de Liberdade Econômica e Integração à Redesimples |
| | | | Licenciamento Integrado |
| | | | Política de Relacionamento do Estado com o Cidadão |
| | | | Em Frente Mulher |

| PROGRAMA | AÇÃO PROGRAMÁTICA | INICIATIVA | PROJETO ESTRATÉGICO | |
|---------------------|---|--|---|--|
| | | Gestão dos Órgãos de Licenciamento para Desburocratização - SOL Ambiental | Sistema Online de Licenciamento Ambiental - SOL | |
| | | Gestão dos Órgãos de Licenciamento para Desburocratização - SOL Bombeiros | Gestão dos Órgãos de Licenciamento para Desburocratização - SOL Bombeiros | |
| | | Jornada JucisRS | Escola JucisRS Jornada JucisRS | |
| | | Junta Comercial Integrada | Junta Comercial Integrada | |
| | | Modernização e integração de sistemas | Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT-RS) | |
| Saúde Cidadã | Fortalecimento da Prevenção e Promoção em Saúde | Fortalecimento da Política Estadual de Saúde Mental | RAPS - Escola Desinstitucionalização dos Usuários Moradores do Hospital Psiquiátrico São Pedro | |
| | | Qualificação do Cuidado Integral à Pessoa Idosa no Estado | Qualificar o cuidado integral à pessoa idosa no Estado | |
| | | Implantação e/ou Implementação e Qualificação de Centros de Treinamento, Núcleos de Esporte e Lazer e Espaços Esportivos | Ilumina Esporte Programa Estadual de Infraestrutura Esportiva | |
| | | Redução das doenças infectocontagiosas | IST, HIV/AIDS e coinfeções: ações de educação, prevenção e assistência | |
| | Melhoria do acesso aos serviços de saúde | Aprimoramento da assistência farmacêutica | | Fomento à Implantação do Cuidado Farmacêutico no RS - Farmácia Cuidar + Promoção do acesso a medicamentos padronizados de responsabilidade estadual |
| | | | | Qualificação da Gestão da Assistência Farmacêutica no RS |
| | | Modernização da gestão e da assistência em saúde | | Informatização das Centrais Hospitalares e Ambulatoriais |
| | | | | Modernização da Central de Transplantes |

| PROGRAMA | AÇÃO PROGRAMÁTICA | INICIATIVA | PROJETO ESTRATÉGICO |
|--|---|---|--|
| | | Regionalização e Organização das Redes | Reorganização dos serviços ambulatoriais e hospitalares no RS |
| | | Resolutividade da Atenção Primária em Saúde | RBC-RS (Rede Bem Cuidar RS) |
| | | - | Primeira Infância Melhor (PIM) |
| | Redução da morbimortalidade por causas externas | Educação para o Trânsito na Rede Escolar e no Sistema Estadual de Trânsito | Gestão Estratégica de Pessoas na SES Escola Pública de Trânsito |
| Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias | Modernização da Representação Judicial, da Conciliação, da Consultoria, da Probidade, da Recuperação de Ativos e da Gestão de Passivos Contingentes | Recupera + R\$: Modernização do procedimento de recuperação de ativos e implantação de novas tecnologias de inteligência fiscal | Aperfeiçoamento da execução e defesa fiscal Institucionalização da política de negociação Modernização do Sistema Informatizado de Gestão e Inteligência Jurídica (Supp) |
| | Modernização do sistema de controle interno e transparência | Implantação da Lei Anticorrupção Estadual | Implantação da Lei Anticorrupção Estadual |
| | | Monitoramento Inteligente das Necessidades de Auditoria - MINA | MINA - Monitoramento Inteligente das Necessidades de Auditoria |
| | | Portal da Transparência Unificado | Portal Transparência Unificado |
| | Planejamento e Captação de Recursos | Fortalecimento da captação de recursos técnicos e financeiros. | Captação de Recursos e Acompanhamento de Projetos |
| | Receita Digital 2030 | Nova Política de Relacionamento com o Cidadão | Devolve ICMS |
| | | - | Receita Digital 2030 |
| | RS Ativos | Centro Integrado da Agricultura | Centro Integrado da Agricultura |
| | | Implementação de novos modelos de negócio para a gestão patrimonial | Permuta de Imóveis |
| | | Construção e Reforma de Prédios Públicos | PPCI do CAE |
| | RS Parcerias | Parcerias Corsan | RS Parcerias |
| | Sustentabilidade das Finanças Públicas | - | APP RS Servidor |
| | | Adesão ao Regime de Recuperação Fiscal | Adesão ao Regime de Recuperação Fiscal |
| | Gestão do Regime Próprio de Previdência Social | Pensão Previdenciária Eletrônica – PPE | Pensão Previdenciária Eletrônica - PPE |
| Pró Gestão RPPS - RS | | RHE Previdência | |

| PROGRAMA | AÇÃO PROGRAMÁTICA | INICIATIVA | PROJETO ESTRATÉGICO | |
|--|--|--|--|---|
| Programa de Crédito | Crédito para o desenvolvimento econômico | Valor de operações de crédito aprovadas para setores e regiões do RS | Programa BADESUL de Sustentabilidade | |
| Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado | Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado | Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura | Canais de Dados | |
| | | | Implementação da Suíte de Escritório e Colaboração | |
| | - | - | - | Qualificação da infraestrutura da SES |
| | | | | Modernização da Estrutura de Comunicação |
| | | | | Apoio à Gestão Administrativa |
| | | | | Apoio à Gestão Política |
| | | | | Desenvolvimento sustentável do Estado por meio de operações de crédito |
| | | | | Ecosistema de Inovação |
| | | | | Fundo Imobiliário |
| | | | | Loteria do Estado do RS |
| | | | | Promoção de políticas públicas por meio de operações de créditos para os Municípios |
| | | | | Rio Grande Conectado |
| | | | | Rio Grande no Brasil e no Mundo |
| Rio Grande para Todos | | | | |

ANEXO II - ANEXO DE METAS FISCAIS

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado do Rio Grande do Sul – Exercício 2023 (LDO 2023) estabelece as metas fiscais para o exercício de 2023 e indica as previsões para os dois exercícios subsequentes, 2024 e 2025. Havendo mudança no cenário macroeconômico e nas variáveis que balizaram a fixação dos resultados, as metas poderão ser revistas de modo a permitir uma política fiscal que seja compatível com o equilíbrio das contas públicas do Estado.

DEMONSTRATIVO 1 – METAS ANUAIS

Na projeção das metas para o período 2023-2025, foram adotados os mesmos parâmetros de inflação e crescimento do Produto Interno Bruto - PIB Brasil utilizados nas projeções do Regime de Recuperação Fiscal do Rio Grande do Sul. Também foi considerada, dentre outras variáveis, a expansão real de 1,30% em 2023 e de 2,00% ao ano do PIB estadual para o período de 2024-2025, conforme quadro abaixo:

| Principais Variáveis | | | |
|------------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Variáveis | 2023 | 2024 | 2025 |
| Crescimento Real do PIB BR (% ano) | 1,30 | 2,00 | 2,00 |
| Crescimento Real do PIB RS (% ano) | 1,30 | 2,00 | 2,00 |
| IPCA (var. % acumulada) | 3,80 | 3,20 | 3,00 |

Fonte: Parâmetros utilizados nas projeções financeiras do Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul – Focus – Relatório de Mercado - 25/03/2022.

Para a definição das metas fiscais do triênio 2023 a 2025, destacam-se as seguintes premissas nas projeções:

- 1) Relativamente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, principal receita do Estado, considerou-se: (i) crescimento real do Produto Interno Bruto do Estado do Rio Grande do Sul (PIB-RS) e crescimento do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); (ii) redução da alíquota de refrigerantes (de 20% para 18%) a partir de 2024; e (iii) redução das alíquotas de energia elétrica e de comunicação (de 25% para 17%) a partir de 2024, em decorrência da decisão do Supremo Tribunal Federal RE 714.139 por meio da qual foi declarada a inconstitucionalidade da aplicação de alíquota sobre energia elétrica e comunicações em patamar superior ao das operações em geral;
- 2) Relativamente à Dívida Pública com a União e dívidas garantidas pela União incluídas no Regime de Recuperação Fiscal, foram consideradas as prerrogativas do art. 9º da Lei

Complementar Federal nº 159, de 2017, quais sejam, pagamento de 11,11% do serviço da dívida em 2023, 22,22% em 2024 e 33,33% em 2025;

- 3) Relativamente às despesas de pessoal, exceto Precatórios, considerou-se crescimento pelo IPCA, o qual deve contemplar o reajuste anual do piso magistério, crescimento vegetativo da folha salarial, política de reposição de servidores e novas aposentadorias, observando a limitação das despesas primárias estabelecida pela Lei Complementar Estadual nº 15.756, de 2021 (Teto de Gastos Estadual); e
- 4) Relativamente aos Precatórios, considerou-se a contratação de operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID no montante de até USD 500 milhões, no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal, ainda em 2022, com disponibilização de recursos a partir de 2023, para pagamento de precatórios por meio de acordos diretos com credores com deságio de 40% via Câmara de Conciliação de Precatórios, bem como aumento gradual dos aportes do tesouro para a quitação do estoque até 2029, conforme EC nº 109/2021.

A meta de Resultado Primário fixada para 2023 consiste em superávit de **R\$ 663,62 milhões**, equivalente a 0,10% do PIB Estadual e a 1,32% da Receita Corrente Líquida - RCL, a preços correntes. Para os exercícios seguintes, as indicações das metas de Resultado Primário são de R\$ 872,88 milhões, em 2024, e de R\$ 2.564,56 milhões, em 2025, perfazendo, respectivamente, 0,13% e 0,35% do PIB Estadual e 1,71% e 4,81% da RCL.

Os déficits nominais, a preços correntes, para período de 2023 a 2025 são projetados em R\$ 2.500,60 milhões, R\$ 2.494,41 milhões e R\$ 944,14 milhões, respectivamente, equivalentes a 0,38%, 0,36% e 0,13% do PIB do Rio Grande do Sul. Em relação à Receita Corrente Líquida, os resultados nominais (deficitários) correspondem a 4,99% (2023), 4,89% (2024) e 1,77% (2025).

O Demonstrativo 1 – Metas Anuais a seguir evidencia as metas fiscais fixadas relativamente ao período de 2023 a 2025, a preços correntes e a preços constantes, em percentual do Produto Interno Bruto - PIB e da Receita Corrente Líquida - RCL. Destaca-se que nos valores do referido demonstrativo estão eliminadas as transferências intraorçamentárias das receitas primárias como também das despesas primárias, no entanto, estas exclusões não afetam as projeções dos resultados.

RIO GRANDE DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2023

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1.000.000,00

| ESPECIFICAÇÃO | 2023 | | | | 2024 | | | | 2025 | | | |
|---|------------|------------|-----------|-----------|------------|------------|-----------|-----------|------------|------------|-----------|-----------|
| | Valor | Valor | % PIB | % RCL | Valor | Valor | % PIB | % RCL | Valor | Valor | % PIB | % RCL |
| | Corrente | Constante | (a / PIB) | (a / RCL) | Corrente | Constante | (b / PIB) | (b / RCL) | Corrente | Constante | (c / PIB) | (c / RCL) |
| | (a) | | x 100 | x 100 | (b) | | x 100 | x 100 | (c) | | x 100 | x 100 |
| Receita Total | 54.840,18 | 52.832,54 | 8,33% | 109,45% | 55.863,60 | 52.208,97 | 8,06% | 109,49% | 57.241,43 | 52.037,66 | 7,86% | 107,30% |
| Receitas Primárias (I) | 53.399,42 | 51.444,52 | 8,11% | 106,57% | 54.426,35 | 50.865,75 | 7,85% | 106,67% | 56.860,39 | 51.691,26 | 7,81% | 106,58% |
| Receitas Primárias Correntes | 53.143,28 | 51.197,77 | 8,07% | 106,06% | 54.156,74 | 50.613,77 | 7,82% | 106,14% | 56.577,13 | 51.433,75 | 7,77% | 106,05% |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 43.497,35 | 41.904,96 | 6,61% | 86,81% | 44.092,97 | 41.208,39 | 6,36% | 86,42% | 46.210,36 | 42.009,42 | 6,35% | 86,62% |
| Contribuições | 5.074,27 | 4.888,50 | 0,77% | 10,13% | 5.236,64 | 4.894,06 | 0,76% | 10,26% | 5.393,74 | 4.903,40 | 0,74% | 10,11% |
| Transferências Correntes | 2.643,52 | 2.546,74 | 0,40% | 5,28% | 2.835,74 | 2.650,23 | 0,41% | 5,56% | 2.920,30 | 2.654,81 | 0,40% | 5,47% |
| Demais Receitas Primárias Correntes | 1.928,15 | 1.857,56 | 0,29% | 3,85% | 1.991,38 | 1.861,10 | 0,29% | 3,90% | 4.969,97 | 4.518,15 | 0,68% | 9,32% |
| Receitas Primárias de Capital | 256,13 | 246,75 | 0,04% | 0,51% | 269,61 | 251,98 | 0,04% | 0,53% | 283,26 | 257,51 | 0,04% | 0,53% |
| Despesa Total | 54.803,67 | 52.797,37 | 8,32% | 109,37% | 56.540,92 | 52.841,98 | 8,16% | 110,82% | 58.239,41 | 52.944,92 | 8,00% | 109,17% |
| Despesas Primárias (II) | 52.735,80 | 50.805,20 | 8,01% | 105,25% | 53.553,47 | 50.049,97 | 7,73% | 104,96% | 54.295,82 | 49.359,84 | 7,46% | 101,78% |
| Despesas Primárias Correntes | 51.163,17 | 49.290,15 | 7,77% | 102,11% | 51.930,85 | 48.533,50 | 7,49% | 101,78% | 52.624,87 | 47.840,79 | 7,23% | 98,65% |
| Pessoal e Encargos Sociais | 34.908,24 | 33.630,29 | 5,30% | 69,67% | 36.189,95 | 33.822,39 | 5,22% | 70,93% | 36.411,74 | 33.101,58 | 5,00% | 68,25% |
| Outras Despesas Correntes | 15.252,81 | 14.694,42 | 2,32% | 30,44% | 15.740,90 | 14.711,12 | 2,27% | 30,85% | 16.213,12 | 14.739,20 | 2,23% | 30,39% |
| Despesas Primárias de Capital | 1.572,63 | 1.515,05 | 0,24% | 3,14% | 1.622,62 | 1.516,47 | 0,23% | 3,18% | 1.670,96 | 1.519,05 | 0,23% | 3,13% |
| Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | 663,62 | 639,33 | 0,10% | 1,32% | 872,88 | 815,78 | 0,13% | 1,71% | 2.564,56 | 2.331,42 | 0,35% | 4,81% |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV) | 458,86 | 442,06 | 0,07% | 0,92% | 473,54 | 442,56 | 0,07% | 0,93% | 487,75 | 443,41 | 0,07% | 0,91% |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V) | 3.623,08 | 3.490,44 | 0,55% | 7,23% | 3.840,83 | 3.589,56 | 0,55% | 7,53% | 3.996,45 | 3.633,13 | 0,55% | 7,49% |
| Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V)) | (2.500,60) | (2.409,06) | -0,38% | -4,99% | (2.494,41) | (2.331,22) | -0,36% | -4,89% | (944,14) | (858,31) | -0,13% | -1,77% |
| Dívida Pública Consolidada | 111.907,39 | 107.810,59 | 17,00% | 223,34% | 113.842,97 | 106.395,30 | 16,43% | 223,13% | 116.792,88 | 106.175,35 | 16,04% | 218,93% |
| Dívida Consolidada Líquida | 111.907,39 | 107.810,59 | 17,00% | 223,34% | 113.842,97 | 106.395,30 | 16,43% | 223,13% | 116.792,88 | 106.175,35 | 16,04% | 218,93% |
| Receitas Primárias advindas de PPP (VII) | | | | | | | | | | | | |
| Despesas Primárias geradas por PPP (VIII) | | | | | | | | | | | | |
| Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII) | | | | | | | | | | | | |

FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

(1) No demonstrativo acima não estão consideradas as transferências intraorçamentárias, que geram dupla-contagem e tendem a se igualar, não afetando as metas fiscais projetadas.

- (2) A dedução das transferências de receita para os municípios será realizada na própria receita, afetando dessa maneira tanto a receita quanto a despesa para baixo, e não afetando os resultados.
- (3) Na linha "Despesas Primárias Correntes" estão incluídos os valores referentes à Reserva de Contingência.

O Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a partir da 8ª edição, orienta que devem ser consideradas receitas primárias aquelas que efetivamente diminuem o montante da DCL, ou seja, que aumentam as disponibilidades de caixa do ente sem um equivalente aumento no montante de sua dívida consolidada. As receitas primárias continuam, portanto, a serem apuradas pelo regime de caixa. A alteração significativa deu-se para a apuração das despesas primárias, tendo em vista a instrução do MDF de que “são despesas primárias aquelas despesas orçamentárias, apuradas pelo regime de caixa, que diminuem o estoque das disponibilidades de caixa e haveres financeiros sem uma contrapartida em forma de diminuição equivalente no estoque da dívida consolidada”. Isso implica que, na verificação do resultado primário, as despesas primárias deverão ser apuradas pelo valor das despesas totais pagas no exercício, provenientes tanto do orçamento aprovado para o exercício quanto de restos a pagar relativos a exercícios anteriores.

No entanto, conforme observado pelo próprio MDF, a LRF “foi além de uma mera regulamentação de eventuais limites da dívida líquida, optando por disciplinar a integração entre dívida consolidada, resultado primário, resultado nominal e metas fiscais; ou seja, trata-se de um mecanismo de planejamento, acompanhamento e controle de todas as etapas relacionadas ao endividamento público”. Com esse objetivo em vista, o Estado do Rio Grande do Sul, assim como outros entes da federação, apresentará metas fiscais para o resultado primário utilizando a metodologia atual, prevista no MDF, a partir da 8ª edição, que adota o regime de caixa para as receitas e despesas, bem como a metodologia anterior, constante da 7ª edição do MDF, que adota o regime orçamentário para receitas e despesas, em conformidade com a Lei que rege as Finanças Públicas Brasileiras, qual seja, Lei Federal 4.320/1964. Ou seja, regime de caixa para as receitas e reconhecimento das despesas no exercício financeiro da emissão do empenho.

A principal motivação para esse entendimento é derivada da interpretação da própria LRF que afirma a necessidade de compatibilidade das programações dos orçamentos com as metas fiscais. Tendo em vista o fato de que a Lei Orçamentária dá autorização para que as autoridades competentes criem obrigação de pagamento pendente de implemento de condição, ou seja, autoriza o empenho como primeira etapa da execução orçamentária, entende-se que para que exista compatibilidade entre os dois instrumentos é condição necessária que o Anexo de Metas Fiscais também estabeleça metas fiscais utilizando o regime orçamentário.

As projeções fiscais consideradas no **Demonstrativo 1 – Metas Anuais** foram estabelecidas utilizando-se o critério misto de apuração, isto é, regime de caixa para as receitas orçamentárias e regime de competência (empenho) para as despesas orçamentárias.

As reformas estruturantes, notadamente a previdenciária e a administrativa aprovadas no final de 2019 e início de 2020, bem como o controle das despesas e as privatizações, permitiram a regularização do pagamento da folha salarial em novembro de 2020, a quitação do décimo-terceiro salário de 2021 em dia, a regularização do pagamento de fornecedores e a quitação de

passivos com os municípios na área da saúde. Com a recuperação da capacidade financeira do Estado e com a consolidação do ajuste nas contas públicas ao longo do período do Regime de Recuperação Fiscal, não se vislumbra a expansão dos restos a pagar como forma de financiamento do déficit público, conduta inclusive coibida pelo RRF.

Para o triênio 2023-2025, projeta-se a estabilização do nível de execução dos restos a pagar, em outras palavras, projeta-se que as novas inscrições em restos a pagar (despesas empenhadas e pendentes de pagamento) em determinado exercício sejam pagas no exercício subsequente. Desta forma, a tendência é de que não haja divergência significativa na apuração do resultado primário observando-se o critério misto (regime de caixa para as receitas primárias e regime de competência para as despesas primárias) e o critério de caixa (regime de caixa tanto para as receitas primárias como para as despesas primárias).

Sendo assim, o **Demonstrativo 1A - Metas Anuais – Regime de Caixa** destaca os valores das metas de receitas primárias e despesas primárias, ambas apuradas pelo regime de caixa, e da dívida pública consolidada para o triênio 2023-2025, a preços correntes e a preços constantes. Para o exercício de 2023, a preços correntes, pelo regime de caixa, a meta de resultado primário consiste em **R\$ 663,62 milhões**.

RIO GRANDE DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS – REGIME DE CAIXA
2023

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1.000.000,00

| ESPECIFICAÇÃO | 2023 | | | | 2024 | | | | 2025 | | | |
|---|------------|------------|-----------|-----------|------------|------------|-----------|-----------|------------|------------|-----------|-----------|
| | Valor | Valor | % PIB | % RCL | Valor | Valor | % PIB | % RCL | Valor | Valor | % PIB | % RCL |
| | Corrente | Constante | (a / PIB) | (a / RCL) | Corrente | Constante | (b / PIB) | (b / RCL) | Corrente | Constante | (c / PIB) | (c / RCL) |
| | (a) | | x 100 | x 100 | (b) | | x 100 | x 100 | (c) | | x 100 | x 100 |
| Receita Total | 54.840,18 | 52.832,54 | 8,33% | 109,45% | 55.863,60 | 52.208,97 | 8,06% | 109,49% | 57.241,43 | 52.037,66 | 7,86% | 107,30% |
| Receitas Primárias (I) | 53.399,42 | 51.444,52 | 8,11% | 106,57% | 54.426,35 | 50.865,75 | 7,85% | 106,67% | 56.860,39 | 51.691,26 | 7,81% | 106,58% |
| Receitas Primárias Correntes | 53.143,28 | 51.197,77 | 8,07% | 106,06% | 54.156,74 | 50.613,77 | 7,82% | 106,14% | 56.577,13 | 51.433,75 | 7,77% | 106,05% |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 43.497,35 | 41.904,96 | 6,61% | 86,81% | 44.092,97 | 41.208,39 | 6,36% | 86,42% | 46.210,36 | 42.009,42 | 6,35% | 86,62% |
| Contribuições | 5.074,27 | 4.888,50 | 0,77% | 10,13% | 5.236,64 | 4.894,06 | 0,76% | 10,26% | 5.393,74 | 4.903,40 | 0,74% | 10,11% |
| Transferências Correntes | 2.643,52 | 2.546,74 | 0,40% | 5,28% | 2.835,74 | 2.650,23 | 0,41% | 5,56% | 2.920,30 | 2.654,81 | 0,40% | 5,47% |
| Demais Receitas Primárias Correntes | 1.928,15 | 1.857,56 | 0,29% | 3,85% | 1.991,38 | 1.861,10 | 0,29% | 3,90% | 4.969,97 | 4.518,15 | 0,68% | 9,32% |
| Receitas Primárias de Capital | 256,13 | 246,75 | 0,04% | 0,51% | 269,61 | 251,98 | 0,04% | 0,53% | 283,26 | 257,51 | 0,04% | 0,53% |
| Despesa Total | 54.803,67 | 52.797,37 | 8,32% | 109,37% | 56.540,92 | 52.841,98 | 8,16% | 110,82% | 58.239,41 | 52.944,92 | 8,00% | 109,17% |
| Despesas Primárias (II) | 52.735,80 | 50.805,20 | 8,01% | 105,25% | 53.553,47 | 50.049,97 | 7,73% | 104,96% | 54.295,82 | 49.359,84 | 7,46% | 101,78% |
| Despesas Primárias Correntes | 50.179,12 | 48.342,12 | 7,62% | 100,15% | 50.915,31 | 47.584,40 | 7,35% | 99,79% | 51.578,86 | 46.889,87 | 7,08% | 96,68% |
| Pessoal e Encargos Sociais | 34.539,82 | 33.275,35 | 5,25% | 68,93% | 35.809,74 | 33.467,05 | 5,17% | 70,18% | 36.020,13 | 32.745,57 | 4,95% | 67,52% |
| Outras Despesas Correntes | 14.637,17 | 14.101,32 | 2,22% | 29,21% | 15.105,56 | 14.117,35 | 2,18% | 29,61% | 15.558,73 | 14.144,30 | 2,14% | 29,16% |
| Despesas Primárias de Capital | 1.066,28 | 1.027,25 | 0,16% | 2,13% | 1.100,08 | 1.028,11 | 0,16% | 2,16% | 1.132,74 | 1.029,76 | 0,16% | 2,12% |
| Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias | 1.490,40 | 1.435,83 | 0,23% | 2,97% | 1.538,09 | 1.437,47 | 0,22% | 3,01% | 1.584,23 | 1.440,21 | 0,22% | 2,97% |
| Resultado Primário (III) = (I – II) | 663,62 | 639,33 | 0,10% | 1,32% | 872,88 | 815,78 | 0,13% | 1,71% | 2.564,56 | 2.331,42 | 0,35% | 4,81% |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV) | 458,86 | 442,06 | 0,07% | 0,92% | 473,54 | 442,56 | 0,07% | 0,93% | 487,75 | 443,41 | 0,07% | 0,91% |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V) | 3.623,08 | 3.490,44 | 0,55% | 7,23% | 3.840,83 | 3.589,56 | 0,55% | 7,53% | 3.996,45 | 3.633,13 | 0,55% | 7,49% |
| Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V)) | (2.500,60) | (2.409,06) | -0,38% | -4,99% | (2.494,41) | (2.331,22) | -0,36% | -4,89% | (944,14) | (858,31) | -0,13% | -1,77% |
| Dívida Pública Consolidada | 111.907,39 | 107.810,59 | 17,00% | 223,34% | 113.842,97 | 106.395,30 | 16,43% | 223,13% | 116.792,88 | 106.175,35 | 16,04% | 218,93% |
| Dívida Consolidada Líquida | 111.907,39 | 107.810,59 | 17,00% | 223,34% | 113.842,97 | 106.395,30 | 16,43% | 223,13% | 116.792,88 | 106.175,35 | 16,04% | 218,93% |
| Receitas Primárias advindas de PPP (VII) | | | | | | | | | | | | |
| Despesas Primárias geradas por PPP (VIII) | | | | | | | | | | | | |
| Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII) | | | | | | | | | | | | |

FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

(1) No demonstrativo acima não estão consideradas as transferências intraorçamentárias, que geram dupla-contagem e tendem a se igualar, não afetando as metas fiscais projetadas.

- (2) A dedução das transferências de receita para os municípios será realizada na própria receita, afetando dessa maneira tanto a receita quanto a despesa para baixo, e não afetando os resultados.
- (3) Na linha "Despesas Primárias Correntes" estão incluídos os valores referentes à Reserva de Contingência.

DEMONSTRATIVO 2 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

As metas de Resultado Primário e de Resultado Nominal para o exercício de 2021, fixadas por meio da LDO, foram as seguintes: resultado primário (superavitário) de R\$ 190,32 milhões e resultado nominal (deficitário) de R\$ 2.071,60 milhões, equivalentes a cerca de 0,03% e 0,36% PIB Estadual respectivamente. Já em relação à Receita Corrente Líquida perfaziam 0,46% e 5,02%, respectivamente. Considerando as despesas empenhadas e excluindo-se as transferências intraorçamentárias, o Resultado Primário obtido em 2021 foi superavitário em R\$ 3.781,75 milhões, correspondente a 0,65% do PIB/RS estimado para 2021 e a 7,02% da Receita Corrente Líquida. O Resultado Nominal obtido em 2021 foi deficitário em R\$ 5.064,67 milhões, correspondendo a 0,87% do PIB Estadual e a 9,40% da Receita Corrente Líquida.

As Receitas Primárias de 2021, eliminadas as transferências intraorçamentárias, atingiram R\$ 54.026,37 milhões, representando 9,27% do PIB Estadual, aproximadamente R\$ 9.665,03 milhões acima da previsão de R\$ 44.361,33 milhões, efetuada por ocasião da fixação da meta.

As Despesas Primárias, eliminadas as transferências intraorçamentárias, totalizaram R\$ 50.244,62 milhões em 2021, equivalentes a 8,62% do PIB do Estado. Em relação aos valores de despesas primárias estimados para 2021, de R\$ 44.171,02 milhões, conforme a LDO 2021, o montante efetivamente alcançado foi de R\$ 6.073,60 milhões acima da previsão.

A Dívida Consolidada Líquida em 2021 atingiu R\$ 98.327,58 milhões, equivalentes a 16,87% do PIB Estadual estimado, ao passo que o valor previsto consistia em R\$ 94.882,70 milhões. A relação Dívida Consolidada Líquida (DCL) / Receita Corrente Líquida (RCL) atingiu 182,50% da RCL, ficando, pela primeira vez desde a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000, abaixo do limite permitido de 200%. Esse resultado foi impactado por aproximadamente R\$ 5,6 bilhões de efeitos na RCL por conta da desestatização da CEEE-D e do reconhecimento da receita de IRRF. Ao se desconsiderar os efeitos da desestatização da CEEE-D, o indicador chegaria a 191,60%, ainda baixo do limite de endividamento, e ao se retirar também o efeito da receita de IRRF, o indicador consistiria em 203,79%.

O **Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior**, abaixo, evidencia as metas previstas e as metas realizadas para o exercício de 2021, em valores absolutos e em relação ao Produto Interno Bruto – PIB e à Receita Corrente Líquida – RCL.

ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO
ANTERIOR
2023

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1.000.000,00

| ESPECIFICAÇÃO | Metas Previstas | | % PIB | % RCL | Metas Realizadas | | Variação | |
|-----------------------------------|-----------------|--------|---------|------------|------------------|---------|-------------|-------------|
| | 2021 | | | | 2021 | | Valor | % |
| | (a) | | | | (b) | | (c) = (b-a) | (c/a) x 100 |
| Receita Total | 45.155,91 | 7,75% | 109,38% | 56.873,23 | 9,76% | 105,56% | 11.717,31 | 25,95% |
| Receitas Primárias (I) | 44.361,33 | 7,61% | 107,45% | 54.026,37 | 9,27% | 100,28% | 9.665,03 | 21,79% |
| Despesa Total | 48.715,16 | 8,36% | 118,00% | 54.638,59 | 9,37% | 101,41% | 5.923,44 | 12,16% |
| Despesas Primárias (II) | 44.171,02 | 7,58% | 106,99% | 50.244,62 | 8,62% | 93,26% | 6.073,60 | 13,75% |
| Resultado Primário (III) = (I-II) | 190,32 | 0,03% | 0,46% | 3.781,75 | 0,65% | 7,02% | 3.591,43 | 1887,07% |
| Resultado Nominal | (2.071,60) | -0,36% | -5,02% | (5.064,67) | -0,87% | -9,40% | (2.993,07) | 144,48% |
| Dívida Pública Consolidada | 94.882,70 | 16,28% | 229,83% | 98.327,58 | 16,87% | 182,50% | 3.444,87 | 3,63% |
| Dívida Consolidada Líquida | 94.882,70 | 16,28% | 229,83% | 98.327,58 | 16,87% | 182,50% | 3.444,87 | 3,63% |

FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

(1) No demonstrativo acima não estão consideradas as transferências intraorçamentárias, que geram dupla-contagem e tendem a se igualar, não afetando as metas fiscais projetadas.

(2) A dedução das transferências de receita para os municípios será realizada na própria receita, afetando dessa maneira tanto a receita quanto a despesa para baixo, e não afetando os resultados.

DEMONSTRATIVO 3 – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

As metas de resultado primário, resultado nominal e dívida líquida projetadas para o Estado, relativamente aos exercícios de 2020 a 2023, foram estabelecidas, respectivamente, por meio da Lei 15.304, de 30 de julho de 2019 (LDO 2020) alterada pela Lei 15.373, de 13 de novembro de 2019, Lei nº 15.488, de 17 de julho de 2020 (LDO 2021) alterada pela Lei nº 15.596, de 24 de fevereiro de 2021, e da Lei 15.668, de 27 de julho de 2021 (LDO 2022), conforme se evidencia no **Demonstrativo 3 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três exercício anteriores**, abaixo.

RIO GRANDE DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2023

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1.000.000,00

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------------------|------------|----------|------------|----------|------------|-----------|------------|--------|------------|---------|
| | 2020 | 2021 | % | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | % |
| Receita Total | 44.857,28 | 45.155,91 | 0,67% | 48.016,46 | 6,33% | 54.840,18 | 14,21% | 55.863,60 | 1,87% | 57.241,43 | 2,47% |
| Receitas Primárias (I) | 44.139,06 | 44.361,33 | 0,50% | 47.624,51 | 7,36% | 53.399,42 | 12,13% | 54.426,35 | 1,92% | 56.860,39 | 4,47% |
| Despesa Total | 50.500,76 | 48.715,16 | -3,54% | 52.215,79 | 7,19% | 54.803,67 | 4,96% | 56.540,92 | 3,17% | 58.239,41 | 3,00% |
| Despesas Primárias (II) | 45.447,61 | 44.171,02 | -2,81% | 47.675,77 | 7,93% | 52.735,80 | 10,61% | 53.553,47 | 1,55% | 54.295,82 | 1,39% |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | (1.308,55) | 190,32 | -114,54% | (51,26) | -126,93% | 663,62 | -1394,62% | 872,88 | 31,53% | 2.564,56 | 193,80% |
| Resultado Nominal | (1.321,72) | (2.071,60) | 56,74% | (3.488,99) | 68,42% | (2.500,60) | -28,33% | (2.494,41) | -0,25% | (944,14) | -62,15% |
| Dívida Pública Consolidada | 92.811,10 | 94.882,70 | 2,23% | 100.194,26 | 5,60% | 111.907,39 | 11,69% | 113.842,97 | 1,73% | 116.792,88 | 2,59% |
| Dívida Consolidada Líquida | 92.811,10 | 94.882,70 | 2,23% | 100.194,26 | 5,60% | 111.907,39 | 11,69% | 113.842,97 | 1,73% | 116.792,88 | 2,59% |

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|-----------------------------|------------|----------|------------|----------|------------|-----------|------------|--------|------------|---------|
| | 2020 | 2021 | % | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | % |
| Receita Total | 52.756,70 | 48.253,61 | -8,54% | 48.016,46 | -0,49% | 52.832,54 | 10,03% | 52.208,97 | -1,18% | 52.037,66 | -0,33% |
| Receitas Primárias (I) | 51.912,00 | 47.404,52 | -8,68% | 47.624,51 | 0,46% | 51.444,52 | 8,02% | 50.865,75 | -1,13% | 51.691,26 | 1,62% |
| Despesa Total | 59.394,00 | 52.057,02 | -12,35% | 52.215,79 | 0,31% | 52.797,37 | 1,11% | 52.841,98 | 0,08% | 52.944,92 | 0,19% |
| Despesas Primárias (II) | 53.450,99 | 47.201,15 | -11,69% | 47.675,77 | 1,01% | 50.805,20 | 6,56% | 50.049,97 | -1,49% | 49.359,84 | -1,38% |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | (1.538,99) | 203,37 | -113,21% | (51,26) | -125,20% | 639,33 | -1347,22% | 815,78 | 27,60% | 2.331,42 | 185,79% |
| Resultado Nominal | (1.554,48) | (2.213,72) | 42,41% | (3.488,99) | 57,61% | (2.409,06) | -30,95% | (2.331,22) | -3,23% | (858,31) | -63,18% |
| Dívida Pública Consolidada | 109.155,24 | 101.391,66 | -7,11% | 100.194,26 | -1,18% | 107.810,59 | 7,60% | 106.395,30 | -1,31% | 106.175,35 | -0,21% |
| Dívida Consolidada Líquida | 109.155,24 | 101.391,66 | -7,11% | 100.194,26 | -1,18% | 107.810,59 | 7,60% | 106.395,30 | -1,31% | 106.175,35 | -0,21% |

FONTES: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

(1) No demonstrativo acima não estão consideradas as transferências intraorçamentárias, que geram dupla-contagem e tendem a se igualar, não afetando as metas fiscais projetadas.

(2) A dedução das transferências de receita para os municípios será realizada na própria receita, afetando dessa maneira tanto a receita quanto a despesa para baixo, e não afetando os resultados.

DEMONSTRATIVO 4 – EVOLUÇÃO PATRIMÔNIO
(LRF, art.4º, §2º, inciso III)

RIO GRANDE DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2023

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2021 | % | 2020 | % | 2019 | % |
|---------------------------|-----------------------------|----------------|-----------------------------|----------------|----------------------------|----------------|
| Patrimônio/Capital | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| Reservas | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| Resultado Acumulado | (289.142.977.863,15) | 100,00% | (239.703.593.293,77) | 100,00% | (68.267.682.143,40) | 100,00% |
| TOTAL | (289.142.977.863,15) | 100,00% | (239.703.593.293,77) | 100,00% | (68.267.682.143,40) | 100,00% |

Fonte: Balanço Geral do Estado Consolidado. Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – CAGE. Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul.

Nota 1: O Patrimônio Líquido de 2020 foi relevantemente impactado pela alteração de política contábil no que se refere ao reconhecimento do Passivo Atuarial do RPPS. Essa alteração resultou no reconhecimento, nos encargos gerais do Estado, do passivo de R\$ 166.241.581.670,80 referente à cobertura de déficit financeiro futuro, valor também reconhecido em conta redutora do IPE PREV. Assim, ambos valores (passivo nos encargos gerais do Estado e redutor de passivo no IPE PREV) foram eliminados no processo de consolidação, restando, no passivo, os valores da Provisão de Benefícios Concedidos e a Conceder reconhecidos no IPE PREV. Esse passivo de R\$ 166.241.581.670,80 teve como contrapartida um débito de R\$ 373.092.699.225,65 em Ajustes de Exercícios Anteriores pelo reconhecimento do passivo atuarial existente e 31 de dezembro de 2019 e um crédito de R\$ 206.851.117.554,85 em Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, na Demonstração de Variações Patrimoniais - DVP, referente a redução do passivo apresentado em 31 de dezembro de 2020.

Nota 2: O Patrimônio Líquido de 2021 foi relevantemente impactado pelo reconhecimento de provisão para indenizações trabalhistas relacionada à implantação do Piso Nacional do Magistério, no valor de R\$ 36.760.000.000,00, que anteriormente estava registrado em contas de controle como passivos contingentes, e pelo aumento de R\$ 16.656.284.694,66 na Provisão Atuarial do RPPS.

REGIME PREVIDENCIÁRIO

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2021 | % | 2020 | % | 2019 | % |
|--------------------------------|----------------------|----------------|-------------------------|----------------|---------------------------|----------------|
| Patrimônio | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| Reservas | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | 78.274.957,59 | 100,00% | (847.596.688,10) | 100,00% | (8.539.504.486,75) | 100,00% |
| TOTAL | 78.274.957,59 | 100,00% | (847.596.688,10) | 100,00% | (8.539.504.486,75) | 100,00% |

Fonte: Sistema de Finanças Pública do Estado. Balanço Patrimonial do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul - RPPS/RS.

Nota 1: Órgão 40 (Administração, RPPS Repartição Simples, FUNDOPREV CIVIL, FUNDOPREV MILITAR e Encargos Gerais do RPPS).

Nota 2: No exercício de 2021 houve um superávit de R\$ 972.276.873,68 e foram contabilizados débitos de ajustes de exercícios anteriores no valor de R\$ 46.405.227,99, o que resultou na reversão do patrimônio líquido de negativo para negativo para positivo.

DEMONSTRATIVO 5 – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

**RIO GRANDE DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2023**

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

| RECEITAS REALIZADAS | 2021 (a) | 2020 (b) | 2019 (c) |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|
| RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | 2.747.948.670,46 | 808.194.688,47 | 570.050.040,75 |
| Alienação de Bens Móveis | 2.742.054.317,33 | 803.931.741,68 | 565.233.017,45 |
| Alienação de Bens Imóveis | 5.894.353,07 | 4.262.946,79 | 4.817.023,30 |
| Alienação de Bens Intangíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 0,06 | 0,00 | 0,00 |

| DESPESAS EXECUTADAS | 2021 (d) | 2020 (e) | 2019 (f) |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | 1.497.025.915,84 | 774.877.782,00 | 527.018.151,26 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 372.783.680,19 | 774.877.782,00 | 527.018.151,26 |
| Investimentos | 1.524.805,11 | 2.057.193,33 | 6.385.444,63 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida | 371.258.875,08 | 772.820.588,67 | 520.632.706,63 |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | 1.124.242.235,65 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Geral de Previdência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | 1.124.242.235,65 | 0,00 | 0,00 |

| SALDO FINANCEIRO | 2021 (g) = ((Ia - IIId) + IIIh) | 2020 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi) | 2019 (i) = (Ic - IIIf) |
|-------------------------|--|---|-----------------------------------|
| VALOR (III) | 1.896.740.025,36 | 645.817.270,74 | 612.500.364,27 |

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária RREO - Anexo 11 (LRF, Art.53, § 1º, inciso III).

Notas:

Receitas: O ingresso de recursos de alienação de bens está, na maior parte, vinculado ao Fundo de Reforma do Estado, instituído pela Lei nº 10.607, de 28 de dezembro de 1995, conforme quadro auxiliar abaixo:

| RECEITAS REALIZADAS | 2021 (a) | 2020 (b) | 2019 (c) |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|
| RECURSOS | 2.747.948.670,46 | 808.194.688,47 | 570.050.040,75 |
| Fundo de Reforma do Estado | 2.739.436.828,26 | 803.603.975,24 | 563.297.460,81 |
| Outros Recursos da Administração Direta | 7.020.355,45 | 4.585.713,23 | 6.506.515,78 |
| Outros Recursos de Autarquias e Fundações | 1.491.486,75 | 5.000,00 | 246.064,16 |

Despesas: As despesas estão informadas pelos valores pagos, conforme anexo 11 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária RREO - Anexo 11 (LRF, Art.53, § 1º, inciso III). A seguir, evidencia-se quadro auxiliar das despesas pelos valores empenhados:

| DESPESAS EXECUTADAS (valores empenhados) | 2021 (d) | 2020 (e) | 2019 (f) |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | 1.500.588.688,72 | 775.558.927,73 | 528.366.820,70 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 376.346.453,07 | 775.558.927,73 | 528.366.820,70 |
| Investimentos | 5.087.577,99 | 2.738.339,06 | 7.734.114,07 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida | 371.258.875,08 | 772.820.588,67 | 520.632.706,63 |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | 1.124.242.235,65 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Geral de Previdência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | 1.124.242.235,65 | 0,00 | 0,00 |

Saldo Financeiro: A seguir apresenta-se o Saldo Financeiro calculado considerando as despesas empenhadas (valor disponível para empenho):

| SALDO FINANCEIRO (valores empenhados) | 2021 (g) = ((Ia - II d) + III h) | 2020 (h) = ((Ib - II e) + III i) | 2019 (i) = (Ic - II f) |
|--|---|---|---|
| VALOR (III) | 1.355.360.779,07 | 108.000.797,33 | 75.365.036,59 |

Fonte: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – CAGE. Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul.

DEMONSTRATIVO 6 – AVALIAÇÃO SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
(LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

RIO GRANDE DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES
2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

| RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS | | | |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|
| FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) | | | |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO) | 2019 | 2020 | 2021 |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 863.980.089 | 584.414.609 | 261.366.169 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 257.396.375 | 204.836.140 | 124.105.037 |
| Ativo | 257.314.098 | 204.501.713 | 123.653.331 |
| Inativo | - | 136.669 | 127.325 |
| Pensionista | 82.278 | 197.758 | 324.380 |
| Receita de Contribuições Patronais | 260.704.222 | 198.593.889 | 129.609.535 |
| Ativo | 260.681.974 | 198.593.889 | 129.460.767 |
| Inativo | 910 | - | 51.718 |
| Pensionista | 21.337 | - | 97.050 |
| Receita Patrimonial | 345.879.492 | 180.984.580 | 7.321.502 |
| Receitas Imobiliárias | - | - | - |
| Receitas de Valores Mobiliários | 345.879.492 | 180.984.580 | 7.321.502 |
| Outras Receitas Patrimoniais | - | - | - |
| Receita de Serviços | - | - | - |
| Outras Receitas Correntes | - | - | 330.096 |
| Compensação Financeira entre os Regimes | - | - | - |
| Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹ | 26.477.064 | - | - |
| Demais Receitas Correntes | (26.477.064) | - | 330.096 |
| RECEITAS DE CAPITAL (III) | - | - | - |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | - | - | - |
| Amortização de Empréstimos | - | - | - |
| Outras Receitas de Capital | - | - | - |
| TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II) | 837.503.026 | 584.414.609 | 261.366.169 |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO) | 2019 | 2020 | 2021 |
| Benefícios | 3.439.766 | 4.520.298 | 6.271.258 |
| Aposentadorias | 600.863 | 1.090.170 | 2.459.115 |
| Pensões por Morte | 2.838.903 | 3.430.127 | 3.812.143 |
| Outras Despesas Previdenciárias | 8.488.898 | 29 | - |
| Compensação Financeira entre os Regimes | - | - | - |
| Demais Despesas Previdenciárias | 8.488.898 | 29 | - |
| TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V) | 11.928.663 | 4.520.326 | 6.271.258 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)² | 825.574.362 | 579.894.283 | 255.094.911 |
| RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | 2019 | 2020 | 2021 |
| VALOR | - | - | - |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | 2019 | 2020 | 2021 |
| VALOR | 564.198.176 | 772.696.499 | 380.549.375 |

| APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar | 26.477.064 | - | |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos | - | - | |
| Outros Aportes para o RPPS | - | - | |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | - | - | |

| BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO) | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|---------------|---------------|---------------|
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 231.885.570 | 233.049.290 | 227.899.158 |
| Investimentos e Aplicações | 2.732.217.312 | 3.203.899.030 | 3.467.581.036 |
| Outro Bens e Direitos | - | - | - |

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|
| RECEITAS CORRENTES (VII) | 4.865.780.388 | 7.090.924.508 | 8.114.075.150 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 1.745.142.472 | 2.316.785.096 | 2.625.922.130 |
| Ativo | 905.608.645 | 909.627.168 | 901.757.497 |
| Inativo | 658.083.313 | 1.149.102.400 | 1.396.746.504 |
| Pensionista | 181.450.514 | 258.055.528 | 327.418.129 |
| Receita de Contribuições Patronais | 3.019.153.535 | 4.657.655.537 | 5.372.331.761 |
| Ativo | 1.489.449.752 | 1.824.828.139 | 1.746.431.685 |
| Inativo | 1.211.267.912 | 2.334.068.608 | 2.963.961.833 |
| Pensionista | 318.435.871 | 498.758.789 | 661.938.243 |
| Receita Patrimonial | 901.606 | 42.736 | 27.509.068 |
| Receitas Imobiliárias | | | - |
| Receitas de Valores Mobiliários | 901.606 | 42.736 | 197.557 |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | 27.311.511 |
| Receita de Serviços | 5.664.914 | 5.415.547 | 5.689.107 |
| Outras Receitas Correntes | 94.917.861 | 111.025.592 | 82.623.084 |
| Compensação Financeira entre os Regimes | 76.197.297 | 64.990.998 | 65.497.557 |
| Demais Receitas Correntes | 18.720.563 | 46.034.594 | 17.125.527 |
| RECEITAS DE CAPITAL (VIII) | 4.200 | - | 2.800 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | | - |
| Amortização de Empréstimos | | | - |
| Outras Receitas de Capital | 4.200 | | 2.800 |
| TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII) | 4.865.784.588 | 7.090.924.508 | 8.114.077.950 |

| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Benefícios | 16.422.907.453 | 17.030.071.287 | 17.022.066.710 |
| Aposentadorias | 13.154.641.921 | 13.690.617.952 | 13.702.883.269 |
| Pensões por Morte | 3.268.265.531 | 3.339.453.335 | 3.319.183.441 |
| Outras Despesas Previdenciárias | 490.535.759 | | 104.518.672 |
| Compensação Financeira entre os Regimes | | | 104.489.770 |
| Demais Despesas Previdenciárias | 490.535.759 | | 28.902 |
| TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X) | 16.913.443.211 | 17.030.071.287 | 17.126.585.382 |

| | | | |
|---|-------------------------|------------------------|------------------------|
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)² | (12.047.658.624) | (9.939.146.779) | (9.012.507.432) |
|---|-------------------------|------------------------|------------------------|

| APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|----------------|----------------|----------------|
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras | 11.397.825.391 | 11.248.272.449 | 10.318.091.222 |
| Recursos para Formação de Reserva | | | |

| BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | | |
| Investimentos e Aplicações | | | |
| Outro Bens e Direitos | | | |

| ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS | | | |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|
| RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS | 2019 | 2020 | 2021 |
| Receitas Correntes | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) | | | |
| DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS | 2019 | 2020 | 2021 |
| Despesas Correntes (XIII) | 410.262.630 | 396.596.421 | 447.715.414 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 44.808.588 | 52.632.062 | 52.979.310 |
| Demais Despesas Correntes | 365.454.042 | 343.964.360 | 394.736.104 |
| Despesas de Capital (XIV) | 9.010.719 | 11.731.287 | 11.959.689 |
| TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV) | 419.273.349 | 408.327.708 | 459.675.103 |
| RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)² | (419.273.349) | (408.327.708) | (459.675.103) |
| BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS | 2019 | 2020 | 2021 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | | |
| Investimentos e Aplicações | | | |
| Outro Bens e Direitos | | | |
| BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO | | | |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) | 2019 | 2020 | 2021 |
| Contribuições dos Servidores | | | |
| Demais Receitas Previdenciárias | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVII) | | | |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) | 2019 | 2020 | 2021 |
| Aposentadorias | 258.001.842 | 112.611.981 | 266.458.166 |
| Pensões | 73.626.425 | 76.120.337 | 77.748.234 |
| Outras Despesas Previdenciárias | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVIII) | 331.628.266 | 188.732.318 | 344.206.401 |
| RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO (XIX) = (XVII - XVIII)² | | | |
| RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES E AOS INATIVOS MILITARES (SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES) | | | |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO DOS MILITARES | 2019 | 2020 | 2021 |
| Contribuição sobre a remuneração dos militares ativos | | | |
| Contribuição sobre a remuneração dos militares inativos | | | |
| Contribuição sobre a remuneração dos pensionistas | | | |
| Outras contribuições | | | |
| TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES DOS MILITARES (XX) | | | |
| DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS MILITARES | 2019 | 2020 | 2021 |
| Inatividade | | | |
| Pensões | | | |
| Outras Despesas | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS MILITARES (XXI) | | | |
| RESULTADO ASSOCIADO ÀS PENSÕES E AOS INATIVOS MILITARES (XXII) = (XX - XXI)² | | | |

Fonte: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – CAGE. Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul.

¹ Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

² O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

³ Destaca-se que o Estado do Rio Grande do Sul não aderiu ao Sistema de Proteção dos Militares e, por esse motivo, o quadro “Sistema de Proteção dos Militares” não foi preenchido e os valores de arrecadação e das despesas dos servidores militares foram somados com os dos servidores civis nos quadros de “Plano Financeiro” e

“Plano Previdenciário”, conforme o caso. A manutenção dos Planos Financeiro e Previdenciário dos Militares foi garantida por ação judicial transitada em julgado no STF, ACO 3350.

**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO FINANCEIRO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Exercício 2021 – Período de Referência 2020 a 2095

LRF, art. 53, § 1º, inciso II

R\$ 1,00

| EXERCÍCIO | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO |
|-----------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------------------|
| | (a) | (b) | (c) = (a-b) | (d) = ("d" exercício anterior) + (c) |
| 2020 | 7.090.924.507,56 | 17.030.071.287,05 | (9.939.146.779,49) | (9.939.146.779,49) |
| 2021 | 6.861.988.848,61 | 16.718.899.802,31 | (9.856.910.953,70) | (19.796.057.733,19) |
| 2022 | 6.551.472.765,46 | 16.093.244.965,97 | (9.541.772.200,51) | (29.337.829.933,70) |
| 2023 | 6.254.328.616,45 | 15.470.350.081,30 | (9.216.021.464,85) | (38.553.851.398,55) |
| 2024 | 5.968.174.342,77 | 14.883.998.902,49 | (8.915.824.559,72) | (47.469.675.958,27) |
| 2025 | 5.695.424.872,36 | 14.269.191.259,84 | (8.573.766.387,48) | (56.043.442.345,75) |
| 2026 | 5.432.848.158,76 | 13.687.204.175,26 | (8.254.356.016,49) | (64.297.798.362,24) |
| 2027 | 5.183.696.275,36 | 13.146.325.412,00 | (7.962.629.136,63) | (72.260.427.498,88) |
| 2028 | 4.944.005.571,26 | 12.640.811.639,38 | (7.696.806.068,12) | (79.957.233.567,00) |
| 2029 | 4.715.336.740,61 | 12.115.809.532,64 | (7.400.472.792,03) | (87.357.706.359,03) |
| 2030 | 4.495.587.203,41 | 11.639.423.974,66 | (7.143.836.771,25) | (94.501.543.130,27) |
| 2031 | 4.285.488.448,94 | 11.181.779.688,04 | (6.896.291.239,10) | (101.397.834.369,37) |
| 2032 | 4.083.818.615,84 | 10.789.998.981,89 | (6.706.180.366,05) | (108.104.014.735,42) |
| 2033 | 3.891.572.161,48 | 10.372.726.048,01 | (6.481.153.886,54) | (114.585.168.621,95) |
| 2034 | 3.706.490.527,36 | 9.994.165.193,33 | (6.287.674.665,97) | (120.872.843.287,93) |
| 2035 | 3.530.631.795,11 | 9.636.658.676,29 | (6.106.026.881,18) | (126.978.870.169,11) |
| 2036 | 3.362.571.478,83 | 9.298.678.898,42 | (5.936.107.419,60) | (132.914.977.588,70) |
| 2037 | 3.201.763.657,35 | 8.949.622.890,21 | (5.747.859.232,86) | (138.662.836.821,57) |
| 2038 | 3.048.036.974,37 | 8.612.635.496,25 | (5.564.598.521,87) | (144.227.435.343,44) |
| 2039 | 2.900.334.354,41 | 8.334.042.036,87 | (5.433.707.682,46) | (149.661.143.025,90) |
| 2040 | 2.761.527.706,71 | 7.990.628.328,07 | (5.229.100.621,36) | (154.890.243.647,26) |
| 2041 | 2.629.593.797,16 | 7.660.360.231,12 | (5.030.766.433,96) | (159.921.010.081,23) |
| 2042 | 1.567.040.785,43 | 4.386.686.234,98 | (2.819.645.449,55) | (162.740.655.530,78) |
| 2043 | 1.439.846.081,65 | 4.052.694.058,52 | (2.612.847.976,86) | (165.353.503.507,64) |
| 2044 | 1.321.297.812,48 | 3.739.662.214,97 | (2.418.364.402,48) | (167.771.867.910,13) |
| 2045 | 1.210.807.024,23 | 3.445.252.230,77 | (2.234.445.206,54) | (170.006.313.116,66) |
| 2046 | 1.108.144.773,65 | 3.166.880.921,50 | (2.058.736.147,85) | (172.065.049.264,52) |
| 2047 | 1.012.999.234,39 | 2.907.561.562,36 | (1.894.562.327,97) | (173.959.611.592,48) |
| 2048 | 924.706.606,73 | 2.665.337.388,56 | (1.740.630.781,83) | (175.700.242.374,31) |
| 2049 | 843.000.349,67 | 2.439.396.297,69 | (1.596.395.948,02) | (177.296.638.322,33) |
| 2050 | 767.613.234,15 | 2.226.992.494,33 | (1.459.379.260,17) | (178.756.017.582,50) |
| 2051 | 698.174.155,51 | 2.029.321.150,56 | (1.331.146.995,05) | (180.087.164.577,55) |
| 2052 | 634.304.777,37 | 1.844.707.622,24 | (1.210.402.844,86) | (181.297.567.422,42) |
| 2053 | 575.653.045,31 | 1.673.759.181,36 | (1.098.106.136,06) | (182.395.673.558,47) |
| 2054 | 521.948.574,39 | 1.516.511.395,27 | (994.562.820,88) | (183.390.236.379,36) |
| 2055 | 472.815.953,21 | 1.372.247.256,87 | (899.431.303,66) | (184.289.667.683,02) |
| 2056 | 427.948.568,62 | 1.240.420.487,60 | (812.471.918,98) | (185.102.139.602,00) |
| 2057 | 387.044.053,74 | 1.120.227.384,80 | (733.183.331,06) | (185.835.322.933,06) |
| 2058 | 349.774.059,18 | 1.010.640.128,50 | (660.866.069,32) | (186.496.189.002,38) |
| 2059 | 315.851.732,05 | 911.038.847,86 | (595.187.115,82) | (187.091.376.118,20) |
| 2060 | 284.982.914,53 | 820.559.270,18 | (535.576.355,65) | (187.626.952.473,85) |
| 2061 | 256.903.972,48 | 738.402.443,41 | (481.498.470,94) | (188.108.450.944,78) |
| 2062 | 231.375.082,69 | 663.842.490,71 | (432.467.408,03) | (188.540.918.352,81) |
| 2063 | 208.155.621,88 | 596.161.986,35 | (388.006.364,47) | (188.928.924.717,28) |
| 2064 | 187.045.124,98 | 534.757.563,08 | (347.712.438,10) | (189.276.637.155,38) |
| 2065 | 167.838.799,49 | 479.014.910,97 | (311.176.111,48) | (189.587.813.266,86) |
| 2066 | 150.370.719,04 | 428.429.078,82 | (278.058.359,78) | (189.865.871.626,64) |
| 2067 | 134.469.584,69 | 382.488.223,63 | (248.018.638,94) | (190.113.890.265,58) |

| | | | | |
|------|----------------|----------------|------------------|----------------------|
| 2068 | 119.990.828,31 | 340.757.022,26 | (220.766.193,95) | (190.334.656.459,53) |
| 2069 | 106.814.829,81 | 302.868.771,31 | (196.053.941,50) | (190.530.710.401,03) |
| 2070 | 94.817.681,69 | 268.453.325,63 | (173.635.643,94) | (190.704.346.044,97) |
| 2071 | 83.903.575,90 | 237.218.226,87 | (153.314.650,97) | (190.857.660.695,93) |
| 2072 | 73.983.354,76 | 208.892.362,15 | (134.909.007,39) | (190.992.569.703,32) |
| 2073 | 64.974.640,69 | 183.227.575,03 | (118.252.934,34) | (191.110.822.637,66) |
| 2074 | 56.807.967,60 | 160.011.267,61 | (103.203.300,01) | (191.214.025.937,67) |
| 2075 | 49.421.679,93 | 139.054.855,38 | (89.633.175,45) | (191.303.659.113,12) |
| 2076 | 42.763.712,47 | 120.200.252,76 | (77.436.540,28) | (191.381.095.653,40) |
| 2077 | 36.783.271,06 | 103.293.677,61 | (66.510.406,56) | (191.447.606.059,96) |
| 2078 | 31.436.563,54 | 88.203.382,73 | (56.766.819,18) | (191.504.372.879,14) |
| 2079 | 26.678.284,93 | 74.793.093,49 | (48.114.808,56) | (191.552.487.687,70) |
| 2080 | 22.472.468,60 | 62.955.608,91 | (40.483.140,31) | (191.592.970.828,01) |
| 2081 | 18.777.041,47 | 52.567.201,85 | (33.790.160,38) | (191.626.760.988,38) |
| 2082 | 15.555.501,33 | 43.521.056,49 | (27.965.555,16) | (191.654.726.543,55) |
| 2083 | 12.770.519,46 | 35.709.212,29 | (22.938.692,83) | (191.677.665.236,38) |
| 2084 | 10.383.748,96 | 29.020.721,85 | (18.636.972,89) | (191.696.302.209,26) |
| 2085 | 8.356.913,25 | 23.346.044,88 | (14.989.131,62) | (191.711.291.340,89) |
| 2086 | 6.653.589,42 | 18.580.914,03 | (11.927.324,61) | (191.723.218.665,50) |
| 2087 | 5.237.467,20 | 14.622.123,67 | (9.384.656,47) | (191.732.603.321,97) |
| 2088 | 4.072.880,68 | 11.368.380,04 | (7.295.499,37) | (191.739.898.821,34) |
| 2089 | 3.126.473,19 | 8.725.539,67 | (5.599.066,48) | (191.745.497.887,81) |
| 2090 | 2.366.617,39 | 6.604.471,79 | (4.237.854,40) | (191.749.735.742,21) |
| 2091 | 1.764.629,03 | 4.924.572,53 | (3.159.943,49) | (191.752.895.685,71) |
| 2092 | 1.294.517,04 | 3.612.914,84 | (2.318.397,80) | (191.755.214.083,50) |
| 2093 | 932.928,35 | 2.604.090,89 | (1.671.162,54) | (191.756.885.246,04) |
| 2094 | 659.406,68 | 1.840.945,72 | (1.181.539,03) | (191.758.066.785,08) |
| 2095 | 456.534,45 | 1.274.833,93 | (818.299,48) | (191.758.885.084,56) |

Notas:

(1) Relatório da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Rio Grande do Sul - RS - 2021 e Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA) – 2021 - Data-base: 31/12/2020.

(2) Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses: a) Taxa de Juros Reais: 4,00% (quatro por cento); b) Tábua de Mortalidade de Válidos: AT - 2000 Masculino, agravado 18% + 0 anos // AT - 2000 Feminino, suavizada 20% + 1 ano; c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT - 2000 Masculino, agravado 18% + 0 anos // AT - 2000 Feminino, suavizada 20% + 1 ano; d) Tábua Entrada em Invalidez: ALVARO VINDAS; e) Crescimento Salarial: 1,00% a.a. (um por cento); f) Crescimento dos benefícios: 0,00% a.a. (não utilizado); g) Rotatividade: 0,00% a.a. (não utilizada); h) Taxa de Administração: 0,00% (não utilizada); e i) Fator de Capacidade: 98,40%, considerando como hipótese a inflação anual de 3,60%.

**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Exercício 2021 – Período de Referência 2020 a 2095

LRF, art. 53, § 1º, inciso II

R\$ 1,00

| EXERCÍCIO | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (“d” exercício anterior) + (c) |
|-----------|------------------------------------|------------------------------------|--|---|
| 2020 | 584.374.862,22 | 4.520.326,46 | 579.854.535,76 | 3.241.989.233,03 |
| 2021 | 208.462.660,03 | 7.383.139,63 | 201.079.520,40 | 3.443.068.753,43 |
| 2022 | 213.053.666,39 | 7.709.296,41 | 205.344.369,97 | 3.648.413.123,40 |
| 2023 | 217.213.760,19 | 8.064.540,67 | 209.149.219,52 | 3.857.562.342,92 |
| 2024 | 222.024.262,09 | 8.392.059,24 | 213.632.202,85 | 4.071.194.545,77 |
| 2025 | 226.556.940,58 | 8.712.042,19 | 217.844.898,39 | 4.289.039.444,16 |
| 2026 | 223.007.155,18 | 9.312.264,27 | 213.694.890,91 | 4.502.734.335,07 |
| 2027 | 219.166.004,16 | 10.079.626,92 | 209.086.377,24 | 4.711.820.712,31 |
| 2028 | 215.720.348,80 | 11.311.059,48 | 204.409.289,32 | 4.916.230.001,63 |
| 2029 | 212.517.606,78 | 12.037.979,83 | 200.479.626,95 | 5.116.709.628,58 |
| 2030 | 208.753.141,46 | 12.619.560,05 | 196.133.581,41 | 5.312.843.209,99 |
| 2031 | 205.280.430,40 | 13.309.903,71 | 191.970.526,70 | 5.504.813.736,68 |
| 2032 | 201.791.448,24 | 14.073.621,06 | 187.717.827,18 | 5.692.531.563,86 |
| 2033 | 198.330.585,63 | 14.775.746,27 | 183.554.839,36 | 5.876.086.403,22 |
| 2034 | 194.385.239,72 | 15.419.319,52 | 178.965.920,20 | 6.055.052.323,43 |
| 2035 | 191.032.094,90 | 16.466.216,67 | 174.565.878,24 | 6.229.618.201,66 |
| 2036 | 187.394.307,38 | 17.696.132,88 | 169.698.174,50 | 6.399.316.376,17 |
| 2037 | 183.530.851,16 | 18.771.959,46 | 164.758.891,70 | 6.564.075.267,87 |
| 2038 | 179.244.445,82 | 20.122.147,43 | 159.122.298,38 | 6.723.197.566,25 |
| 2039 | 174.766.929,93 | 21.478.919,07 | 153.288.010,87 | 6.876.485.577,12 |
| 2040 | 170.443.577,48 | 23.299.287,64 | 147.144.289,83 | 7.023.629.866,95 |
| 2041 | 165.775.484,56 | 47.950.327,20 | 117.825.157,36 | 7.141.455.024,31 |
| 2042 | 161.433.020,48 | 97.878.739,31 | 63.554.281,16 | 7.205.009.305,47 |
| 2043 | 156.656.568,33 | 102.018.502,35 | 54.638.065,98 | 7.259.647.371,46 |
| 2044 | 151.612.514,99 | 102.204.786,07 | 49.407.728,92 | 7.309.055.100,37 |
| 2045 | 146.556.441,78 | 108.636.125,34 | 37.920.316,44 | 7.346.975.416,81 |
| 2046 | 141.931.545,93 | 145.629.030,70 | (3.697.484,77) | 7.343.277.932,04 |
| 2047 | 137.153.163,16 | 158.988.093,75 | (21.834.930,59) | 7.321.443.001,45 |
| 2048 | 132.609.031,42 | 202.489.784,96 | (69.880.753,55) | 7.251.562.247,91 |
| 2049 | 127.714.345,36 | 198.801.266,01 | (71.086.920,65) | 7.180.475.327,25 |
| 2050 | 122.905.212,75 | 196.070.153,13 | (73.164.940,38) | 7.107.310.386,88 |
| 2051 | 59.328.639,03 | 195.607.662,21 | (136.279.023,18) | 6.971.031.363,69 |
| 2052 | 56.563.481,78 | 194.403.997,00 | (137.840.515,22) | 6.833.190.848,47 |
| 2053 | 53.881.099,46 | 196.820.471,70 | (142.939.372,24) | 6.690.251.476,23 |
| 2054 | 51.275.326,20 | 194.590.606,21 | (143.315.280,02) | 6.546.936.196,21 |
| 2055 | 48.728.908,62 | 188.819.277,41 | (140.090.368,80) | 6.406.845.827,42 |
| 2056 | 46.302.688,62 | 182.469.771,42 | (136.167.082,80) | 6.270.678.744,61 |
| 2057 | 44.013.026,71 | 175.113.750,44 | (131.100.723,73) | 6.139.578.020,89 |
| 2058 | 41.811.381,22 | 167.623.897,89 | (125.812.516,67) | 6.013.765.504,22 |
| 2059 | 39.711.267,50 | 159.657.411,81 | (119.946.144,31) | 5.893.819.359,91 |
| 2060 | 37.685.400,00 | 151.686.775,99 | (114.001.375,99) | 5.779.817.983,92 |
| 2061 | 35.719.357,75 | 143.829.615,78 | (108.110.258,03) | 5.671.707.725,89 |
| 2062 | 33.808.169,31 | 136.149.124,37 | (102.340.955,05) | 5.569.366.770,84 |
| 2063 | 31.947.679,68 | 128.660.505,78 | (96.712.826,10) | 5.472.653.944,74 |
| 2064 | 30.137.259,98 | 121.372.884,57 | (91.235.624,60) | 5.381.418.320,15 |
| 2065 | 28.373.935,38 | 114.274.451,16 | (85.900.515,78) | 5.295.517.804,37 |

| | | | | |
|------|---------------|----------------|-----------------|------------------|
| 2066 | 26.658.994,55 | 107.369.583,02 | (80.710.588,47) | 5.214.807.215,89 |
| 2067 | 24.989.525,50 | 100.647.352,76 | (75.657.827,27) | 5.139.149.388,63 |
| 2068 | 23.365.740,20 | 94.108.287,19 | (70.742.546,99) | 5.068.406.841,64 |
| 2069 | 21.789.021,12 | 87.757.807,00 | (65.968.785,88) | 5.002.438.055,76 |
| 2070 | 20.257.838,77 | 81.589.932,07 | (61.332.093,30) | 4.941.105.962,46 |
| 2071 | 18.774.370,19 | 75.613.191,89 | (56.838.821,70) | 4.884.267.140,76 |
| 2072 | 17.339.183,42 | 69.830.063,16 | (52.490.879,74) | 4.831.776.261,02 |
| 2073 | 15.953.179,95 | 64.244.211,63 | (48.291.031,68) | 4.783.485.229,35 |
| 2074 | 14.617.654,24 | 58.861.048,48 | (44.243.394,24) | 4.739.241.835,11 |
| 2075 | 13.334.318,04 | 53.687.302,96 | (40.352.984,92) | 4.698.888.850,18 |
| 2076 | 12.106.055,78 | 48.734.791,46 | (36.628.735,68) | 4.662.260.114,50 |
| 2077 | 10.934.614,63 | 44.010.739,95 | (33.076.125,32) | 4.629.183.989,18 |
| 2078 | 9.823.038,80 | 39.527.417,65 | (29.704.378,85) | 4.599.479.610,33 |
| 2079 | 8.772.064,45 | 35.288.129,41 | (26.516.064,96) | 4.572.963.545,38 |
| 2080 | 7.785.026,16 | 31.306.704,03 | (23.521.677,87) | 4.549.441.867,51 |
| 2081 | 6.862.821,68 | 27.586.745,08 | (20.723.923,41) | 4.528.717.944,10 |
| 2082 | 6.006.997,43 | 24.135.074,53 | (18.128.077,10) | 4.510.589.867,00 |
| 2083 | 5.219.010,12 | 20.957.694,90 | (15.738.684,79) | 4.494.851.182,21 |
| 2084 | 4.498.777,80 | 18.054.502,86 | (13.555.725,06) | 4.481.295.457,15 |
| 2085 | 3.845.758,03 | 15.423.416,43 | (11.577.658,41) | 4.469.717.798,75 |
| 2086 | 3.259.134,28 | 13.061.301,03 | (9.802.166,76) | 4.459.915.631,99 |
| 2087 | 2.737.347,38 | 10.961.694,40 | (8.224.347,02) | 4.451.691.284,97 |
| 2088 | 2.277.594,12 | 9.113.149,66 | (6.835.555,55) | 4.444.855.729,43 |
| 2089 | 1.876.704,57 | 7.502.729,67 | (5.626.025,10) | 4.439.229.704,33 |
| 2090 | 1.530.700,76 | 6.114.136,21 | (4.583.435,45) | 4.434.646.268,88 |
| 2091 | 1.235.349,38 | 4.930.041,74 | (3.694.692,36) | 4.430.951.576,52 |
| 2092 | 986.085,59 | 3.931.775,99 | (2.945.690,40) | 4.428.005.886,12 |
| 2093 | 777.996,23 | 3.099.301,24 | (2.321.305,02) | 4.425.684.581,11 |
| 2094 | 606.205,02 | 2.412.798,54 | (1.806.593,52) | 4.423.877.987,59 |
| 2095 | 466.225,74 | 1.854.028,56 | (1.387.802,82) | 4.422.490.184,77 |

Notas:

(1) Relatório da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Rio Grande do Sul - RS - 2021 e Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA) – 2021 - Data-base: 31/12/2020.

(2) Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses: a) Taxa de Juros Reais: 4,00% (quatro por cento); b) Tábua de Mortalidade de Válidos: AT - 2000 Masculino, agravado 18% + 0 anos // AT - 2000 Feminino, suavizada 20% + 1 ano; c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT - 2000 Masculino, agravado 18% + 0 anos // AT - 2000 Feminino, suavizada 20% + 1 ano; d) Tábua Entrada em Invalidez: ALVARO VINDAS; e) Crescimento Salarial: 1,00% a.a. (um por cento); f) Crescimento dos benefícios: 0,00% a.a. (não utilizado); g) Rotatividade: 0,00% a.a. (não utilizada); h) Taxa de Administração: 0,00% (não utilizada); e i) Fator de Capacidade: 98,40%, considerando como hipótese a inflação anual de 3,60%.

**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO FINANCEIRO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Exercício 2022 – Período de Referência 2021 a 2096

LRF, art. 53, § 1º, inciso II

R\$ 1,00

| EXERCÍCIO | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO |
|-----------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------------------|
| | (a) | (b) | (c) = (a-b) | (d) = (“d” exercício anterior) + (c) |
| 2021 | 8.114.075.149,82 | 17.019.207.065,45 | (8.905.131.915,63) | 0,00 |
| 2022 | 6.107.698.986,49 | 15.076.699.761,37 | (8.969.000.774,88) | (8.969.000.774,88) |
| 2023 | 5.804.496.375,74 | 14.386.839.656,40 | (8.582.343.280,66) | (17.551.344.055,55) |
| 2024 | 5.509.698.476,12 | 13.832.139.110,78 | (8.322.440.634,67) | (25.873.784.690,21) |
| 2025 | 5.226.255.708,89 | 13.153.436.872,58 | (7.927.181.163,70) | (33.800.965.853,91) |
| 2026 | 4.949.469.364,48 | 12.531.075.431,06 | (7.581.606.066,57) | (41.382.571.920,48) |
| 2027 | 4.683.981.479,51 | 11.855.304.882,26 | (7.171.323.402,75) | (48.553.895.323,23) |
| 2028 | 4.426.767.234,01 | 11.260.714.068,86 | (6.833.946.834,85) | (55.387.842.158,08) |
| 2029 | 4.180.580.293,74 | 10.645.595.210,99 | (6.465.014.917,25) | (61.852.857.075,32) |
| 2030 | 3.941.577.022,04 | 10.136.825.478,96 | (6.195.248.456,92) | (68.048.105.532,25) |
| 2031 | 3.711.705.360,41 | 9.590.634.198,18 | (5.878.928.837,77) | (73.927.034.370,02) |
| 2032 | 3.491.038.844,39 | 9.097.795.660,14 | (5.606.756.815,75) | (79.533.791.185,77) |
| 2033 | 3.279.241.195,63 | 8.589.826.369,31 | (5.310.585.173,69) | (84.844.376.359,46) |
| 2034 | 3.075.520.426,37 | 8.179.311.631,36 | (5.103.791.204,98) | (89.948.167.564,44) |
| 2035 | 2.881.179.025,55 | 7.718.386.397,38 | (4.837.207.371,83) | (94.785.374.936,27) |
| 2036 | 2.696.133.772,94 | 7.296.507.343,38 | (4.600.373.570,44) | (99.385.748.506,72) |
| 2037 | 2.517.457.612,79 | 6.901.873.960,16 | (4.384.416.347,37) | (103.770.164.854,09) |
| 2038 | 2.347.287.793,78 | 6.515.365.040,75 | (4.168.077.246,97) | (107.938.242.101,05) |
| 2039 | 2.185.010.169,70 | 6.155.704.726,22 | (3.970.694.556,52) | (111.908.936.657,57) |
| 2040 | 2.031.060.526,32 | 5.784.839.854,45 | (3.753.779.328,13) | (115.662.715.985,70) |
| 2041 | 1.884.678.322,99 | 5.435.586.965,85 | (3.550.908.642,86) | (119.213.624.628,56) |
| 2042 | 1.747.084.382,58 | 5.070.043.886,33 | (3.322.959.503,75) | (122.536.584.132,32) |
| 2043 | 1.614.334.718,14 | 4.789.911.379,02 | (3.175.576.660,88) | (125.712.160.793,19) |
| 2044 | 1.491.750.413,96 | 4.459.315.014,06 | (2.967.564.600,10) | (128.679.725.393,29) |
| 2045 | 1.376.458.077,03 | 4.141.526.857,34 | (2.765.068.780,32) | (131.444.794.173,61) |
| 2046 | 1.268.428.425,48 | 3.839.732.610,17 | (2.571.304.184,69) | (134.016.098.358,30) |
| 2047 | 1.167.230.288,82 | 3.554.208.363,98 | (2.386.978.075,17) | (136.403.076.433,46) |
| 2048 | 1.072.443.362,63 | 3.282.829.273,59 | (2.210.385.910,96) | (138.613.462.344,42) |
| 2049 | 983.928.435,79 | 3.025.956.049,33 | (2.042.027.613,54) | (140.655.489.957,96) |
| 2050 | 901.509.471,51 | 2.782.533.681,97 | (1.881.024.210,46) | (142.536.514.168,43) |
| 2051 | 824.815.185,14 | 2.553.377.043,49 | (1.728.561.858,35) | (144.265.076.026,78) |
| 2052 | 753.611.325,18 | 2.338.283.384,00 | (1.584.672.058,82) | (145.849.748.085,60) |
| 2053 | 687.571.031,91 | 2.137.275.377,91 | (1.449.704.346,01) | (147.299.452.431,60) |
| 2054 | 626.408.483,58 | 1.950.635.315,28 | (1.324.226.831,71) | (148.623.679.263,31) |
| 2055 | 569.881.832,31 | 1.777.113.585,13 | (1.207.231.752,82) | (149.830.911.016,13) |
| 2056 | 517.705.063,98 | 1.616.629.989,76 | (1.098.924.925,77) | (150.929.835.941,91) |
| 2057 | 469.619.841,40 | 1.468.555.332,10 | (998.935.490,70) | (151.928.771.432,60) |
| 2058 | 425.371.925,31 | 1.332.021.764,43 | (906.649.839,12) | (152.835.421.271,72) |
| 2059 | 384.703.698,83 | 1.206.486.983,96 | (821.783.285,13) | (153.657.204.556,85) |
| 2060 | 347.371.658,09 | 1.091.200.322,75 | (743.828.664,66) | (154.401.033.221,51) |
| 2061 | 313.156.039,14 | 985.446.043,83 | (672.290.004,68) | (155.073.323.226,19) |
| 2062 | 281.838.401,54 | 888.545.697,47 | (606.707.295,93) | (155.680.030.522,12) |
| 2063 | 253.209.027,93 | 799.843.338,59 | (546.634.310,66) | (156.226.664.832,78) |
| 2064 | 227.071.394,82 | 718.728.752,56 | (491.657.357,74) | (156.718.322.190,52) |
| 2065 | 203.233.939,95 | 644.615.306,34 | (441.381.366,39) | (157.159.703.556,92) |
| 2066 | 181.522.059,39 | 576.961.860,03 | (395.439.800,64) | (157.555.143.357,56) |
| 2067 | 161.766.831,23 | 515.256.844,47 | (353.490.013,24) | (157.908.633.370,80) |

| | | | | |
|------|----------------|----------------|------------------|----------------------|
| 2068 | 143.809.877,94 | 459.021.652,11 | (315.211.774,17) | (158.223.845.144,97) |
| 2069 | 127.504.618,75 | 407.817.529,44 | (280.312.910,69) | (158.504.158.055,66) |
| 2070 | 112.715.725,92 | 361.240.296,53 | (248.524.570,61) | (158.752.682.626,26) |
| 2071 | 99.319.005,85 | 318.922.827,77 | (219.603.821,92) | (158.972.286.448,18) |
| 2072 | 87.201.577,99 | 280.529.694,58 | (193.328.116,59) | (159.165.614.564,77) |
| 2073 | 76.257.996,19 | 245.753.197,66 | (169.495.201,47) | (159.335.109.766,24) |
| 2074 | 66.396.804,32 | 214.322.835,42 | (147.926.031,10) | (159.483.035.797,34) |
| 2075 | 57.531.294,88 | 185.986.740,85 | (128.455.445,96) | (159.611.491.243,31) |
| 2076 | 49.586.612,80 | 160.524.902,52 | (110.938.289,71) | (159.722.429.533,02) |
| 2077 | 42.491.810,91 | 137.728.996,68 | (95.237.185,77) | (159.817.666.718,79) |
| 2078 | 36.183.816,66 | 117.412.873,62 | (81.229.056,97) | (159.898.895.775,76) |
| 2079 | 30.602.475,17 | 99.398.071,18 | (68.795.596,01) | (159.967.691.371,77) |
| 2080 | 25.693.180,90 | 83.520.282,28 | (57.827.101,38) | (160.025.518.473,14) |
| 2081 | 21.402.023,81 | 69.616.968,46 | (48.214.944,65) | (160.073.733.417,79) |
| 2082 | 17.678.027,74 | 57.532.600,28 | (39.854.572,55) | (160.113.587.990,34) |
| 2083 | 14.471.544,61 | 47.113.650,86 | (32.642.106,25) | (160.146.230.096,59) |
| 2084 | 11.734.021,57 | 38.208.762,75 | (26.474.741,18) | (160.172.704.837,77) |
| 2085 | 9.418.276,35 | 30.669.937,79 | (21.251.661,45) | (160.193.956.499,21) |
| 2086 | 7.478.520,54 | 24.351.312,29 | (16.872.791,74) | (160.210.829.290,96) |
| 2087 | 5.870.335,91 | 19.110.940,58 | (13.240.604,66) | (160.224.069.895,62) |
| 2088 | 4.551.673,21 | 14.813.457,67 | (10.261.784,46) | (160.234.331.680,09) |
| 2089 | 3.482.846,17 | 11.330.594,67 | (7.847.748,50) | (160.242.179.428,59) |
| 2090 | 2.627.250,33 | 8.543.396,92 | (5.916.146,59) | (160.248.095.575,18) |
| 2091 | 1.951.317,53 | 6.342.492,68 | (4.391.175,14) | (160.252.486.750,32) |
| 2092 | 1.425.052,39 | 4.629.956,60 | (3.204.904,21) | (160.255.691.654,53) |
| 2093 | 1.021.669,87 | 3.318.163,02 | (2.296.493,15) | (160.257.988.147,68) |
| 2094 | 717.838,71 | 2.330.768,12 | (1.612.929,41) | (160.259.601.077,09) |
| 2095 | 493.370,28 | 1.601.677,88 | (1.108.307,61) | (160.260.709.384,69) |
| 2096 | 331.111,33 | 1.074.880,29 | (743.768,96) | (160.261.453.153,66) |

Notas:

(1) Relatório da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Rio Grande do Sul - RS - 2022 e Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA) - 2022 - Data-base: 31/12/2021.

(2) Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses: a) Taxa de Juros Reais: 4,00% (quatro por cento); b) Tábua de Mortalidade de Válidos: AT - 2000 Masculino, agravado 18% + 0 anos // AT - 2000 Feminino, suavizada 20% + 1 ano; c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT - 2000 Masculino, agravado 18% + 0 anos // AT - 2000 Feminino, suavizada 20% + 1 ano; d) Tábua Entrada em Invalidez: ALVARO VINDAS; e) Crescimento Salarial: 1,00% a.a. (um por cento); f) Crescimento dos benefícios: 0,00% a.a. (não utilizado); g) Rotatividade: 0,00% a.a. (não utilizada); h) Taxa de Administração: 0,00% (não utilizada); e i) Fator de Capacidade: 98,44%, considerando como hipótese a inflação anual de 3,50%.

**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Exercício 2022 – Período de Referência 2021 a 2096

LRF, art. 53, § 1º, inciso II R\$ 1,00

| EXERCÍCIO | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO |
|-----------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------------------|
| | (a) | (b) | (c) = (a-b) | (d) = (“d” exercício anterior) + (c) |
| 2021 | 261.366.168,65 | 6.271.257,78 | 255.094.910,87 | 3.498.423.067,62 |
| 2022 | 244.498.993,53 | 8.336.716,30 | 236.162.277,23 | 3.734.585.344,85 |
| 2023 | 248.091.330,64 | 8.836.895,06 | 239.254.435,58 | 3.973.839.780,43 |
| 2024 | 252.382.983,94 | 9.310.472,87 | 243.072.511,07 | 4.216.912.291,50 |
| 2025 | 256.413.940,75 | 9.777.284,53 | 246.636.656,22 | 4.463.548.947,72 |
| 2026 | 252.050.403,58 | 10.558.942,79 | 241.491.460,79 | 4.705.040.408,51 |
| 2027 | 247.399.689,99 | 11.447.814,26 | 235.951.875,73 | 4.940.992.284,24 |
| 2028 | 243.177.060,90 | 12.866.814,08 | 230.310.246,82 | 5.171.302.531,06 |
| 2029 | 239.226.041,27 | 13.894.641,06 | 225.331.400,21 | 5.396.633.931,27 |
| 2030 | 234.700.492,60 | 14.671.212,25 | 220.029.280,35 | 5.616.663.211,62 |
| 2031 | 230.535.727,87 | 15.735.941,65 | 214.799.786,22 | 5.831.462.997,84 |
| 2032 | 226.423.545,21 | 16.708.709,31 | 209.714.835,90 | 6.041.177.833,74 |
| 2033 | 222.351.104,88 | 17.619.537,63 | 204.731.567,25 | 6.245.909.400,99 |
| 2034 | 217.785.301,36 | 18.449.876,47 | 199.335.424,89 | 6.445.244.825,88 |
| 2035 | 213.832.202,45 | 19.879.105,13 | 193.953.097,32 | 6.639.197.923,20 |
| 2036 | 209.598.421,62 | 21.366.456,85 | 188.231.964,77 | 6.827.429.887,97 |
| 2037 | 205.113.289,85 | 22.754.690,51 | 182.358.599,34 | 7.009.788.487,31 |
| 2038 | 200.120.609,42 | 24.602.890,80 | 175.517.718,62 | 7.185.306.205,93 |
| 2039 | 194.938.956,09 | 26.413.852,18 | 168.525.103,91 | 7.353.831.309,84 |
| 2040 | 189.915.516,17 | 28.894.544,58 | 161.020.971,59 | 7.514.852.281,43 |
| 2041 | 184.499.112,50 | 54.645.957,73 | 129.853.154,77 | 7.644.705.436,20 |
| 2042 | 179.371.122,95 | 106.297.873,00 | 73.073.249,95 | 7.717.778.686,15 |
| 2043 | 173.922.253,99 | 111.351.787,35 | 62.570.466,64 | 7.780.349.152,79 |
| 2044 | 168.211.807,65 | 112.227.866,99 | 55.983.940,66 | 7.836.333.093,45 |
| 2045 | 162.482.649,85 | 119.672.795,78 | 42.809.854,07 | 7.879.142.947,52 |
| 2046 | 157.151.060,19 | 159.521.608,10 | (2.370.547,91) | 7.876.772.399,61 |
| 2047 | 151.726.554,50 | 177.224.843,39 | (25.498.288,89) | 7.851.274.110,72 |
| 2048 | 146.478.289,83 | 224.052.009,02 | (77.573.719,19) | 7.773.700.391,53 |
| 2049 | 140.975.240,07 | 220.795.930,53 | (79.820.690,46) | 7.693.879.701,07 |
| 2050 | 135.582.001,15 | 221.090.822,23 | (85.508.821,08) | 7.608.370.879,99 |
| 2051 | 69.071.028,16 | 224.331.706,32 | (155.260.678,16) | 7.453.110.201,83 |
| 2052 | 65.829.977,54 | 225.790.528,21 | (159.960.550,67) | 7.293.149.651,16 |
| 2053 | 62.669.483,96 | 231.390.170,04 | (168.720.686,08) | 7.124.428.965,08 |
| 2054 | 59.612.319,09 | 232.535.807,30 | (172.923.488,21) | 6.951.505.476,87 |
| 2055 | 56.644.916,77 | 229.554.304,34 | (172.909.387,57) | 6.778.596.089,30 |
| 2056 | 53.801.228,77 | 222.392.168,50 | (168.590.939,73) | 6.610.005.149,57 |
| 2057 | 51.158.235,10 | 213.764.338,92 | (162.606.103,82) | 6.447.399.045,75 |
| 2058 | 48.616.778,14 | 205.080.391,19 | (156.463.613,05) | 6.290.935.432,70 |
| 2059 | 46.206.364,25 | 195.849.750,60 | (149.643.386,35) | 6.141.292.046,35 |
| 2060 | 43.887.231,13 | 186.571.864,17 | (142.684.633,04) | 5.998.607.413,31 |
| 2061 | 41.646.207,45 | 177.345.208,32 | (135.699.000,87) | 5.862.908.412,44 |
| 2062 | 39.470.836,52 | 168.310.937,38 | (128.840.100,86) | 5.734.068.311,58 |
| 2063 | 37.355.097,65 | 159.507.142,90 | (122.152.045,25) | 5.611.916.266,33 |
| 2064 | 35.297.271,05 | 150.936.094,15 | (115.638.823,10) | 5.496.277.443,23 |
| 2065 | 33.295.633,27 | 142.588.582,36 | (109.292.949,09) | 5.386.984.494,14 |
| 2066 | 31.348.476,33 | 134.457.073,77 | (103.108.597,44) | 5.283.875.896,70 |

| | | | | |
|------|---------------|----------------|-----------------|------------------|
| 2067 | 29.453.911,97 | 126.533.304,15 | (97.079.392,18) | 5.186.796.504,52 |
| 2068 | 27.612.655,32 | 118.817.191,60 | (91.204.536,28) | 5.095.591.968,24 |
| 2069 | 25.823.653,14 | 111.304.631,50 | (85.480.978,36) | 5.010.110.989,88 |
| 2070 | 24.086.974,03 | 103.994.214,11 | (79.907.240,08) | 4.930.203.749,80 |
| 2071 | 22.402.286,68 | 96.885.266,22 | (74.482.979,54) | 4.855.720.770,26 |
| 2072 | 20.770.911,78 | 89.981.939,71 | (69.211.027,93) | 4.786.509.742,33 |
| 2073 | 19.193.392,28 | 83.286.764,54 | (64.093.372,26) | 4.722.416.370,07 |
| 2074 | 17.671.241,09 | 76.805.755,95 | (59.134.514,86) | 4.663.281.855,21 |
| 2075 | 16.205.210,25 | 70.544.091,60 | (54.338.881,35) | 4.608.942.973,86 |
| 2076 | 14.797.549,31 | 64.511.634,19 | (49.714.084,88) | 4.559.228.888,98 |
| 2077 | 13.449.987,95 | 58.717.551,43 | (45.267.563,48) | 4.513.961.325,50 |
| 2078 | 12.165.232,64 | 53.174.249,39 | (41.009.016,75) | 4.472.952.308,75 |
| 2079 | 10.944.516,03 | 47.890.550,98 | (36.946.034,95) | 4.436.006.273,80 |
| 2080 | 9.790.248,05 | 42.878.633,14 | (33.088.385,09) | 4.402.917.888,71 |
| 2081 | 8.704.447,53 | 38.150.135,46 | (29.445.687,93) | 4.373.472.200,78 |
| 2082 | 7.688.813,16 | 33.715.129,83 | (26.026.316,67) | 4.347.445.884,11 |
| 2083 | 6.744.776,42 | 29.583.030,47 | (22.838.254,05) | 4.324.607.630,06 |
| 2084 | 5.873.225,03 | 25.760.538,03 | (19.887.313,00) | 4.304.720.317,06 |
| 2085 | 5.074.815,02 | 22.253.067,96 | (17.178.252,94) | 4.287.542.064,12 |
| 2086 | 4.349.209,27 | 19.061.492,77 | (14.712.283,50) | 4.272.829.780,62 |
| 2087 | 3.695.584,29 | 16.184.142,05 | (12.488.557,76) | 4.260.341.222,86 |
| 2088 | 3.111.977,43 | 13.614.302,64 | (10.502.325,21) | 4.249.838.897,65 |
| 2089 | 2.596.128,20 | 11.342.847,20 | (8.746.719,00) | 4.241.092.178,65 |
| 2090 | 2.144.612,27 | 9.355.691,83 | (7.211.079,56) | 4.233.881.099,09 |
| 2091 | 1.753.547,87 | 7.636.109,31 | (5.882.561,44) | 4.227.998.537,65 |
| 2092 | 1.418.461,76 | 6.164.504,21 | (4.746.042,45) | 4.223.252.495,20 |
| 2093 | 1.134.483,26 | 4.919.372,17 | (3.784.888,91) | 4.219.467.606,29 |
| 2094 | 896.605,44 | 3.878.352,76 | (2.981.747,32) | 4.216.485.858,97 |
| 2095 | 699.647,73 | 3.018.330,88 | (2.318.683,15) | 4.214.167.175,82 |
| 2096 | 538.551,07 | 2.316.686,51 | (1.778.135,44) | 4.212.389.040,38 |

Notas:

(1) Relatório da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Rio Grande do Sul - RS - 2022 e Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA) – 2022 - Data-base: 31/12/2021.

(2) Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses: a) Taxa de Juros Reais: 4,00% (quatro por cento); b) Tábua de Mortalidade de Válidos: AT - 2000 Masculino, agravado 18% + 0 anos // AT - 2000 Feminino, suavizada 20% + 1 ano; c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT - 2000 Masculino, agravado 18% + 0 anos // AT - 2000 Feminino, suavizada 20% + 1 ano; d) Tábua Entrada em Invalidez: ALVARO VINDAS; e) Crescimento Salarial: 1,00% a.a. (um por cento); f) Crescimento dos benefícios: 0,00% a.a. (não utilizado); g) Rotatividade: 0,00% a.a. (não utilizada); h) Taxa de Administração: 0,00% (não utilizada); e i) Fator de Capacidade: 98,44%, considerando como hipótese a inflação anual de 3,50%.

DEMONSTRATIVO 7 – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

RIO GRANDE DO SUL LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2023

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

| TRIBUT O | MODALIDADE | SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA | | | COMPENSAÇÃO |
|----------|-----------------------|---|------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| | | | 2023 | 2024 | 2025 | |
| ITCD | ISENÇÃO | IMÓVEL URBANO DE ATÉ 4.379 UPFs | 523.423 | 550.977 | 578.856 | nota c |
| ITCD | ISENÇÃO | EXTINÇÃO DE USUFRUTO INSTITUÍDO PELO NU-PROPRIETÁRIO | 518.560 | 545.857 | 573.477 | nota c |
| ITCD | ISENÇÃO | DOAÇÃO À UNIÃO, AO ESTADO DO RS E SEUS MUNICÍPIOS | 1.087.621 | 1.144.873 | 1.202.804 | nota c |
| ITCD | ISENÇÃO | IMÓVEL RURAL... | 634.751 | 668.164 | 701.973 | nota c |
| ITCD | ISENÇÃO | TRANSM. DO DOMÍNIO DIRETO OU NUA-PROPRIEDADE (REVOGADO PELA LEI 13.337/09) | - | - | - | nota c |
| ITCD | ISENÇÃO | EXTINÇÃO DE USUFRUTO (OPERAÇÃO TRIBUTADA ANTERIORMENTE) | 23.258.326 | 24.482.644 | 25.721.466 | nota c |
| ITCD | ISENÇÃO | DOAÇÃO A TEMPLOS, PART. POLÍTICOS, ENTIDADES SINDICAIS E ASS. SOCIAL | 1.915.745 | 2.016.590 | 2.118.630 | nota c |
| ITCD | ISENÇÃO | ROUPAS, UTENSÍLIOS AGRÍCOLAS DE USO MANUAL, MÓVEIS E APAR. DOMÉSTICOS | - | - | - | nota c |
| ITCD | ISENÇÃO | SUCCESSÃO LEGÍTIMA, QUINHÃO ATÉ 10.509 UPFs (REVOGADO PELA LEI 14.741/16) | 18.969.013 | 19.967.542 | 20.977.900 | nota c |
| ITCD | ISENÇÃO | VALOR DO ITCD INFERIOR A 4 UPFs | 44.712 | 47.066 | 49.447 | nota c |
| ITCD | ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTA | ALÍQUOTA ZERO PARA VALOR DO ITCD ATÉ 2.000 UPFs | 9.418.951 | 9.914.765 | 10.416.452 | nota c |
| IPVA | ISENÇÃO | CORPOS DIPLOMÁTICOS | 137.149 | 144.368 | 151.673 | nota c |
| IPVA | ISENÇÃO | MÁQ. AGRÍCOLAS, DE TERRAPL. TRATORES, BARCOS E AVIÕES, REBOQUES, CICLOMOTORES | 530.478.832 | 558.403.238 | 586.658.442 | nota c |
| IPVA | ISENÇÃO | CONSELHOS COMUNITÁRIOS PRÓ-SEGURANÇA PÚBLICA - CONSEPRO | 57.008 | 60.009 | 63.046 | nota c |
| IPVA | ISENÇÃO | PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS COM FABRICAÇÃO DE MAIS DE 20 ANOS | 425.113.681 | 447.491.665 | 470.134.743 | nota c |
| IPVA | ISENÇÃO | PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS COM IPVA INFERIOR A 4 UPF/RS | 27.648.609 | 29.104.032 | 30.576.696 | nota c |
| IPVA | ISENÇÃO | DEFICIENTES FÍSICOS E PARAPLÉGICOS | 41.300.491 | 43.474.548 | 45.674.361 | nota c |
| IPVA | ISENÇÃO | TAXI (CATEGORIA ALUGUEL) | 16.340.110 | 17.200.253 | 18.070.586 | nota c |
| IPVA | ISENÇÃO | ÔNIBUS URBANO, SUBURBANO, REGIÃO METROPOLITANA | 9.367.890 | 9.861.016 | 10.359.984 | nota c |
| IPVA | ISENÇÃO | TÁXIS-LOTACÃO | 512.996 | 540.001 | 567.325 | nota c |
| IPVA | ISENÇÃO | TRANSPORTE ESCOLAR | 3.207.049 | 3.375.868 | 3.546.687 | nota c |
| IPVA | ISENÇÃO | LEILÃO DO FUNCAB | 97.432 | 102.561 | 107.750 | nota c |
| IPVA | ISENÇÃO | ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS | 74.723 | 78.657 | 82.637 | nota c |
| IPVA | ISENÇÃO | PERDA TOTAL POR FURTO, ROUBO, SINISTRO OU OUTRO MOTIVO | 52.985.034 | 55.774.166 | 58.596.339 | nota c |
| IPVA | ISENÇÃO PARCIAL | DESCONTOS DA LEI DO BOM MOTORISTA | 168.447.520 | 177.314.598 | 186.286.716 | nota c |
| IPVA | ISENÇÃO PARCIAL | DESCONTOS DA LEI DO "BOM CIDADÃO" Lei 14.020/12 | 16.945.411 | 17.837.417 | 18.739.991 | nota c |
| IPVA | ISENÇÃO PARCIAL | DESCONTOS POR ANTECIPAÇÃO DO IMPOSTO | 31.394.175 | 33.046.764 | 34.718.930 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | RESTAURANTES | 1.503.819 | 1.510.321 | 1.586.744 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | CHAPAS E BOBINAS DE AÇO | - | - | - | nota m |
| ICMS | Crédito Presumido | PRODUTOS DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO | 80.775.658 | 81.124.918 | 85.229.839 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | PEÇAS E COMPONENTES PARA CONDICIONADORES DE AR | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | PROGRAMA AGREGAR | 249.144.068 | 250.221.323 | 262.882.522 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | INDÚSTRIAS LANIFÍCIAS | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | "TOPS" DE LÃ, FIOS ACRÍLICOS, FIOS LÃ | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | INDÚSTRIA VINÍCOLA | 37.898.276 | 38.062.141 | 39.988.086 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | PRESTADOR SERVIÇOS DE TRANSPORTE | 121.138.739 | 121.662.521 | 127.818.645 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | INDÚSTRIA DE QUEIJOS | 180.944.362 | 181.726.734 | 190.922.107 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | FOMENTAR/RS | * | * | * | nota c |

| | | | | | | |
|------|-------------------|---|-------------|-------------|-------------|--------|
| ICMS | Crédito Presumido | INDÚSTRIAS DE LINGUIÇAS, MORTADELAS, SALSICHAS | 109.362.920 | 109.835.786 | 115.393.477 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | LEITE EM PÓ | 87.563.695 | 87.942.305 | 92.392.186 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | MADEIRA SERRADA | 1.509.327 | 1.515.853 | 1.592.555 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | VERDURAS E HORTALIÇAS, LIMPAS | 13.287.124 | 13.344.575 | 14.019.810 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | ALHO | 699.524 | 702.549 | 738.098 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | ARRENDAMENTO MERCANTIL | - | - | - | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | PROGRAMA AGREGAR-RS CARNES - SAÍDAS | 231.767.291 | 232.769.412 | 244.547.544 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | PROGRAMA PRÓ-PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA AGROINDÚSTRIAS | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | PROGRAMA PRÓ-PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA COOPERATIVAS | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | SAÍDAS INTERNAS DE SALAME | 3.932.187 | 3.949.189 | 4.149.018 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | PAPEL HIGIÊNICO | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | EMPANADOS DE AVES | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | MÁRMORES E GRANITOS | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | MEL PURO | 333.786 | 335.229 | 352.192 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | MÓVEIS | 25.283.441 | 25.392.762 | 26.677.636 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | BOLACHAS E BISCOITOS | 16.667.876 | 16.739.945 | 17.586.987 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | LEITE FLUIDO | 131.507.859 | 132.076.475 | 138.759.545 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | CONSERVAS DE FRUTAS, EXCETO PÊSSEGO | 1.672.524 | 1.679.756 | 1.764.752 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | CONSERVAS DE PÊSSEGO | 5.648.226 | 5.672.648 | 5.959.684 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | INDUSTRIAS IMPORTADORES | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | FARINHA DE TRIGO | 22.179.750 | 22.275.651 | 23.402.799 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | FERTILIZANTES | 204.374.878 | 205.258.559 | 215.644.642 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | FUNDOPEM/RS - LEI Nº 11.916/03 | 201.826.618 | 202.699.281 | 212.955.865 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | FARINHA DE TRIGO, MISTURAS E PASTAS | 137.293.842 | 137.887.477 | 144.864.583 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | CONSERVAS DE VERDURAS E HORTALIÇAS | 6.023.828 | 6.049.874 | 6.355.998 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | VINHO | 30.213.501 | 30.344.138 | 31.879.552 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | GELEIAS DE FRUTAS | 6.189.236 | 6.215.997 | 6.530.527 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS | 7.132.246 | 7.163.084 | 7.525.536 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | CARNES E PRODUTOS RESULTANTES DO ABATE | 232.963.077 | 233.970.368 | 245.809.269 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS DE CARNES DE AVES E SUÍNOS | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | MILHO DE PIPOCA | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | MUNIÇÕES | - | - | - | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | INDÚSTRIAS DE BIODIESEL-B100 | 590.484.056 | 593.037.205 | 623.044.887 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | PRODUTOS FARMACÊUTICOS ADQUIRIDOS DE FABRICANTE, IMPORTADOR OU DISTRIBUIDOR | 41.167.199 | 41.345.199 | 43.437.266 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | TOMATES EM CONSERVA, KETCHUP E MOLHOS | 4.960.664 | 4.982.113 | 5.234.208 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | AÇOS SEM COSTURA | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | COPOLÍMEROS DO POLO PETROQUÍMICO | - | - | - | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | SUCOS DE UVA | 8.757.046 | 8.794.910 | 9.239.933 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | PAPEL DA POSIÇÃO 4707 DA NBM/SH-NCM | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | RESERVATÓRIOS DE FIBRA DE VIDRO E POLIETILENO | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | EMPRESA DESENVOLVEDORA DE PROJETO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA | - | - | - | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | SÍLICA OBTIDA DA QUEIMA DA CASCA DE ARROZ | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | PROGRAMA PRÓ-INOVAÇÃO/RS | - | - | - | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | MÁQUINAS E APARELHOS IMPORTADOS - APÊNDICE XXXVI | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | LEITE PARA FABRICAÇÃO DE QUEIJOS | 97.680.389 | 98.102.742 | 103.066.740 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | LEITE PRODUZIDO POR PRODUTOR RURAL OU COOPERATIVA | 89.327.834 | 89.714.072 | 94.253.604 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | COOPERATIVA ELÉTRICA RURAL | - | - | - | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | RECICLADORES - SAÍDAS DE PRODUTOS NA FORMA DE FLOCOS, GRANULADOS OU PÓ | 29.167.319 | 29.293.433 | 30.775.681 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | FARELO DE SOJA | 76.335.188 | 76.665.248 | 80.544.510 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | MÓDULOS DE MEMÓRIA, CIRCUITOS DE MEMÓRIA E CIRCUITOS INTEGRADOS | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | FABRICANTES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS | - | - | - | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | TRANSPORTADORES DE GRANÉIS, CARREGADORES E DESCARREGADORES DE NAVIOS | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | FAB. RAPADURA-AQ. INT. MEL. AC. MASC. | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | FABRICANTE DE CHOCOLATE, ACHOCOLATADOS, CAMELOS E CEREAIS | * | * | * | nota c |

| | | | | | | |
|------|-------------------|--|------------|------------|-------------|------------|
| ICMS | Crédito Presumido | FABRICANTES DE ESTIRENO - FUNDOPEM/RS E INTEGRAR/RS | - | - | - | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | CARNES E PRODUTOS COMESTÍVEIS DO ABATE DE AVES | 96.708.165 | 97.126.314 | 102.040.905 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | FABRICANTE DE DISPOSITIVOS PARA FECHAR RECIPIENTES | 8.815.052 | 8.853.167 | 9.301.137 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | FABRICANTE DE CALÇADOS E ARTEFATOS DE COURO | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | FABRICANTE DE MERCADORIAS PARA USO NAVAL E OFFSHORE | - | - | - | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | FUNDOVINOS | 1.039.555 | 1.044.050 | 1.096.879 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | ABATEDORES - SUÍNOS | 46.374.366 | 46.574.880 | 48.931.569 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | FABRICANTES DE TORRES E PORTICOS | - | - | - | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | FABRICANTES DE PRODUTOS TÊXTEIS E VESTUÁRIO | 63.653.250 | 63.928.476 | 67.163.256 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | TELECOMUNICAÇÕES COM TERMO DE ACORDO | 12.189.485 | 12.242.190 | 12.861.645 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | FABRICANTES DE SORO DE LEITE EM PÓ, ALBUMINAS E COMPOSTOS LÁCTEOS | 36.911.924 | 37.071.525 | 38.947.344 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | MICROCERVEJARIAS | - | - | - | notas c, l |
| ICMS | Crédito Presumido | FABRICANTES DE CALÇADOS E ARTEFATOS DE COURO | 30.316.740 | 30.447.824 | 31.988.484 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | FUNDOMATE | 1.429.207 | 1.435.387 | 1.508.018 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | FABRICANTES DE MOTOVENTILADORES, CONDENSADORES E EVAPORADORES FRIGORÍFICOS | 1.006.739 | 1.011.092 | 1.062.254 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | INDUSTRIAS PRODUTORES DE ETANOL | - | - | - | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | FABRICANTES DE ELEVADORES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE E ELEVAÇÃO | - | - | - | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | PRODUTOS DE SAÚDE E MEDICAMENTOS | 20.868.976 | 20.959.210 | 22.019.746 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | POLIPROPILENO BIORIENTADO | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | PÁ CARREGADEIRA DE RODAS, ESCAVADEIRAS HIDRÁULICAS E RETROESCAVADEIRAS | - | - | - | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | FABRICANTES DE LATICÍNIOS | 3.970.925 | 3.988.094 | 4.189.892 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | FABRICANTES DE CELULOSE | - | - | - | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | LEITE PARA INDUSTRIALIZAÇÃO | 3.091.467 | 3.104.834 | 3.261.938 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | MAIONESE | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | VIDROS | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | IMPORTADORES DE CARNES DE GADO BOVINO, FILÉS DE MERLUZA E BATATAS PREPARADAS E CONGELADAS | 2.272.009 | 2.281.833 | 2.397.294 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | FABR DE FEIJÃO, ARROZ, GRÃOS DE BICO, SOJA, LENTILHA E BOLACHAS DE ARROZ, PRONTOS PARA CONSUMO | 816.108 | 819.637 | 861.111 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | ARMAS E MUNIÇÕES | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | FABRICANTES DE COPOS, PRATOS, POTES, TAMPAS E TALHERES DE PLÁSTICO | - | - | - | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | VEÍCULOS TRANSPORTADORES DE CARGA, FABRICADOS NO RS | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | AUTOFALANTES, MICROFONES, RECEPTORES E ANTENAS | 6.353.119 | 6.380.588 | 6.703.446 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | LEITE PARA FABRICAÇÃO DE LEITE CONDENSADO | 31.100.787 | 31.235.261 | 32.815.765 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | FOLHAS FLANDRES PARA FABRICAÇÃO DE LATAS | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | FABRICANTES DE ESTIRENO | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | MANTEIGA | 15.800.631 | 15.868.950 | 16.671.919 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | LEITE PARA FABRICAÇÃO DE MANTEIGA | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | LEITE PARA FABRICAÇÃO DE REQUEIJÃO | 7.180.779 | 7.211.827 | 7.576.746 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | LEITE PARA FABRICAÇÃO DE QUEIJO | 70.811.516 | 71.117.692 | 74.716.248 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | AZEITE DE OLIVA | * | * | * | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | LEITE UHT | 81.293.848 | 81.645.348 | 85.776.603 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | PROGRAMA DE INCENTIVO AO APARELHAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA - PISEG/RS | 25.232.657 | 25.341.759 | 26.624.052 | nota c |
| ICMS | Crédito Presumido | PRODUTOS DE REFINO DE PETRÓLEO E DE GÁS NATURAL | * | * | * | nota d |
| ICMS | Crédito Presumido | FABRICANTES DE EQUIP P/AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO | * | - | - | nota e |
| ICMS | Crédito Presumido | FABRICANTES DE CALÇADOS E ARTEFATOS DE COURO | - | 55.658.486 | 58.474.806 | nota f |
| ICMS | Crédito Presumido | FABRICANTES DE AVEIA | - | 5.836.988 | 6.132.339 | nota f |
| ICMS | Crédito Presumido | FABRICANTES DE FARINHA DE AVEIA | * | 688.994 | 723.857 | nota f |
| ICMS | Crédito Presumido | FABRICANTES DE PRODUTOS ELETROELETRÔNICOS E DE INFORMÁTICA | * | * | * | nota f |

| | | | | | | |
|--|-------------------|--|----------------------|----------------------|----------------------|------------|
| ICMS | Crédito Presumido | FABRICANTES DE SISTEMAS CONSTRUTIVOS E DE ESTRUTURAS METÁLICAS | * | * | * | nota f |
| ICMS | Crédito Presumido | PROJETOS CULTURAIS (PRÓ-CULTURA), ALÍNEA "A" | 45.492.218 | 45.688.918 | 48.000.777 | nota e |
| ICMS | Crédito Presumido | PROJETOS CULTURAIS (PRÓ-CULTURA), ALÍNEAS "B" E "C" | 6.414.833 | 6.442.570 | 6.768.564 | nota e |
| ICMS | Crédito Presumido | PROJETOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PRÓ-SOCIAL), ALÍNEA "A" | * | 1.128.033 | 1.185.111 | nota e |
| ICMS | Crédito Presumido | PROJETOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PRÓ-SOCIAL), ALÍNEA "B" | 5.053.804 | 5.075.656 | 5.332.484 | nota e |
| ICMS | Crédito Presumido | PROJETOS ESPORTIVOS (PRÓ-ESPORTE), ALÍNEA "A" | 17.255.927 | 17.330.538 | 18.207.464 | nota e |
| ICMS | Crédito Presumido | PROJETOS ESPORTIVOS (PRÓ-ESPORTE), ALÍNEA "B" | * | * | * | nota e |
| ICMS | Crédito Presumido | PROGRAMA DE INCENTIVO AO ACESSO ASFÁLTICO - PIAA/RS | - | - | - | nota e |
| ICMS | Crédito Presumido | FABRICANTES DE COLCHÕES, BOX, ESTOFADOS, TRAVESSEIROS E ESPUMAS INDUSTRIAS | * | * | * | nota f |
| ICMS | Crédito Presumido | COMÉRCIO ELETRÔNICO | * | * | * | notas f, h |
| ICMS | Crédito Presumido | MERC. IMPORTADA AO ABRIGO DO ART. 53, VI, RICMS | 1.769.831 | 1.777.484 | 1.867.425 | notas f |
| ICMS | Crédito Presumido | MERC. IMPORTADA AO ABRIGO DO ART. 53, VI, RICMS | - | - | - | notas f, i |
| ICMS | Crédito Presumido | FABRICANTES DE FORMALDEÍDOS E RESINAS | * | * | * | nota f |
| TOTAL DOS ITENS SEM SIGILO FISCAL | | | 5.110.420.505 | 5.262.529.041 | 5.528.813.011 | |
| TOTAL DOS ITENS COM SIGILO FISCAL | | | 1.081.665.675 | 1.086.342.607 | 1.141.311.543 | |
| TOTAL USUFRUÍDO | | | 6.192.086.181 | 6.348.871.649 | 6.670.124.554 | |

CRÉDITOS PRESUMIDOS COM INÍCIO DE VIGÊNCIA EM 2022:

| | | | | | | |
|---|-------------------|--------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------|
| ICMS | Crédito Presumido | PROD.SAUDE/MEDIC.FUNDOPEM | - | - | - | notas c, j |
| ICMS | Crédito Presumido | DISTRIBUIDORA DE GAS SULGÁS | - | - | - | nota h |
| ICMS | Crédito Presumido | OBRAS DE PAVIM.ASFÁLTICA-COMAJA | - | - | - | nota e |
| ICMS | Crédito Presumido | FOMENTO A INTERNET RURAL | 17.900.000 | 18.800.000 | 19.751.280 | nota e |
| ICMS | Crédito Presumido | FABRICANTES DE MAIONESE | - | - | - | nota f |
| ICMS | Crédito Presumido | CARNES/PROD.COMEST.TEMPERADO DE AVES | 3.010.000 | 3.170.000 | 3.330.402 | nota f |
| ICMS | Crédito Presumido | PRESUNTO,FIAMBRE,EMBUTIDO SUINOS | 36.380.000 | 38.230.000 | 40.164.438 | nota f |
| ICMS | Crédito Presumido | ÓLEO VEGETAL COMESTÍVEL REFINADO | 368.000 | 387.000 | 406.582 | nota f |
| ICMS | Crédito Presumido | MICROCERVEJARIAS(ICMS PRÓPRIO) | 6.223.460 | 6.250.369 | 6.566.638 | notas c, h, l |
| ICMS | Crédito Presumido | MICROCERVEJARIAS(ICMS ST) | 327.551 | 328.967 | 345.613 | notas c, h, l |
| ICMS | Crédito Presumido | FUNDOPEM/RS REPASSE FINANC. | 6.869.628 | 14.493.246 | 23.525.104 | notas h, k |
| ICMS | Crédito Presumido | FUNDOPEM/RS SEM FINANC. | 16.029.132 | 33.817.575 | 54.891.910 | notas h, k |
| TOTAL DOS CRÉDITOS PRESUMIDOS NOVOS: | | | 87.107.770 | 115.477.157 | 148.981.967 | |
| TOTAL DOS ITENS SEM SIGILO FISCAL | | | 5.197.528.275 | 5.378.006.199 | 5.677.794.978 | |
| TOTAL DOS ITENS COM SIGILO FISCAL | | | 1.081.665.675 | 1.086.342.607 | 1.141.311.543 | |
| TOTAL USUFRUÍDO | | | 6.279.193.951 | 6.464.348.806 | 6.819.106.521 | |

FONTE: Sistema Receita BI, Unidade Responsável: Receita Estadual, Data da emissão: ITC: 14/04/2022, IPV: 23/03/2021, ICMS: 28/03/2022.

Notas:

- Os campos com asteriscos indicam benefícios fiscais enquadrados sob as regras do sigilo fiscal, conforme estabelece o padrão adotado pelas Administrações Tributárias no tocante ao sigilo fiscal. A abertura dos valores dos benefícios com menos de três contribuintes poderia permitir a identificação deles, e, com isto, ferir o sigilo fiscal (vedação do Código Tributário Nacional – artigo 198 da Lei nº 5.172/66, com nova redação dada pela LC 104/2001).
- Os campos com zero indicam que não houve usufruição do benefício, seja porque os contribuintes não atenderam exigências específicas para poder usufruí-lo, seja porque optaram por não utilizá-lo.
- As projeções de renúncia de receita referentes às leis aprovadas há mais de 3 (três) anos não necessitam de compensação por já estarem incorporadas às séries históricas de arrecadação, na forma do artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000.
- O crédito presumido para o refino de petróleo e gás natural será utilizado em substituição ao regime normal de tributação, não havendo assim prejuízo para a arrecadação.
- Crédito presumido concedido como contrapartida por investimento a ser realizado por contribuinte localizado no Estado. Tem como efeito reduzir a necessidade de investimento pelo Estado, reduzindo assim os encargos financeiros na mesma proporção do benefício concedido.
- Crédito presumido adesivo a benefício concedido por outra unidade da federação da mesma região. A medida está fundamentada na cláusula décima terceira do Convênio ICMS 190/17, que prevê que os Estados podem aderir aos benefícios fiscais concedidos, em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, por outra unidade da Federação da mesma região, e que tenham sido reinstituídos de acordo com as disposições do referido Convênio. A não adesão a este benefício acarretaria prejuízo às empresas localizadas no Rio Grande do Sul com redução de vendas e consequente decréscimo de arrecadação. Sua concessão também objetiva manter as empresas no Estado, aumentando a competitividade das mesmas frente aos concorrentes de outros estados e possibilitando crescimento da arrecadação, visto a exigência de investimentos para aumento da produção.
- Compõem as desonerações do ICMS: o crédito presumido, a isenção, a imunidade e a redução de base de cálculo. Este demonstrativo foi focado nos créditos presumidos por se constituir na principal modalidade de desoneração tributária do Estado do Rio Grande do Sul e possuir uma interferência direta e clara na arrecadação, pois se trata do valor efetivamente reduzido do saldo devedor que o contribuinte tem a recolher para os cofres públicos. As demais isenções, por sua vez, agem nas operações das empresas reduzindo total ou parcialmente o pagamento do imposto de forma indireta que, para ter seu impacto na arrecadação conhecida, precisa ser estimada. Além disso, boa parte destes outros incentivos são referentes às legislações nacionais ou meramente operacionais sem impacto na arrecadação efetiva. De qualquer forma, mantendo a transparência exigida em lei, é produzido o Demonstrativo das Desonerações Fiscais, disponível no Portal Receita Dados da Secretaria da Fazenda.
- Por se tratar de desoneração condicionada à assinatura de Termo de Acordo, realização de investimentos e manutenção de média de saldo devedor, não ocorre impacto financeiro sobre o orçamento previsto.
- Por se tratar de desoneração condicionada à existência de rol de mercadorias para sua aplicação, cuja inexistência a torna atualmente sem aplicação e sem impacto financeiro, a repercussão financeira será informada à medida em que forem sendo incluídas mercadorias na lista.
- Benefício em vigor desde 2014, mas nunca utilizado pelas empresas, que sempre usufruíram do benefício geral do FUNDOPEM (item FUNDOPEM/RS - LEI Nº 11.916/03). Com o desmembramento do FUNDOPEM em com e sem financiamento este benefício foi renovado para aumentar as opções dos contribuintes, mas como até o momento todos optaram em usufruir o benefício do FUNDOPEM/RS a projeção de fruição para os próximos anos está embutida nos valores daquele benefício.

k) Substituirá o benefício do FUNDOPEM - LEI Nº 11.916/03 paulatinamente. Receberá os novos projetos enquanto o benefício da Lei 11.916/03 ficará apenas com as empresas que o usufruem atualmente até o fim dos respectivos contratos.

l) Substituiu o benefício do art. 32, CXL, Microcervejarias do Decreto 37.699/97 - RICMS.

**DEMONSTRATIVO 8 – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE
CARÁTER CONTINUADO
(LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)**

**RIO GRANDE DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2023**

| AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) | | R\$ 1.000.000,00 |
|--|--------------------------|------------------|
| EVENTOS | Valor Previsto para 2023 | |
| Aumento Permanente da Receita | 2.555,2 | |
| (-) Transferências Constitucionais | 681,7 | |
| (-) Transferências ao FUNDEB | 374,7 | |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I) | 1.498,8 | |
| Redução Permanente de Despesa (II) | - | |
| Margem Bruta (III) = (I+II) | 1.498,8 | |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV) | 1.197,7 | |
| Novas DOCC | 1.197,7 | |
| Novas DOCC geradas por PPP | - | |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV) | 301,1 | |

FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas:

1) A estimativa do aumento Permanente da Receita para o exercício de 2023 considera o crescimento nominal das receitas de ICMS, IPVA e ITCD.

2) A projeção das Novas Despesas Obrigatórias de Caráter Continuoado considera o crescimento nominal das despesas com pessoal para exercício de 2023, englobando a reposição mínima de pessoal e outros fatores na forma da legislação pertinente.

ANEXO III – ANEXO DE RISCOS FISCAIS

O art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/00 prevê que a Lei de Diretrizes deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, no qual devem ser avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

RIO GRANDE DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2023

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1.000.000,00

| PASSIVOS CONTINGENTES | | PROVIDÊNCIAS | | |
|---|---------------|--|---|--|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor | |
| Demandas Judiciais | 74.590 | | | |
| 1) DEMANDAS JUDICIAIS RECONHECIDAS NO BALANÇO DO ESTADO COMO PROVISÃO | 47.443 | Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência e / ou abertura de Créditos Adicionais a partir do cancelamento de dotação de despesas discricionárias. | | |
| A) Provisão para Indenizações Trabalhistas | 39.515 | Sistema de Gestão de Passivos Contingentes do Estado do Rio Grande do Sul: Sistema instituído pelo Decreto Estadual nº 51.153/2014, composto pela Procuradoria-Geral do Estado - PGE, Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - CAGE e Tesouro do Estado, com atuação permanente na mitigação dos efeitos decorrentes de passivos contingentes e na prevenção de eventos que possam vir a gerar passivos contingentes. | | |
| Implantação Piso Nacional do Magistério | 36.760 | | | |
| Outras Provisões para Indenizações Trabalhistas | 2.755 | | | |
| B) Provisão para Riscos Cíveis | 23 | | | |
| C) Outras Provisões | 7.905 | | | |
| Tema 810 STF: Inconstitucionalidade da TR nas RPVs | 5.800 | | | |
| Tema 96 STF (juros entre data do cálculo e a expedição de precatório/RPV) | 985 | | | |
| Outras Provisões | 1.120 | | | |
| 2) DEMANDAS JUDICIAIS REGISTRADAS EM CONTAS DE CONTROLE DE PASSIVOS CONTINGENTES | 27.147 | | Piso Nacional do Magistério: Mudança no Plano de Carreira do Magistério aprovada pela Lei 15.451/2020 alterando a forma de remuneração para subsídio permitiu a partir de 2020 a implantação do Piso Nacional dos Professores, estancando o crescimento do passivo contingente cujo montante estimado ultrapassa R\$ 36,8 bilhões (cerca de 50% do total dos Passivos Contingentes). | |
| Inconstitucionalidade TR - estoque de precatórios e RPVs | 7.356 | | Precatórios: Diversas ações têm sido implantadas para diminuir o elevado estoque de Precatórios, dentre as quais, destacam-se a Câmara de Conciliação de Precatórios e o COMPENSA-RS que permite a compensação de Precatórios com Dívida Ativa. Ver também item "Precatórios" abaixo em "Demais Riscos Fiscais Passivos". | |
| Brasil Telecom | 5.000 | | | |
| Ações Cíveis Públicas - Investimentos na área da saúde | 4.573 | | | |
| Tarifas TUST e TUSD | 1.900 | | | |
| Contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas | 1.383 | | | |
| Contribuição previdenciária da Fase | 1.320 | | | |
| Repasse para os municípios de recursos do FES | 1.041 | | | |
| Alíquotas Progressivas | 680 | | | |
| Adicional de insalubridade - servidores de escola | 580 | | | |
| Ação Civil Pública – Meio Ambiente | 400 | | | |
| PÁSEP | 342 | | | |
| Ações cíveis públicas na área da segurança pública | 276 | | | |
| Paridade Pensões SINPOL | 264 | | | |
| Outros | 2.032 | | | |
| SUBTOTAL | 74.590 | | | |

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1.000.000,00

| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS | | PROVIDÊNCIAS | |
|--------------------------------|-------|--------------|-------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |

| | | | |
|--|--------------|---|--|
| Frustração de Arrecadação/Restituição de Tributos a Maior/Discrepância de Projeções | Não estimado | Contingenciamento das despesas Limitação de empenho e movimentação financeira (cumprimento do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/00, caso seja verificada, ao final de cada bimestre, a frustração de receita em montante que possa afetar o cumprimento das Metas Fiscais Anuais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio, limitação de empenho e movimentação financeira suficientes para corrigir os desequilíbrios). | |
| Risco relacionado aos Precatórios: Desembolso adicional de cerca de R\$ 1,2 bilhão/ano, além da destinação de 1,5% da Receita Corrente Líquida, para a quitação do saldo de precatórios até 2029, conforme EC nº 109/2021. | 1.200/ano | Diversas ações têm sido implantadas para diminuir o elevado estoque de Precatórios, dentre as quais, destacam-se a Câmara de Conciliação de Precatórios e o COMPENSA-RS que permite a compensação de Precatórios com Dívida Ativa. Contratação de operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID de até USD 500 milhões, no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal, ainda em 2022, com disponibilização de recursos a partir de 2023, para pagamento de precatórios por meio de acordos diretos com credores com deságio de 40% via Câmara de Conciliação de Precatórios. | |
| Riscos relacionados ao FUNDEB e ao MDE: Com a vedação constitucional, introduzida pela EC nº 108/2020, da inclusão de inativos e pensionistas no cálculo da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), o dispêndio adicional para atingimento da aplicação mínima em Educação (25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT) está estimado em cerca de R\$ 3 bilhões/ano. | 3.000/ano | No entendimento do Poder Executivo Estadual, a contribuição patronal com inativos da área da educação e a contribuição patronal extraordinária do Estado ao RPPS configuram, respectivamente, contribuição previdenciária ordinária e extraordinária, detendo, portanto, natureza jurídica de tributo, enquadrando-se na categoria de 'encargos sociais'. Constituem, para efeito financeiro e orçamentário, despesa tributária com os profissionais da área da educação e não despesa previdenciária. O TCE-RS tem emitido as certidões referentes à aplicação dos mínimos constitucionais em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, inclusive em relação ao exercício de 2021. Importante frisar que eventual alteração no entendimento do TCE-RS deve observar o disposto nos artigos 23 e 24 da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro – LINDB e estabelecer regime de transição, dado o alto impacto fiscal e a impossibilidade de atendimento imediato, considerando as condições demográficas dos servidores públicos estaduais, com quantitativo elevado de inativos com direito à paridade e integralidade. | |
| SUBTOTAL | | SUBTOTAL | |
| TOTAL | | TOTAL | |

FONTE: Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul

Notas: Os Passivos Contingentes estão detalhados no Balanço Geral do Estado - 2021.

[Anexo 1: PL nº 108/2022](#)

[Anexo 2: PL nº 108/2022](#)

[Anexo 3: PL nº 108/2022](#)

[Anexo 4: PL nº 108/2022](#)